



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA
PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE



ANDRÉ LUÍS FIGUEREDO DA SILVA

PLANO PLURIANUAL DE TURISMO 2008 A 2011 DE ALAGOAS: Estudo sobre
o atendimento e a utilização dos recursos, melhorias e políticas públicas aplicadas no
município de Maceió

Recife

2012

ANDRÉ LUÍS FIGUEREDO DA SILVA

PLANO PLURIANUAL DE TURISMO 2008 A 2011 DE ALAGOAS: Estudo sobre o atendimento e a utilização dos recursos, melhorias e políticas públicas aplicadas no município de Maceió

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção de título de mestre em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste.

Orientado pela Prof.^a Dr.^a Sylvana Maria Brandão de Aguiar e

Co-Orientado pela Prof.^a Dr.^a Emanuela de Sousa Ribeiro.

Recife

2012

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S586p

Silva, André Luís Figueiredo da

Plano Plurianual de Turismo 2008 a 2011 de Alagoas : estudo sobre o atendimento e a utilização dos recursos, melhorias e políticas públicas aplicadas no município de Maceió / André Luís Figueiredo da Silva . - Recife : O Autor, 2012.

102 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Sylvana Maria Brandão de Aguiar e co-orientador Prof^a. Dr^a. Manuela de Sousa Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração, 2012.

Inclui bibliografia, apêndice e anexos.

1. Plano plurianual. 2. Alagoas. 3. Maceió. 4. Turismo. 5. Desenvolvimento. I. Aguiar, Sylvana Maria Brandão de (Orientador). II. Ribeiro, Manuela de Sousa (Co-orientador). III. Título.

658 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2012 – 129)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA

ANDRÉ LUÍS FIGUEREDO DA SILVA

Dissertação de Mestrado aprovada como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Gestão Pública, pela Universidade Federal de Pernambuco.

Aprovado em ____/____/____

Prof^a.Dr^a. Sylvana Maria Brandão de Aguiar
Orientadora - Presidente

Prof^a. Dr^a. Emanuela de Sousa Ribeiro.
Titular–Membro Interno

Prof^o. Dr^o. Newton Darwin de Andrade Cabral
Titular – Membro Externo

Recife
2012

Dedico a Ana Flavia, esposa, mulher,
mãe e amiga e aos meus queridos e
amados filhos: Amanda, Andréa, André e
Ana Luísa.

AGRADECIMENTOS

À Professora Sylvana Maria Brandão de Aguiar,

Pela paciência e profissionalismo com os quais me orientou e me auxiliou nesta empreitada, pela oportunidade de vivenciar experiências tão ricas, no que se diz respeito ao aprendizado acadêmico e pelo apoio em todos os momentos.

À minha esposa Ana Flávia,

Que esteve ao meu lado me apoiando e incentivando para que pudesse dar o meu melhor e atingir mais essa meta na minha vida.

Ao professores do Programa de Mestrado,

Pelos ensinamentos e competências.

À minha mãe, Marina Figueiredo da Silva,

Exemplo vivo de sabedoria e perseverança, que me ensinou a ser o homem que sou.

Aos meus padrinhos, Iracy e Esteves,

Que me deram amor, educação, e me ensinaram a querer aprender sempre mais.

Nunca é tarde para recomeçar.

À Universidade Federal de Pernambuco,

Pela oportunidade e confiança concedida.

À Deus,

Pela sua sensível presença em todos os momentos da minha vida.

Aos meus filhos,

Que mesmo involuntariamente contribuíram para que eu chegasse onde cheguei.

"O futuro tem muitos nomes.
Para os fracos, é o inalcançável,
para os temerosos, o desconhecido,
para os valentes é a oportunidade."

Victor Hugo

RESUMO

Este estudo tem como objetivo expor informações que contribuem para uma melhor concepção da oferta e demanda turísticas existentes no processo de destinação e aplicação dos recursos do Plano Plurianual do Estado de Alagoas no período de 2008 a 2011, tendo como objeto de estudo especificamente o município de Maceió. O turismo é uma atividade que em muitos países vem se firmando como um segmento da economia capaz de gerar ingressos de recursos e proporcionar melhoria da qualidade de vida das populações e Maceió tem sido um exemplo disto. O objetivo desta pesquisa é analisar as políticas públicas de desenvolvimento do turismo na capital, levando em consideração a eficiência, eficácia e efetividade. Para isso utilizou-se referencial bibliográfico e documental sobre o assunto com os autores estudiosos do tema como Mário Petrocchi, Mário Carlos Beni, Margarida Barreto, Luiz Renato Ignarra, EMBRATUR, Ministério do Turismo, entre outros, subsidiados por uma pesquisa qualitativa e quantitativa aplicada com a finalidade de aferir a percepção dos gestores da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH-AL), Sindicato das agências de viagens de Alagoas, Maceió Convention, Sindicato das locadoras de veículos de Alagoas – SINDLOC-AL, Associação de bares e restaurantes de Alagoas – ABRASEL-AL, Secretária Municipal de Turismo de Maceió, Secretária Estadual de Turismo de Alagoas, Associação Brasileira de Agentes de Viagem – ABAV/AL e Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento - SEPLANDE, sobre as ações do Turismo em Maceió. Ao final, sugerir o aprimoramento da gestão pública na área do turismo, no processo de formulação de tais políticas e na sugestão de ações estratégicas buscando o desenvolvimento sustentável do turismo nesta capital.

Palavras Chave: Plano Plurianual. Alagoas. Maceió. Turismo. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This study aims to expose information that contribute to a better design of existing tourist supply and demand in the process of resource allocation and implementation of the Multi-Year Plan of the State of Alagoas in the period 2008 to 2011, with the object of study specifically the city of Maceió. Tourism is an activity that in many countries has established itself as a segment of the economy able to generate revenue and provide resources for improving the quality of life of people and Maceió has been an example of this. The objective of this research is to analyze public policies to develop tourism in the capital, taking into account the effectiveness, efficiency and effectiveness. For this we used bibliographic references and documentary on the subject with the scholars of the subject as Petrocchi Mario, Mario Carlos Beni, Margarida Barreto, Luiz Renato Ignarra, EMBRATUR, Ministry of Tourism, among others, subsidized by a qualitative and quantitative research applied in order to assess managers' perceptions of the Brazilian Hotel Industry (ABIH-AL), Association of travel agencies of Alagoas, Maceió Convention, Union of car rental companies of Alagoas - SINDLOC-AL, Association of bars and restaurants Alagoas - ABRASEL-AL, Municipal Secretary of Tourism of Maceió, State Secretary of Tourism of Alagoas, the Brazilian Association of Travel Agents - ABAV / AL and the State Department of Planning and Development - SEPLANDE on the actions of Tourism in Maceió. At the end, suggesting the improvement of public management in tourism, in the formulation of such policy and suggest strategic actions seeking the sustainable development of tourism in the capital.

Keywords: Multi-Year Plan. Alagoas. Maceió. Tourism. Developing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Praia Cruz das Almas.....	50
Figura 02 - Praia Jatiúca.....	51
Figura 03 - Praia da Sereia.....	51
Figura 04 – Praia da Ponta Verde.....	52
Figura 05 - Praia de Pajuçara.....	53
Figura 06 – Praia do Sobral.....	53
Figura 07 – Palácio Floriano Peixoto.....	54
Figura 08 - Teatro Deodoro.....	54
Figura 09 - Catedral Metropolitana.....	55
Figura 10 - Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore.....	55
Figura 11 – Museu Pierre Chalita.....	56
Figura 12 – Bar e Restaurante – O Lampião.....	57
Figura 13 – Restaurante Bodega do Sertão.....	57
Figura 14 – Restaurante O Peixarão.....	58
Figura 15 – Feirinha de Artesanato da Pajuçara.....	58
Figura 16 – Pavilhão do Artesanato.....	59
Figura 17 - Núcleo de artesanato do Pontal da Barra.....	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Distribuição dos entrevistados de acordo com o sexo.....	61
Gráfico 02 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre segurança.....	64
Gráfico 03 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre a variedade do comércio local.....	65
Gráfico 04 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre sanitários.....	65
Gráfico 05 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre opções de alimentação.....	66
Gráfico 06 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre preço do ingresso.....	66
Gráfico 07 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre arquitetura e urbanização.....	67
Gráfico 08 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre atendimento ao turista.....	67
Gráfico 09 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre limpeza.....	68
Gráfico 10 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre atrações.....	68
Gráfico 11 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre horários de funcionamento.....	69
Gráfico 12 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre meios de transportes.....	69
Gráfico 13 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre sinalização.....	70
Gráfico 14 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre preço da alimentação.....	70
Gráfico 15 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre aeroporto.....	71

Gráfico 16 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre bares e restaurantes.....	71
Gráfico 17 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre hotéis.....	72
Gráfico 18 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura local sobre segurança.....	72
Gráfico 19 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura local sobre sanitários públicos.....	73
Gráfico 20 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura local sobre iluminação pública.....	73
Gráfico 21 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura local sobre transporte.....	74
Gráfico 22 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura local sobre limpeza das ruas.....	74
Gráfico 23 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura local sobre acesso aos pontos turísticos.....	75
Gráfico 24 – Resultado da pesquisa da perspectiva da infraestrutura local sobre local destinado à compras.....	75
Gráfico 25 – Melhorias esperadas para aumento do fluxo turístico.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Comparativo da distribuição do turismo mundial.....	36
Quadro 02 – Recurso Previsto no PPA 2008-2011 do Governo do Estado de Alagoas destinados à SETUR.....	42
Quadro 03 – Produto Interno Bruto – PIB – à preços correntes e percentual de participação.....	47
Quadro 04 – Dados Gerais do Estado de Alagoas.....	47
Quadro 05 – Dados Gerais da cidade de Maceió.....	47
Quadro 06 – Fluxo Hoteleiro e Taxa de Ocupação dos Meios de Hospedagem em Maceió 2000-2010.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Investimentos previstos pelo PAC – 2007-2010.....	26
Tabela 02 – Investimento previsto para o Turismo – Brasil – 2007-2010..	36
Tabela 03 – Pesquisa Anual de Serviços – PAS 2009.....	48
Tabela 04 – Pesquisa Anual de Comércio – PAC 2010.....	48
Tabela 05 – Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – 2010.....	48
Tabela 06 – Composição do Produto Interno Bruto de Maceió 2009.....	49
Tabela 07 – Movimento Operacional do Aeroporto Internacional de Maceió.....	87

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAV/AL - Associação Brasileira de Agentes de Viagem
ABIH-AL - Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
ABRASEL-AL - Associação de Bares e Restaurantes de Alagoas
APL - Arranjo Produtivo Local
COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
GEAC - Gerência de Estatística e Análise Criminal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Orçamento Anual
OMT - Organização Mundial do Turismo
ONG - Organizações não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC - Pesquisa Anual de Comércio
PAS - Pesquisa Anual de Serviços
PD - Plano Diretor
PDITS- Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PIB - Produto Interno Bruto
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo
POD - Proposta do Desenvolvimento da Operação
PPA - Plano Plurianual
PRODETUR - Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
RREO - Relatório Resumido de Execução Orçamentária
SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLANDE - Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento
SETUR - Secretaria de Estado do Turismo
SINDLOC-AL - Sindicato das Locadoras de Veículos de Alagoas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO TURISMO.....	20
2.1 Papel das Políticas Públicas.....	20
2.2 Intervenção do Estado no Setor Turístico.....	23
3 TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	27
3.1 Turismo como Atividade Sócio-econômica.....	28
3.2 Plano Nacional do Turismo – PNT.....	32
3.3 Papel do Plano Plurianual de Alagoas.....	39
3.3.1 O Plano Plurianual de Alagoas – PPA – 2008-2012.....	41
4 DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE MACEIÓ.....	46
4.1 Histórico da cidade de Maceió.....	46
4.1.1. Características do Estado da cidade de Maceió.....	47
4.1.2 Demonstrativo da Capacidade Econômica de Maceió.....	48
4.1.3 Pontos turísticos da cidade de Maceió.....	50
5 REFERENCIAL METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	60
5.1 Metodologia da Pesquisa.....	60
5.2 Análise dos Dados.....	61
5.3 Discussões.....	81
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	97
APÊNDICE B - TERMO SOBRE SIGILO DE PESQUISA ACADÊMICA.....	101
ANEXOS.....	102

1 INTRODUÇÃO

A constituição federal exige ação transparente e planejada das políticas públicas e estabelece ferramentas pelas quais estas políticas são efetivamente consolidadas, que são através do plano plurianual (PPA), do plano diretor (PD), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e do orçamento anual (LOA). Estas ferramentas de planejamento são independentes e harmônicas entre si, cada uma com sua função específica e razão de existir, sendo monitoradas bimestralmente pelos órgãos de controle interno e externo através do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) conforme § 3º do art. 159 da Constituição Federal, sendo prerrogativa no trato mais eficiente dos recursos públicos e eficaz no cumprimento dos objetivos para que haja efetividade junto à sociedade.

Estes instrumentos além de personificarem o direcionamento das políticas públicas, dos objetivos e metas para uma gestão voltada ao turismo, mais especificamente os valores planejados e gastos com o turismo, foco do estudo em questão.

Apesar de o turismo constituir-se, nos dias de hoje, em um dos mais importantes instrumentos de geração de emprego e de renda em todo mundo, a atividade ainda não deixou de ser encarada como um setor menor da economia produtiva. E, em virtude desse entendimento estrábico, o fenômeno turístico, por conseguinte, é precariamente compreendido no Brasil. Prova incontestável deste fato é a incapacidade generalizada, comungada até mesmo por inúmeros profissionais dos variados segmentos que conformam a cadeia produtiva do turismo, para compreender a abissal diferença, que existe entre potencial turístico e produto de qualidade elaborado para o consumo dos mais diversos nichos do mercado. (BENI, 2009, p.9)

As características de utilização intensiva dos fatores econômicos, mão de obra, infraestrutura e do território brasileiro dão ao turismo uma importância estratégica para o país encarar suas mazelas sociais, melhorando a qualidade da população e redistribuindo renda, diminuindo as desigualdades sociais ainda tão presentes em nosso país. Assim, a cidade de Maceió capital do Estado de Alagoas encontra-se inserido neste contexto, com participação inexpressiva ainda, face o seu potencial.

Em recente pesquisa efetuada pela SEMPTUR, tomando por base os anos de 2005, 2006 e 2007, detectou que o potencial turístico de Maceió é o turismo de lazer. Como morador desta cidade a mais de 12 anos, não conseguia entender e aceitar como esta cidade

proporcionava tão pouco para si e para seus concidadãos pelo muito que tem a produzir com o potencial turístico que dispõe. A partir daí, com a possibilidade de poder contribuir para a gestão pública para o desenvolvimento do nordeste, resolvi pesquisar, primeiramente, o quanto a estado programava para o turismo na capital no seu Plano Plurianual - PPA 2008-2011. Constatei através da análise das destinações previstas no PPA 2008-2011 que a parcela dos recursos destinados às ações do turismo, representada pela SETUR – Secretaria Estadual do Turismo, responsável pela implementação, estímulo e desenvolvimento da atividade turística no estado, representava cerca de 1% das programações do PPA referentes ao poder executivo no período 2008-2011. Considerando estes valores muito pouco em face da importância da atividade e sem levar em consideração as prioridades estabelecidas na elaboração do referido Plano, que não é objeto deste estudo, resolvi captar qual percepção teriam as empresas que compõem o trade turístico do estado sobre esta questão, assim como os órgãos gestores da atividade no estado e município, representado pelas respectivas secretarias de turismo, assim como a secretaria responsável pela confecção do plano plurianual 2008-2011, que é a Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLANDE, através de uma pesquisa.

Os integrantes da amostra da pesquisa foram definidos com auxílio da SEMPTUR que disponibiliza em seu site na internet os parceiros que a auxilia nas ações do turismo nesta capital. Assim, a amostra inicial já estava definida, compondo-se da SETUR – Secretaria Estadual do Turismo, SEMPTUR – Secretaria Municipal da Promoção do Turismo de Maceió, SEPLANDE – Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento, que são os gestores públicos que planejam e executam as atividades turísticas no estado e no município de Maceió, além das seguintes parceiras da Secretaria Municipal da Promoção do Turismo de Maceió - SEMPTUR: ABAV-AL – Associação Brasileira das Agências de Viagens, ABIH-AL – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Alagoas, ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, Maceió Convention & Visitors Bureau, SINDLOC-AL – Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de Alagoas, Sindicato dos Bares, Restaurantes e Similares de Maceió além do CDL – Conselho dos Diretores Lojistas da cidade, por entender que a atividade turística influencia fortemente da atividade comercial da capital. Além destes, a

amostra foi acrescida pela indicação de um dos entrevistados do Sindicato das Agências de Viagens de Alagoas, fechando assim a amostra, objeto da pesquisa.

Com o perfil do turismo da cidade já comprovado pela SEMPTUR que é o turismo de lazer, este estudo objetiva contribuir para o despertar da relevância, da importância e da riqueza que o turismo pode proporcionar para a cidade de Maceió e auxiliar no sentido de apresentar sugestão para sua melhor gestão e melhoria, fazendo com que a riqueza produzida pela atividade seja desfrutada pelos gestores públicos deste estado e cidade além, é claro, de seus cidadãos.

Estes paradigmas relacionados ao tema turismo serão ponto de partida desta pesquisa, complementados pelo aprofundamento conceitual sobre o que são políticas públicas, as novas demandas, as demandas recorrentes e as demandas reprimidas, os tipos de políticas públicas, passando pelas arenas, fases ou ciclos, até chegarmos aos atores envolvidos. Tudo isto com o objetivo de dar o suporte teórico necessário à identificação dos fatores que levam o fracasso ou sucesso das políticas públicas voltadas ao turismo na cidade de Maceió, baseado nos pilares da eficiência, eficácia e efetividade, estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal.

Política pública voltada para o turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo ser o alcance e/ou a continuidade do pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território. Toda política tem intencionalidade e ideologia. Uma política setorial revela uma forma do poder público ver, pensar e se posicionar no mundo. Todas as iniciativas públicas e privadas que concorrem para o desenvolvimento de certa atividade já nascem com um conteúdo político. (CRUZ, 2000)

A política e o planejamento são processos interdependentes, na elaboração de planos que deve ser antecedida pela discussão das políticas que serão adotadas. Ainda Cruz (2000 p. 50) destaca que “Embora não haja plano ou planejamento sem conteúdo político e toda política setorial careça de planejamento para sua eficaz consecução, a política antecede o plano”.

Com isso, a pesquisa contribuirá para a atual discussão sobre o modelo de política pública do turismo da cidade de Maceió aplicado pelo governo estadual e municipal. Em relação à relevância social, este estudo poderá auxiliar os gestores públicos no

direcionamento de ações de fomento do turismo a partir do diagnóstico dos problemas que afetam as políticas públicas sob a égide da eficiência, eficácia e efetividade dos recursos públicos, o que tem reflexo direto no desenvolvimento local, na geração de emprego e renda, fatores preponderantes no combate à pobreza.

A pesquisa justifica-se na medida em que proporcionará um conjunto de informações que contribuirão como subsídios para uma melhor consolidação entre a oferta e a demanda turísticas existentes em Maceió. Enriquecendo conhecimentos quanto aos aspectos político administrativo do turismo nesta capital, aumentando a esperança de melhorias presentes e futuras para o Estado de Alagoas.

A relevância do tema se justifica devido aos aspectos social, político e econômico que o turismo provoca no desenvolvimento dos municípios com vocação turística. Daí surgirem os seguintes objetivos: analisar as destinações dos recursos das políticas públicas do Estado de Alagoas no que se referem ao desenvolvimento do turismo na capital Maceió, constantes nos Plano Plurianual 2008-2011, levando em consideração a eficiência, eficácia e efetividade. Para alcançá-lo será necessário identificar fatores que levam a deficiência ou não na execução das políticas públicas do turismo na cidade de Maceió focados nos pilares da eficiência, eficácia e efetividade; elaborar reflexão teórica sobre o que é turismo, além de pontuar sua importância para o desenvolvimento e de como a intervenção do Estado pode auxiliar neste aspecto; e Propor estratégias de otimização da gestão pública para que os gestores, municipal e estadual, possam formular políticas de otimização do turismo de Maceió, contribuindo para o desenvolvimento de sua capital e seus cidadãos.

Por meio destas premissas é que vamos obter resposta para a seguinte questão: as programações orçamentárias previstas no plano plurianual do governo do Estado de Alagoas no período 2008-2011, enquanto políticas públicas são eficientes e efetivas para o desenvolvimento do turismo em Maceió?

A expectativa em relação à pesquisa está dividida em dois possíveis resultados: o de que não existem investimentos suficientes do Estado e do município que suporte as demandas inerentes à devida estruturação do turismo da cidade de Maceió ou que não seja prioridade da gestão, e que este desenvolvimento esteja sendo propiciado pela iniciativa privada. E o segundo que exista expressivo investimento ao longo dos anos por parte do

Estado e do município em turismo, sendo inclusive promotor de ações em parceria com a iniciativa privada.

2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO TURISMO

Políticas Públicas são entendidas como o “Estado em ação” (Goberr, Muller, 1987); é o Estado implantando projetos de governo, através de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade, por meio de desenvolvimento planejado a curto, médio ou longo prazo, para que as atividades sejam desenvolvidas de forma controlada, podendo ser analisadas as melhores formas de aplicar o orçamento destinado aos investimentos em cada área, assim também se aplica ao turismo. Sobre este aspecto Beni (2006), afirma que se faz necessário instituir, desenvolver e proteger recursos turísticos como forma de promover um desenvolvimento equilibrado das atividades.

Nesta percepção de Barretto (2003, p. 33), “em termos genéricos, por políticas públicas se entende as ações do Estado, orientadas pelo interesse geral da sociedade”. Ou seja, estas ações devem estar associadas à preservação dos patrimônios públicos e criação de novos projetos culturais, esportivos e outros que coloquem Maceió no circuito cultural do país.

2.1 Papel das Políticas Públicas

As políticas públicas de turismo do Estado de Alagoas e do Município de Maceió são ainda incipientes no âmbito do planejamento e da gestão pública nos diferentes níveis de investimentos. Assim, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma discussão de como se organizam e aplicam as atuais políticas públicas de turismo do Estado de Alagoas para com o município de Maceió, através de uma análise das ações previstas no Plano Plurianual – PPA – 2008-2011 do governo do estado naqueles projetos destinados ao desenvolvimento turístico de Maceió, que é a capital do estado e um dos municípios com maior potencial turístico no estado, levando-se em consideração o seu litoral, sua história e o fator de ser capital do estado e o primeiro município do estado em termos de população.

Rua (1998) comprova em seus estudos sobre políticas públicas que a sociedade contemporânea passou, nos últimos anos, a ter algumas especialidades diante da sua complexidade, expressa pelos diferentes valores, onde reveste de soberania o poder público. A aplicação das políticas públicas passa também pela dificuldade em deslocar ou destinar a

distribuição de bens públicos, em busca de compor uma relação harmoniosa entre os grupos sociais, evitando possíveis conflitos sociais.

Quando se fala em complexidade dentro da política pública, entende-se que é algo mais trabalhoso de ser implantado, requer ações com significativo investimento para sua execução, sendo consultadas e planejadas antecipadamente pelos respectivos órgãos responsáveis pelo turismo local. É uma forma de criar um espaço para discussão dentro da própria comunidade, revendo os pontos mais fragilizados que precisam de maior investimento e empenho. Sobre as políticas públicas no turismo, segundo Gomes:

[...] compreende toda a atividade política que tem como objetivo específico assegurar, mediante a intervenção do Estado, o funcionamento harmonioso da sociedade, suplantando conflitos e garantindo a manutenção do sistema vigente. (GOMES 2004, p. 183)

O Estado deve perceber o turismo como um direito social, pois é uma forma de lazer e de se trazer melhorias na qualidade de vida da população, além de contribuir na construção da característica da cultura local, abrindo espaço para novos projetos o que contribuirá para o desenvolvimento turístico e socioeconômico, por consequência.

Carvalho (2000) entende que as políticas públicas em turismo devem ser compreendidas através de um conjunto de decisões que envolvem ações relativas a transformações de valores, encontrando-se concretizadas e validadas legalmente seja através dos programas, projetos, planos, metas e orçamentos que envolvam os poderes públicos, federal, estadual ou municipal.

A implementação de uma política pública multisetorial no turismo envolve questões ligadas a um conjunto de atividades que possuem diferentes competências e atores envolvidos, sejam elas agências estatais ou atores privados. Outro fator que dificulta a implementação é a dificuldade de identificar claramente qual o setor econômico que trata da atividade turística, por envolver diferentes bens e serviços vendidos aos visitantes e aos turistas domésticos e originam-se de vários ramos da produção.

O êxito do planejamento e da execução das políticas de turismo vai depender, e muito, do seu lugar na hierarquia do Estado. Outras dificuldades apontadas pelo autor são: a indefinição da própria política com relação à normatização institucional da gestão dessa política; a falta de integração e coordenação entre os

organismos oficiais de turismo em todos os níveis; a inexistência de uma ação intersetorial no desenvolvimento do turismo; a descontinuidade administrativa; a carência de mão-de-obra qualificada e especializada, e a ausência de pesquisas científicas (Beni, 1998, p. 161-9).

Planejar o turismo nas esferas governamentais requer duas situações, a primeira é colocar o turismo como uma prioridade dentro dos projetos e programas do governo, e a segunda é formar uma boa equipe que planeje e execute as ações dentro dos prazos estabelecidos. Outro ponto importante é integrar a comunicação entre os diferentes setores da gestão da política, estreitando os caminhos para um bom relacionamento. A qualificação e especialização da mão de obra é um dos fatores preocupantes já que são poucas as ações que visam melhorar os serviços de atendimento ao turista.

O objetivo das políticas públicas para o desenvolvimento e gerenciamento do setor turístico, motiva os gestores do setor privado e a comunidade a perceberem no turismo, oportunidades que, quando bem planejadas, podem resultar em mais empregos, divulgação da cultura local, aumento no rendimento, etc. Portanto, é importante estabelecer uma política de desenvolvimento turístico, acompanhado de um plano físico turístico tendo como base nos objetivos, nos levantamentos, na análise e síntese dos dados obtidos em pesquisa local (OMT, 2003).

Beni (2001, p. 178) entende que a política de turismo pode ser compreendida como “um conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país”. Portanto, cabe aos órgãos públicos o papel de definir prioridades, criar regras e gerenciar recursos, pois é através dele que se originam as diretrizes e se fornecem as facilidades para execução dos mesmos.

O compromisso dos diversos atores envolvidos no gerenciamento das ações do plano de turismo, deve se tornar evidente nas suas execuções, pois é uma forma de promover o desenvolvimento local do turismo, trazendo melhoria para qualidade de vida da população. Onde buscar estes recursos? Devem ser levantados em todas as esferas governamentais, com o único propósito de desenvolver um plano turístico do município que tragam resultados satisfatórios.

Segundo Oliveira (2006) embora sejam elaborados bons planos, eles correm o risco de falhar por haverem problemas técnicos na sua implementação, ou mesmo serem

sabotados ou se não forem implementados em conformidade como foi aconselhado no momento da elaboração. Em uma visão mais moderna de planejamento, tenta criar mecanismos de gestão da implementação como forma de garantir a execução daquilo que foi planejado. Observa-se que a fiscalização dos resultados ainda é insatisfatória e precisa ser mais rigorosa e criteriosa para o alcance dos objetivos.

A clareza da política pública no setor turístico deve trazer uma concepção que defenda a visão do desenvolvimento e buscar conhecer quais são seus compromissos junto ao turismo local. Outro ponto relevante é ter como objetivo democratizar o bem público do turismo, possibilitando o lazer, hospitalidade para todos os visitantes e cidadãos, trazendo para uma realidade onde a sociedade organizada esteja presente nessas definições. (GASTAL; MOESCH, 2007)

A Organização Mundial do Turismo - OMT (2003) acredita que não há uma identificação na política pública, quando oferece uma infraestrutura básica, que ajude a promover alguns atrativos turísticos, determinando padrões administrativos que favoreçam as instalações de serviços turísticos. O turismo precisa de profissionais capacitados e treinados para atender um maior número de visitantes, mesmo que para isso seja necessário estimular com ofertas de cursos para que se sintam seguros em seus serviços, além de ser uma forma de promover as agências e instituições envolvidas nestes programas de qualificação.

Estas ações políticas, quando planejadas e executadas dentro de um plano turístico, podem oferecer incentivos para atrair investimentos do setor privado estimulando novas promoções para o desenvolvimento local. Os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do setor turístico devem criar e conservar os atrativos turísticos, colaborando, de forma intensiva, na geração de renda para a comunidade local.

2.2 Intervenção do Estado no Setor Turístico

A intervenção do Estado parte do planejamento que é a função administrativa mais importante para os gestores públicos. Segundo Beni (2001) é no planejar que se constituem as diretrizes como forma de reconhecimento das funções do setor administrativo que irão

participar da organização, implantação, liderança e controle das ações desenvolvidas pelos gestores. A sobrevivência das organizações se estabelece através dos objetivos e métodos escolhidos para alcançá-los, levando em consideração o conhecimento da realidade em que se encontra o objeto de estudo, criando também novos cenários para o futuro.

A política de turismo é a espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos, programas), do “executar” (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do “reprogramar” (estratégia) e do “fomentar” (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais. (BENI, 2001, p. 177)

No planejar, o “formular, pensar, fazer e executar” são palavras que dão sustentabilidade para o plano. É exatamente no plano que são construídas as estratégias para que se torne possível “tirar do papel” todas as ações pensadas durante a sua elaboração. É importante que haja uma preocupação em preservar o patrimônio natural e cultural, bem como investir em novos produtos turísticos para o desenvolvimento local.

Foi no Plano de Metas (1956/61) que surgiu o planejamento na área de turismo, no qual se criou a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR – 1958), tendo como intenção de coordenar, planejar e supervisionar a execução da Política Nacional de Turismo (FERRAZ, 1992). Neste contexto observa-se que foram elaborados três objetivos importantes para direcionar as ações e promover o Plano Nacional de Turismo, como se observa a seguir:

O Plano Nacional do Turismo 2007-2010 elabora três Objetivos Gerais, que são os Objetivos Setoriais no PPA 2008-2011: 1- Promover o turismo como um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros; 2- Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais; e, 3-Fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional e atrair divisas para o País. (BRASIL, 2009, p. 08)

As propostas políticas descritas no PNT vêm promover a descentralização da atividade turística e promover ações que envolvam diferentes atores de Instituições públicas ou privadas. Observa-se que as ausências de diretrizes nacionais provocam uma fragilidade

legal e institucional em nível estadual e municipal, o que torna o turismo em Maceió desorganizado ou desestruturado, comprometendo a qualidade dos serviços turísticos.

Na percepção de Toledo, Valdés e Pollero (2003) quando se trata de uma gestão bem sucedida do turismo regional, conta-se com a articulação e iniciativas de diferentes entidades, tais como: organizações públicas, privadas e não governamentais (ONG), por onde estão capacitadas a gerenciar os planos em seus objetivos das diferentes áreas de conhecimento.

As atribuições do poder público em relação ao turismo podem variar em razão do sistema político e dos interesses de cada estado, envolvendo as questões sociais, políticas, econômicas, culturais, entre outras. Portanto, em qualquer situação, a intervenção do Estado é muito importante para o fortalecimento e desenvolvimento do turismo (LICKORISH, 2000).

Para que haja uma economia bem sucedida se faz necessária uma cooperação entre o setor público e privado, ficando para os governos locais a responsabilidade da infraestrutura básica para ajudar na operacionalização do turismo. O Estado deve criar leis que possibilitem defender com rigor as questões que envolvem os interesses sociais, econômicos e culturais locais, legitimando os interesses daqueles que desejam explorar os recursos turísticos oferecendo segurança para a população e seus visitantes. Para Lickorish (2000) os governos devem intervir no turismo, pois ele envolve questões que tratam das responsabilidades sociais, culturais e ambientais, tendo a preocupação de preservá-los em seus devidos ambientes, o que deve ser mediado pelo governo.

Foi através do Decreto-Lei nº. 55, de 18 de novembro de 1966, que foi criada, no país, a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), com o objetivo de definir a política nacional de turismo e criar o Conselho Nacional de Turismo. Mas foi a partir da década de 1980, que a Embratur começou a preparar e estimular programas, priorizando o turismo receptivo. Com o passar dos anos, na década de 1990, a Embratur deu início à formulação de ações com o objetivo de coordenar e de fazer executar a política nacional de turismo, poder este conferido ao longo dos anos anteriores (SANTOS FILHO, 2012).

Outra medida adotada pela Embratur foi criar o Plano Nacional do Turismo (Plantur), em julho de 1992. A finalidade foi aplicar as medidas estabelecidas pela Política Nacional do Turismo, através de instâncias da gestão pública e da iniciativa privada.

Buscando uma tendência de municipalização das políticas públicas, o Instituto Nacional do Turismo criou o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). (EMBRATUR, 1999)

O PNMT foi um programa criado pelo governo federal visando estimular o desenvolvimento turístico nacional a partir da descentralização das políticas públicas de turismo e do fortalecimento do planejamento turístico nos municípios (EMBRATUR, 1999). Segundo documento oficial Embratur/Ministério do Esporte e Turismo (1999, p. 11), o objetivo geral do PNMT era “fomentar o desenvolvimento turístico sustentável nos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política.”

Partindo do pressuposto de que a regionalização é um novo modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, ele entende que “regionalizar o turismo é transformar a ação na unidade municipal para uma política pública mobilizadora de planejamento e coordenação para o desenvolvimento turístico local e regional, estadual e nacional, de forma articulada” (BRASIL, 2004b, p.11).

O PNMT foi um programa criado pelo governo federal que visou estimular o desenvolvimento turístico nacional, a partir da descentralização das políticas públicas de turismo e do fortalecimento do planejamento turístico nos municípios. Apesar de ter sido criado em 1992, o PNMT só foi instituído oficialmente em 1994, iniciando suas atividades efetivas nos municípios a partir do ano de 1995 e persistindo em âmbito federal. (EMBRATUR, 1999)

A criação do Plantur veio fortalecer a política dos municípios no setor turístico, além de criar uma gestão mais descentralizadora, que trata das questões do turismo local com mais propriedade, sabendo quais os procedimentos que devem ser tomados para o desenvolvimento de uma política voltada para o crescimento econômico e social do município.

As políticas públicas devem dar suporte para o desenvolvimento de projetos que coloquem o turismo como uma fonte de desenvolvimento econômico, buscando trazer uma melhor distribuição de renda, criando um mercado consolidado em produtos que venham gerar emprego para as famílias locais e levar para os turistas um pouco da história e da cultura regional.

No Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal existia a previsão de investimentos da seguinte ordem de acordo com o Orçamento Geral da União:

Tabela 01: Investimentos previstos pelo PAC – 2007-2010.

INVESTIMENTOS	R\$ (Bilhões) 2007-2010
Infraestrutura Logística	58,3
Infraestrutura energética	274,8
Infraestrutura social e urbana	170,8
TOTAL	503,9

Fonte: Plano Nacional do Turismo – Brasil – 2007/2010

Fazer com que uma parcela destes valores fosse destinada à seus domínios requeria a elaboração de projetos factíveis e realistas por parte dos gestores públicos dos estados e municípios para com eles investirem no desenvolvimento econômico e social dos municípios e do país, por consequência. O desafio para a obtenção dos recursos de dava através da elaboração de projetos que contemplassem o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do destino turístico. O gestor público tem que ser o indutor do desenvolvimento, como provedor de políticas voltadas para o turismo interno, abrindo novas portas para a inclusão social.

3 TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O governo vem propondo uma política de desenvolvimento com a finalidade de harmonizar a força e o crescimento do mercado, visando uma distribuição de renda que combata as desigualdades, agregando soluções nos diversos campos econômico-político social, além do cultural e ambiental. É no turismo que o governo pretende investir para que possa ser efetivamente, um direito de todos, respeitando as diferenças, sob a perspectiva da valorização do ser humano e de seu ambiente. (BRASIL, 2010)

O PNT 2007-2010 afirma que o governo, ao priorizar o desenvolvimento do turismo no país, considera os bons resultados da atividade relacionados aos seguintes fatores:

- O turismo é um multiplicador do crescimento, estando sempre acima dos índices médios de crescimento econômico;
- O turismo é intensivo de mão de obra, com impactos positivos na redução da violência no país;
- O turismo é uma porta de entrada para os jovens com diferentes níveis de qualificação no mercado de trabalho;
- O turismo ajuda a fortalecer a identidade do povo e contribuir para a paz ao integrar diferentes culturas.

O turismo pode ser um instrumento poderoso na obtenção dos objetivos que buscam a erradicação da miséria, oferecendo sustentabilidade ambiental no desenvolvimento dos municípios, para isso faz-se necessário na sua prática o exercício dos padrões éticos contidos no Código Mundial da Ética no Turismo. As ações devem estar pautadas na proteção das crianças e adolescentes, trazendo debates sobre a temática do turismo sustentável e infância. (PNT 2007-2010 - MTur)

As metas que fazem parte dos programas do Plano Nacional de Turismo 2007/2010 têm como referência princípios norteadores expressos através de uma visão e objetivos que dão sustentabilidade à formulação e execução destas ações. Quanto à visão o turismo contempla as diferenças culturais e sociais, criando produtos brasileiros diversificados para

cada região expandindo o mercado interno e a introdução eficaz do país no cenário turístico mundial, gerando divisas que são alcançadas pelas ações estratégicas indicadas. ((PNT 2007-2010 -MTur)

O Ministério do Turismo criou objetivos importantes que ajudam a traçar as ações voltadas para o desenvolvimento do turismo local sustentável, visando criar uma estrutura permanente em seus produtos turísticos regionais. Para isso buscou-se:

- Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais;
- Promover o turismo com um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros;
- E fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional e atrair divisas para o País.

O turismo passa a ser um elemento primordial para o desenvolvimento local e sustentável dos municípios que buscam planejar suas ações como forma de facilitar a sua execução, utilizando-se de estratégias peculiares a cada região, respeitando a cultura e regionalidade, sendo um disseminador das belezas e riquezas de cada local.

O ciclo de vida de uma destinação turística tem que ser inovado sempre para não ser levado à estagnação e à eliminação; que se inicia com taxas pouco elevadas, que crescem conforme entram na moda. A partir de determinado momento, o crescimento passa a ter influencia na qualidade do produto e, é neste momento que os atores envolvidos deverão buscar alternativas para que a qualidade dos serviços ofertados não caia e a atração turística continue a atraente para o turista.

A demanda turística é influenciada pelos preços do produto (concorrência e produtos complementares), da renda do consumidor, do nível de investimento em propaganda, modismo, variações climáticas, catástrofes naturais e artificiais e pela disponibilidade de tempo livre dos potenciais turistas.

3.1 Turismo como Atividade Socioeconômica

O turismo é uma combinação de atividades. Ele se manifesta e se expande devido as modificações históricas que interfere nos mais diversos aspectos que compõe as relações sociais: economicos, culturais e politicos.

O turismo é capaz de produzir enorme impacto na economia local onde a atividade é desenvolvida, pelo fato de ser um meio eficaz de distribuir renda, captar divisas, gerar empregos, incrementar as atividades economicas de outros setores da economia, aumentar a arrecadação fiscal, promover o desenvolvimento regional e incentivar novos investimentos na região, à medida que a atividade cresce.

O turismo é uma atividade sistêmica. Dificilmente outra atividade humana agregará tantas áreas heterogeneas, que possuem objetivos comuns, que é o desenvolvimento da atividade turística da melhor forma, envolvendo uma interação entre órgãos publicos de segurança, transporte, educação, planejamento e infraestrutura com as empresas privadas envolvidas na atividade como agencias de viagens, empresas de propaganda, hotelaria e meios de hospedagens, locadoras de veículos, faculdades e universidades.

O turismo é, na atualidade, uma das atividades econômicas e sociais que trazem mais divisas para o país, além de proporcionar uma dinâmica diária em nossa sociedade. “O turismo, hoje em dia, já é o quinto principal produto na geração de divisas em moeda estrangeira para o Brasil, disputando a quarta posição com a exportação de automóveis.” (Presidenta Dilma Rousseff, na apresentação do PNT 2007-2010)

Segundo Krippendorf (2003, p.13): “a sociedade humana outrora tão sedentária, pôs-se em movimento”. O modo emergente e massificador da demanda coloca em prática a atividade turística, tornando possível rever a importância de redefinir os modelos e conceitos estabelecidos pelos estudiosos, profissionais do *trade* turístico, investidores e sociedade em geral, buscando trazer ou não, o desenvolvimento para as localidades e satisfação para os turistas.

Já o vocábulo “ismo” é de origem grega e significa “doutrina”. Segundo o léxico, doutrina significa: corpo de ensinamentos e princípios. O turismo assim seria uma “Doutrina do Passeio”. Portanto, a idéia da palavra turismo surge dos princípios fundamentais da realização e da forma de entender como o deslocamento pode ser

considerado como passeio, onde se subentende a idéia de atividade prazerosa. A definição aqui colocada foge um pouco da proposta inicial, pois esta voltada a uma atividade comercial e com fins lucrativos. (BENI, 2001)

A partir dos anos 90 o turismo passou a ter um crescimento constante, tornando-se uma atividade promissora tendo uma maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) e na geração de emprego. Estas mudanças levaram também o governo brasileiro a redimensionar o seu entendimento sobre turismo. Partindo deste contexto a Política Nacional de Turismo, formulada pela Embratur em 1992, adotou a seguinte definição de turismo:

Uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações – compra e venda de serviços turísticos – efetuados entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita (EMBRATUR, 1992).

A definição colocada pela Embratur engloba vários tipos de turismo, como lazer, trabalhos, negócios, turismo de eventos, entre outros. Ou seja, por trás do turismo existem outras atividades como econômica e social, pois envolvem predominantemente questões financeiras e a relação entre pessoas, lugares, desejos e motivações. Segundo Brito e Fontes (2002), os indivíduos que normalmente participam da realização de quaisquer eventos têm como intuito a sociabilização, ou seja, trocar informações, estar atualizado, em busca de novas tecnologias, participar das discussões sobre novas ideias, conhecer ou participar do lançamento de produtos, fortalecer as relações interpessoais, sociais, culturais e comerciais das empresas, além de programar encontros importantes para negócios que resultem em geração de renda.

Andrade (1999, p. 35) acredita que o turismo está associado a um conjunto de viagens que têm como finalidade o lazer, motivos comerciais, profissionais, recreação, descanso, cultura ou saúde, durante os quais é temporária a ausência da residência fixa. É importante salientar que as viagens realizadas para se locomover ao local de trabalho não se constituem em turismo.

Quando se trata o turismo como definição econômica há uma percepção mercadológica com relação ao assunto, o que afeta de forma direta os estudiosos do turismo

que considera como sendo um fenômeno social. Diante desta dificuldade conceitual encontra-se uma resposta mais contextualizada, embora conservadora, sobre o assunto,

A conceituação do turismo não pode ficar limitada a uma simples definição, pois este fenômeno ocorre em distintos campos de estudo, em que é explicado conforme diferentes correntes de pensamento, e verificado em vários contextos da realidade social (BENI, 2001, p.39).

A definição de turismo envolve diferentes fenômenos, seja de ordem econômica, social, cultural, além de estarem ligadas as correntes dos pensadores que tratam deste assunto, colocando as diferentes formas de percepção do turismo a nível local e nacional.

O turismo pode estar contextualizado dentro das economias e sociedades, como agentes transformadores que podem agregar valores culturais e sociais. A ausência de planejamento desta atividade pode resultar em impactos ambientais, sociais e econômicos irreversíveis que podem provocar o declínio de um atrativo turístico, podendo leva-lo a extinção.

É uma combinação das atividades que se relacionam com a realização de uma viagem, tais como transporte, alojamento, serviços de alimentação, lojas, entretenimentos, instalações e outros serviços. O turismo engloba todos os prestadores de serviço para os turistas (visitantes) ou para os relacionados a eles. É uma indústria mundial de viagens, hotéis, transportes e todos os demais componentes, incluindo a publicidade e a propaganda turística que atende as necessidades e desejos dos viajantes.

É comum encontrar, nos períodos de alta temporada, em cidades que são pólos turísticos, promoverem o aumento dos preços, da poluição sonora e visual, da degradação das áreas naturais e do patrimônio histórico-cultural, trazendo transtornos para a população local. Portanto, costumes locais podem sofrer alterações drásticas com o intuito de adequar a oferta de produtos, seja nas áreas do artesanato ou manifestações folclóricas visando agradar os turistas. (LEMOS, 2001).

Portanto, a população de uma destinação turística deverá estar preparada para discernir entre as coisas boas que a captação de turistas trará para sua região, assimilando-

as e utilizando-as para a melhoria da qualidade de vida da população e descartar aquelas que não auxiliarão no desenvolvimento econômico, ambiental e social da população nativa.

Definir turismo como sendo uma simples atividade não é suficiente, pois deixaria o turista sem consciência do que seria o turismo, daí investir na compreensão plena do seu conceito. Surge desta forma, uma definição mais acadêmica, que coloca o turismo como um fenômeno social:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou de grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas interrelações de importância social, econômica e cultural (OMT *apud* DE LA TORRE, 1992, p. 92).

Portanto, o turismo não pode ser considerado uma indústria por estar situado no setor terciário da economia. É reconhecido como uma atividade de prestação de serviços, já que envolve outros fatores relevantes, como a geração de emprego e renda, o desenvolvimento econômico local, além de estimular a comercialização de produtos locais. Quanto à questão da infraestrutura, o turismo propicia melhoria de equipamentos urbanos, sinalização, estradas, segurança, investimentos voltados à proteção do meio ambiente e à cultura, como no caso do patrimônio, além da melhoria do nível sociocultural da população residente trazendo uma melhor qualidade de vida. Quem viaja não busca só o lazer mas, também, conhecimento e cultura.

Turismo é uma atividade que tem na prestação de serviços a sua principal característica, utilizando-se dos demais setores produtivos da economia, que são os responsáveis pelo seu perfeito funcionamento.

É importante ressaltar que o turismo é um fenômeno complexo e abrangente, pois envolve vários segmentos que trabalham com viagens e toda a cadeia de bens e serviços como cultura, gastronomia, comércio, negócios, teatro, dança, música, artesanato, eventos, transporte, segurança e entretenimento. Estes segmentos são os principais geradores de divisas para um país.

É preciso trabalhar o Turismo de forma planejada e de maneira sustentável, compreendendo as relações em que estão envolvidos, sempre de forma contextualizada e

organizada. Tendo uma proposta inclusiva com relação às pessoas e preservando a identidade, seus valores e atrativos locais.

Enfim, o crescimento da atividade turística faz com que os aspectos políticos do desenvolvimento se tornem crescentes onde se almeja a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos.

3.2 Plano Nacional do Turismo - PNT

O Brasil possui um excelente potencial turístico, com suas praias maravilhosas, consideradas as melhores do mundo, sol quase o ano inteiro, principalmente na região nordeste do país, fauna e flora exuberantes, folclore riquíssimo e um povo considerado dos mais hospitaleiros do mundo, mas participa de forma ínfima, face ao seu enorme potencial, no mercado turístico mundial, estimulando de maneira lenta, ainda, o mercado turístico interno, que necessita melhorar muito, ainda, a estrutura e infraestrutura geral e específica referente à atividade.

As características da utilização intensiva dos fatores econômicos, de mão de obra, infraestrutura e do território brasileiro dão ao turismo uma importância estratégica para o país encarar suas mazelas sociais e auxiliar na eliminação delas.

Segundo BOULLÓN (1997), o patrimônio turístico de uma região é um sistema composto pela integração de quatro componentes:

- Atrativos turísticos;
- Planta Turística;
- Infraestrutura
- Superestrutura turística

Ou seja, o conceito de patrimônio resulta da matéria prima (atrativos) com as instalações (planta), com o apoio dos equipamentos (infraestrutura) e com a participação do subsistema organizacional e dos recursos humanos para operar o sistema (superestrutura). Conciliar esses componentes é o desafio para que os gestores façam com que os benefícios

da atividade turística tragam bônus à sociedade que compõe a região turística. A este respeito, PETROCCHI, 2001 – p. 19 disse o seguinte:

“A gestão do turismo precisa compreender a real dimensão da atividade e identificar as múltiplas variáveis que a compõem. É fundamental a preservação de valores históricos, culturais, sociais, arquitetônicos, assim como o meio ambiente, muito em voga atualmente. Também é imprescindível contar com a cumplicidade da sociedade. E, depois de tudo isto, é essencial administrar a dinâmica da oferta turística, pois o sistema de turismo, subdividido em muitas partes, tanto no ângulo das empresas privadas quanto no do poder público, exige o desempenho correto de todas as partes. O turismo representa assim, um complexo sistema de planejamento e gestão.”

Para De La Torre (1992, p. 92), o turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos, ou de grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (OMT apud DE LA TORRE, 1992, p.92).

O turismo apresenta, dentre outros fatores positivos, a geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico local, regional, estadual e nacional, estimula a comercialização de produtos locais, propicia melhoria de equipamentos urbanos e de infraestrutura de apoio (estradas, segurança, saneamento; como já dito anteriormente), investimentos voltados à proteção do meio ambiente e à cultura, melhoria do nível sociocultural da população residente e intercâmbio de ideias, costumes e estilos de vida. É uma atividade econômica com enorme importância no desenvolvimento socioeconômico, além de ser responsável pela redistribuição espacial de renda, por ser uma atividade intensiva de mão de obra. Auxilia na conservação e manutenção do meio ambiente natural, aliando a geração de emprego e renda, além da conservação do meio ambiente. Tem papel importante no desenvolvimento cultural, com a miscigenação de culturas, através da língua, produção artesanal, folclore, gastronomia e outros fatores comprovados como:

- Gerador de divisas estrangeiras;
- Auxilia no entendimento e amizade entre os povos;

- Incrementa a renda da população;
- Rompe barreiras de língua, classe, raça, religião e política;
- Ajuda no desenvolvimento da infraestrutura e melhora ainda mais a já existente;
- Desenvolve o comércio e a indústria, além da administração pública;
- Diversifica a economia, gera emprego e renda utilizando mão de obra e produtos locais;
- Melhora e protege as condições ambientais;
- Contribui para o desenvolvimento econômico local, regional e nacional;
- Melhora as condições de vida local da população;
- Tem efeito multiplicador de melhoria para a sociedade como educação, cultura e autoestima;
- Aumenta a arrecadação de impostos.

Apesar dos inúmeros benefícios que a atividade produz, o crescimento descontrolado da atividade pode provocar efeitos mais nocivos que os benefícios, como:

- Provocar desequilíbrio financeiro, criando uma demanda excessiva por recursos;
- Contribuir para a propagação de enfermidades;
- Causar dificuldades sazonais;
- Gerar inflação;
- Provocar desenvolvimento econômico desequilibrado;
- Provocar conflitos, etc.

Podemos afirmar que ainda existe certo amadorismo no comando do desenvolvimento da atividade turística no Brasil. Temos, ainda, poucos trabalhos científicos sobre o fenômeno turístico no país. O Poder Público corroborou, deixando a desejar no que se diz respeito às áreas responsáveis pelo desenvolvimento e investigação da atividade turística em nosso país.

Com a criação da EMBRATUR, o Governo Federal passou a reconhecer a importância do turismo como fonte provedora para o desenvolvimento econômico do país. Em 1991, através da Lei n.º 8.181, passa a condição de autarquia, denominando-se Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo com a finalidade de formular, coordenar, executar e fazer executar a política nacional do turismo.

Cada município deve buscar os conhecimentos necessários sobre o turismo, caso não queira ficar a margem do que se constitui hoje principal produto exportado no mundo nos últimos tempos principalmente em função do aumento da renda familiar, do tempo livre para a prática, melhoria dos níveis de instrução e avanço tecnológico da maior concentração urbana, fazendo com que as pessoas busquem na atividade turística um meio de se locupletar.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo PMNT, ligado a Política Nacional do Turismo, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR diz que a intervenção do poder público no turismo deverá provocar reações que produzirão intervenções na valorização dos seus recursos naturais, históricos, culturais, artísticos, contribuindo assim para a melhoria da atividade nos diversos níveis. A elevação da atividade turística se constitui em elemento propulsor do desenvolvimento e do crescimento econômico de áreas com esse perfil, contribuindo muito para elevação do produto interno, na redistribuição da renda, nas oportunidades e empregos e nos seus efeitos multiplicadores, atingindo todos os segmentos da sociedade, provocando bem estar em todos os atores envolvidos.

Segundo PETROCCHI (2009, p. 17), o planejamento é a função administrativa mais importante, pois é ela que estabelece diretrizes para as demais funções do ciclo administrativo, que são organizar, liderar e controlar. Portanto, o planejamento é vital para a sobrevivência da atividade turística. É baseado nessas diretrizes que os gestores devem focar, para trazerem resultados positivos e fazer com que o turismo traga para a sociedade todas as benesses que a atividade provoca.

De acordo com o Plano Nacional do Turismo - PNT 2007/2010, do Ministério do Turismo, o setor turístico vem se destacando de forma crescente em todo mundo, em virtude do seu papel relevante no desenvolvimento econômico e social, gerando renda e

empregos diretos e indiretos. É uma atividade que requer grandes investimentos, principalmente de infraestrutura e mão de obra qualificada, pois existe uma demanda associada ao consumo, sendo o seu desempenho fortemente influenciado pelo crescimento do nível de renda dos consumidores efetivos e dos demandantes potenciais. Em função disto se fez um programa de investimento que procurasse aplicar investir nestas atividades no período 2007/2010:

Os valores expostos na tabela abaixo revelam orçamentos voltados tanto para o setor público como privado, do turismo. São recursos concedidos com a finalidade de melhorar as infraestruturas do setor turístico como hospedagem, restaurantes, bares, áreas de lazer, como forma de incentivar a formação de polos turísticos que tragam visitantes e consequentemente desenvolvimento local.

Tabela 02 – Investimento Previsto para o Turismo – Brasil 2007 a 2010

Investimentos Previstos	Período 2007/2010
Em promoção externa com recursos do Orçamento Geral da União/ Ministério do Turismo	R\$ 689,22 milhões
Em promoção interna com recursos do Orçamento Geral da União/ Ministério do Turismo	R\$ 294,32 milhões
Em infraestrutura com recursos do Orçamento Geral da União/ Ministério do Turismo	R\$ 5,63 bilhões
Privados em meios de hospedagens	R\$ 6,78 bilhões
Financiamentos concedidos para o setor privado pelos bancos federais	R\$ 12,44 bilhões

Fonte: Plano Nacional do Turismo – Ministério do Turismo – 2007/2010

Dados da Organização Mundial do Turismo – OMT (2009), entre os anos de 2000 e 2008, informam que as viagens internacionais cresceram 4,2%, alcançando o total de 922 milhões de turistas em 2008, gerando uma renda de, aproximadamente, cinco trilhões de dólares. (World Travel & Tourism Council – WTTC). Segue abaixo, quadro demonstrativo da distribuição do turismo mundial, para comparação:

Anos	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008
Total de turistas - Mundo –	436	536	684	803	847	904	922
Unidade/ Participação (%)	milhões	milhões	milhões	milhões	milhões	milhões	milhões
Europa (%)	60,16	57,98	57,39	54,64	54,54	53,90	52,94

Ásia e Pacífico (%)	12,87	15,39	16,19	19,34	19,71	20,12	19,97
América Central e Caribe (%)	3,07	3,16	3,11	3,07	3,13	3,05	3,10
América do Norte (%)	16,44	15,00	13,38	11,21	10,70	10,54	10,61
América do Sul (%)	1,77	2,18	2,25	2,28	2,21	2,21	2,26
África (%)	3,49	3,75	4,09	4,67	4,89	4,99	5,09
Oriente Médio (%)	2,20	2,54	3,59	4,79	4,83	5,20	6,03

Quadro 01 – Comparativo da distribuição do turismo mundial

Fonte: Organização Mundial do Turismo - OMT

Observa-se no quadro comparativo acima que o turismo vem crescendo significativamente em todos os continentes, cada um dentro de suas características econômicas, culturais e sociais. Neste caso o governo federal prioriza o desenvolvimento do turismo no país pelo fato da atividade apresentar bons resultados. O Plano Nacional do Turismo (PNT) 2007/2010, do Ministério do Turismo do Governo Federal (MTur) coloca o turismo como uma fonte de desenvolvimento local e sustentável, e contemplava os seguintes fatores como objetivos específicos:

- Garantir a continuidade e o fortalecimento da Política Nacional do Turismo e da gestão descentralizada;
- Estruturar os destinos, diversificar a oferta e dar qualidade ao produto turístico brasileiro;
- Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado nacional e internacional, proporcionando condições favoráveis ao investimento e a expansão da iniciativa privada;
- Apoiar a recuperação e a adequação da infraestrutura e dos equipamentos dos destinos turísticos, garantindo a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais;
- Ampliar e qualificar o mercado de trabalho nas diversas atividades que integram a cadeia produtiva do turismo;

- Promover a ampliação e a diversificação do consumo do produto turístico no mercado nacional e internacional, incentivando o aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista;
- Consolidar um sistema de informações turísticas que possibilite monitorar os impactos sociais, econômicos e ambientais da atividade, facilitando a tomada de decisões no setor e promovendo a utilização de tecnologia da informação como indutora de competitividade;
- Desenvolver e implementar estratégias relacionadas à logística de transportes articulados, que viabilizem a integração de regiões e destinos turísticos e promovam a conexão soberana do país com o mundo.

O Brasil é considerado um país rico em beleza natural o que desperta o interesses dos turistas em conhecê-lo, podendo, desta forma, buscar uma melhoria considerável na elevação da participação mundial em captação de turistas, já que o percentual da América do Sul encontra-se em torno de dois por cento da captação de turistas do mundo, conforme quadro comparativo demonstrado acima.

A renda turística é representada pelo conjunto de recursos econômicos que se originam no marco do processo produtivo de todas as atividades propriamente turísticas, mais aqueles que se originam nos setores parcialmente turísticos e os influídos por estes, desde que sejam causados expressamente pelo nascimento e expansão do fato turístico. É a agregação sucessiva de todas as rendas parciais (ou valores agregados) que são originados pelo turismo nos diversos ramos produtivos, os quais, de maneira direta ou indireta, sejam influídos pela atividade. (FIGUEROA 1985: 95).

É consenso de vários autores e estudiosos do tema que o turismo é uma atividade econômica com enorme importância no desenvolvimento socioeconômico, além de ser responsável pela redistribuição espacial de renda, uma vez que os principais emissores de turistas são os países ricos e os receptores, nem sempre o são. O dinheiro que entra por conceito de turismo multiplica-se na economia porque provoca, de acordo com Barreto (2003, p. 72):

- Aumento da urbanização;

- Incremento das indústrias associadas: indústria de meios de transporte, indústria alimentícia, indústria de bens e capital para os fornecedores de serviços turísticos, além da indústria do artesanato e de lembranças;
- Incremento da demanda de mão de obra para serviços turísticos;
- Incremento da indústria da construção e da demanda da mão de obra respectiva;
- Aumento da demanda dos produtos locais desde os hortifrutigranjeiros até artesanato;
- Incremento da entrada de divisas que auxiliam no equilíbrio da balança comercial;
- Maior arrecadação de impostos e de taxas.

Daí constata-se que a economia gerada pelo turismo é intensa e precisa de mão de obra qualificada, que resulta em geração de emprego e renda para a população local. Outro aspecto, é que auxilia na conservação e manutenção do meio ambiente natural, ou seja, aliando profissionais voltados para preservação dos patrimônios naturais e prediais, gerando emprego e renda para a conservação do meio ambiente natural; além de ter um papel importante no desenvolvimento cultural e local, com a mistura de culturas, através da língua, produção artesanal, folclore, gastronomia e outros como:

- Geração de divisas estrangeiras;
- Auxilia no estreitamento das relações entre os povos;
- Desenvolve diversidades na geração de renda;
- Favorece a globalização;
- Incrementa o Produto Interno Bruto (PIB) do país;
- Rompe barreiras de língua, classe, raça, religião e política;
- Ajuda o desenvolvimento da infraestrutura e melhora ainda mais a já existente;
- Desenvolve o setor do comércio e indústria aumentando a arrecadação de impostos;
- Melhora e protege as condições ambientais;
- Melhora as condições de vida da população local;

- Reflete na melhoria da educação, cultura, autoestima e renda da comunidade local.

Estes benefícios trazidos pelo setor turístico tem seu efeito a médio e longo prazo, ou seja, passa por um período de estruturação que requer muito planejamento e ações que envolvam o setor público e privado. É através dos grandes eventos nas capitais que se percebe como anda a infraestrutura turística como a mobilidade, com vias de acessos em bom estado de conservação, uma boa rede hoteleira, bons restaurantes e bares, além de boas atrações e opções de lazer (teatro, amostras de música, festivais diversos, etc.). Por isto, a iniciativa de se pesquisar a percepção dos que fazem e planejam o turismo em Maceió. Avaliar como está e como poderá ficar, sugerindo ideias para melhorá-la, ao final.

3.3 Papel do Plano Plurianual de Alagoas

A elaboração do Plano Plurianual é realizada no período de 4 anos, e sua execução é realizada no primeiro ano de cada Gestão Governamental planejado pelo gestor anterior. Ou seja, todas as ações que requerem orçamento e custos só poderão ser executadas se antes planejada e aprovada pela Assembleia Legislativa.

Segundo a definição retirada do glossário legislativo da Câmara dos Deputados, o Plano Plurianual (PPA) tem como finalidade definir as prioridades do governo por um período de quatro anos, e construir uma ponte entre ela e a Lei Orçamentária Anual. O Presidente da República deve encaminhá-la ao Congresso Nacional, assim como o Governador a Câmara dos Deputados e o Prefeito a Câmara de Vereadores até o dia 31 de agosto do primeiro ano de sua posse.

Neste caso, o Departamento de Planejamento e Avaliação do Turismo tem um papel importante nas diferentes etapas do plano, seja no planejamento, na elaboração, na coordenação e na avaliação da Política Nacional de Turismo, bem como na sua aplicação. Outra função relevante é coordenar o Sistema de Monitoramento do Plano Nacional de Turismo, e para que este departamento possa funcionar bem, ele precisa acompanhar a dinâmica do mercado turístico nacional e internacional, com o objetivo de atualizar e

viabilizar a PNT, garantindo coerência entre as diretrizes governamentais e as políticas públicas que integram o Plano Plurianual do Governo Federal.

Segundo Teixeira (2009), a natureza do turismo permite que o Plano Plurianual seja projetado de forma versátil e flexível, ou seja, que correspondam as necessidades dos gestores e do público consumidor. É uma forma do corpo técnico, responsável pela sua elaboração, possa formatar novos caminhos para que as comunidades locais se adaptem ao mercado, passando a ser um atrativo para turistas de diversos segmentos.

O autor ainda afirma que o plano prevê uma ampla discussão sobre a visibilidade da oferta turística, através do marketing publicitário, como vídeos promocionais, encartes, entre outros meios de divulgação como, a forma de informar os atrativos e valorizar a cultura e os costumes locais, combatendo diretamente o êxodo rural e o abandono à cidade de origem.

As ações deste Programa demonstrarão a importância e a preocupação para com o desenvolvimento sustentável do turismo, bem como com o entretenimento e produção cultural da comunidade local.

Segundo Agência Alagoas (2011), o Secretário do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, Luiz Otavio Gomes, reuniu-se com a equipe técnica da Secretaria de Estado do Turismo (Setur) para conhecer o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), durante a reunião foram discutidos os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) dos polos Lagoas e Mares do Sul e da Costa dos Corais de Alagoas.

Para minimizar os impactos negativos e potencializar os efeitos positivos da atividade é fundamental e indispensável o planejamento da atividade turística, que não deve abranger somente uma localidade, mas todo seu entorno. É de responsabilidade do setor público o cuidado com a infraestrutura de apoio e do setor privado, investimentos em equipamentos e serviços turísticos. O Terceiro Setor, por sua vez, atuará na capacitação da mão de obra requerida na atividade. Ações conjuntas podem agregar ainda mais valor à atividade e contribuir com o seu efeito multiplicador.

Somente um conjunto de atrativos não garante o fluxo turístico ou a permanência das pessoas em determinado destino turístico, por isso, é necessária a existência de equipamentos e serviços de qualidade e de infraestrutura básica que permitam a fixação dos

turistas em um local por um determinado tempo. Para suprir as necessidades desta demanda real, ou da que se espera, é necessário dispor, além da oferta original, que são os atrativos turísticos; uma oferta agregada diversa, com grande variedade de hotéis, restaurantes, entretenimento, transporte, dentre outros serviços, sendo estes sempre oferecidos com qualidade.

É fundamental trabalhar o turismo sistematicamente, de uma maneira sustentável e crescente, entendendo-o como uma rede de relações envolvidas em um processo, contextualizando e organizando-o no tempo e o espaço em que acontece, incluindo as pessoas e preservando suas identidades, seus valores e os atrativos locais.

O PDITS é o instrumento que serve para planejar o turismo em uma área geográfica selecionada, tendo por objetivo principal orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, em curto, médio e longo prazo, estabelecendo as diretrizes para a definição de ações, prioridades e a tomada de decisão. Estes planos formam uma das etapas do Prodetur, que objetiva a expansão da atividade turística de forma planejada em todo o Brasil, contando com o financiamento de ações junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (AGÊNCIA ALAGOAS, 2011)

De acordo com o coordenador, os recursos são utilizados em obras para o fomento do setor turístico e estabelece cinco etapas para a atração de investimentos, que são a Carta Consulta, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS), que é a fase em desenvolvimento; Registro do Projeto, que são as recomendações e missões de identificação e recomendação; Proposta do Desenvolvimento da Operação (POD) e a última, que é a Contratação. (AGÊNCIA ALAGOAS, 2011)

São ações como esta que comprovam a preocupação do setor público em investir no turismo sustentável, trazendo novas oportunidades de investir em obras de infraestrutura, bem como na qualificação dos profissionais que trabalham na área de turismo na cidade de Maceió.

3.3.1 O Plano Plurianual de Alagoas – PPA – 2008-2011

O Plano Plurianual consiste no estabelecimento de medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, ao longo de quatro anos, cujo qual é dividido em planos de ação que devem conter o objetivo, valor, prazo de conclusão, fontes de financiamento de cada projeto, afim de indicar o que representa a situação que o plano visa alterar, para correta efetivação do previsto, ou não, no orçamento da União. Este plano em questão, 2008-2012, foi instituído pela Lei n.º 6.923 de 08/02/2008 e em seus três primeiros artigos assegura:

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011, em cumprimento ao disposto no art. 176, § 1º, da Constituição Estadual, conforme especificado no Anexo Único desta Lei.

§ 1º Para cumprimento das disposições constitucionais que disciplinam o Plano Plurianual, consideram-se:

I - diretrizes, o conjunto de critérios de ação e de decisão que deve disciplinar e orientar os diversos aspectos envolvidos no processo de planejamento;

II - objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização dos programas governamentais;

III - metas, a especificação e a quantificação física dos objetivos estabelecidos.

§ 2º O anexo mencionado no caput deste artigo compreende os programas do Governo para o quadriênio 2008-2011, indicando:

I – tipo do programa;

II – objetivo;

III – valor global por origem dos recursos; e

IV – ações regionalizadas por meta física e valor.

Art. 3º Os códigos e os títulos dos programas e ações orçamentárias deste Plano serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem.

De acordo com o determinado na referida Lei, se efetuou uma análise dos recursos previstos no PPA 2008-2011 destinados a Secretaria Estadual de Turismo, principal articuladora e implementadora do turismo no âmbito estadual.

<i>Programa</i>	<i>Previsto para</i>	<i>%Sobre o total de</i>	<i>Previsto para</i>	<i>%Sobre o total de</i>
-----------------	----------------------	--------------------------	----------------------	--------------------------

	2008 (R\$ 1,00)	recursos do Poder Executivo previstos no PPA para 2008 (R\$ 1.301.344.967,00)	2009/2011 (R\$)	recursos do Poder Executivo previstos no PPA para 2008 (R\$ 4.861.611.158,00)
0203 – Programa de capacitação e qualificação dos produtos turísticos	75.000,00	0,000576327	876.060,00	0,018019952
0194 – Programa de desenvolvimento do produto turístico	757.500,00	0,005820901	8.383.870 ,00	0,172450443
0206 – Fomentar os arranjos Produtivos Locais do Turismo no Estado 0 APL's	342.000,00	0,00262805	2.837.973,00	0,058375154
0207 – Programa do desenvolvimento do turismo no Nordeste – PRODETUR	2.501.656,00	0,019223619	19.047.529,00	0,39179458
0209 – Promoção e divulgação do destino Alagoas no âmbito nacional e internacional	1.425.000,00	0,01095021	15.482.667,00	0,318467819
29553 – Funto do Turismo	45.000,00	0,000845796	703.610,00	0,014472774
Total	5.146.156,00	0,039544903	47.331.709,00	0,973580722

Quadro 02 – Recurso Previsto no PPA 2008-2011 do Governo Estadual de Alagoas destinados a SETUR

Fonte: PPA 2008-2011 Alagoas

Em cada um dos programas, identificados no quadro acima, destaco que o programa 0203 tem como objetivo melhorar a qualidade dos serviços ofertados pelo setor de turismo, contribuindo como o aumento da competitividade do destino.

No programa 0194, o objetivo é o de formatar e diversificar a oferta turística de Alagoas através de ações integradas que promovam a interiorização e a regionalização da atividade turística no estado, trabalhando em consonância com o Plano Nacional de Turismo – PNT do Ministério do Turismo - MTUR.

Neste programa constam, ainda, os seguintes projetos:

- Projeto de zoneamento turístico do Estado, que visa definir visão de médio e longo prazo para a atividade turística no Estado;
- Projeto de segmentação e formatação de novos produtos e roteiros, que visa à diversificação da oferta turística do Estado, buscando a competitividade deste destino;

- Projeto turístico ambiental de fomento a pesquisa, que visa à promoção do turismo através do tripé social, econômico e ambiental;
- Estudo e pesquisa para a caracterização da oferta e demanda turística, definindo o perfil do turista e criando uma série histórica para subsidiar a tomada de decisões no setor;
- Programa de fidelização que visa, através de incentivo, a fidelização do turismo para os públicos interno e externo;
- Programa de capacitação e qualificação dos produtos turísticos, que visa a melhoria da qualidade dos serviços ofertados pelo setor, contribuindo para o aumento da competitividade deste destino. Dentre eles, destaca-se:
- Elaboração de um banco de dados e consultoria técnica especializada aos municípios para dimensionar o setor;
- Criação de um selo de qualidade – QUALITUR, para qualificar as empresas da atividade; Cadastramento e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos – CADASTUR, a fim de quantificar e melhorar os serviços ofertados;
- Fomento aos arranjos produtivos locais do turismo – APL's (APL é a associação do Governo do Estado de Alagoas com o SEBRAE – Serviço Brasileiro de apoio às micros e pequenas empresas para conceber e implementar o programa de mobilização para o desenvolvimento dos arranjos e territórios locais do Estado.), que são os três abaixo discriminados:
 - Arranjo Produtivo Local de Turismo Caminhos do São Francisco - O APL CAMINHOS DO SÃO FRANCISCO foi lançado em 16 de julho de 2008, com o objetivo de desenvolver a atividade turística de forma responsável com foco no mercado regional. Estão inseridos em seu território os municípios ribeirinhos da calha do rio São Francisco, Piaçabuçu, Penedo, Igreja Nova, Porto Real do Colégio, São Brás, Traipu, Belo Monte, Pão de Açúcar, Piranhas, Olho d' água do casado, Delmiro Gouveia e mais o município de Água Branca, que não está na calha, distantes da Capital Maceió 175 km/média. O processo de organização e articulação dos piscicultores começou a se fortalecer a

partir de 2008, com a inserção do Arranjo Produtivo Local Turismo Caminhos do São Francisco no PAPL – Programa de Promoção e Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais do Estado de Alagoas, um programa do Governo do Estado em parceria com o SEBRAE.

- Arranjo Produtivo Local de Turismo Lagoas e Mares do Sul – Foi iniciado em abril/2004 com o objetivo de transformar a referida região em um destino turístico consolidado e sustentável. Estão presentes nessa cadeia produtiva cerca de 150 empresários diretamente ligados aos meios de hospedagens, bares, restaurantes, barqueiros, além de 600 artesãos organizados em núcleos, associações e cooperativas. Estão inseridos em seu território os municípios de Maceió (somente o bairro Pontal da Barra, devido ao polo de artesanato lá existente), Marechal Deodoro, Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte, Pilar e Barra de São Miguel. Com o sucesso desse trabalho, em 2008 o APL se expandiu incluindo quatro novos municípios (Roteiro, Jequiá da Praia, Coruripe e Feliz Deserto), passando a se chamar APL de Turismo Lagoas e Mares do Sul.
- Arranjo Produtivo Local de Turismo Costa dos Corais, que visa o aumento da interação e da cooperação entre produtores e empreendedores; buscando maior atração de capitais; aumento do dinamismo empresarial; redução dos custos e riscos empresariais; promoção de inovações tecnológicas; maior agilidade e flexibilidade da mão-de-obra; melhoria da qualidade de vida no Estado. Estão inseridos em seu território os municípios de Paripueira, Barra de Santo Antonio, Paso de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi e Porto Calvo.

Analisando dos recursos programados no PPA – 2008-2011, cujo valor total de aplicação nos programas e ações da Secretaria Estadual de Turismo – SETUR, que coordena e executa as políticas do turismo estadual, não atingem 1% dos recursos do Poder Executivo estimado para o ano de 2008 e nem para o triênio 2009-2011, se constatou que

os gestores que planejam o Estado não deram a importância devida a atividade turística ou não tinham ela como prioridade. Uma pena, uma vez que se bem planejado, programado e executado as políticas da área de turismo, elas poderiam trazer recursos que muito contribuiria para o desenvolvimento socioeconômico da capital e seus cidadãos. Diante desta constatação é que me levou a elaboração e aplicação da pesquisa para captar o sentimento dos atores que fazem, executam e planejam o turismo no estado e na capital de como está à percepção deles sobre o turismo em Maceió.

4 DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE MACEIÓ

4.1 Histórico da cidade de Maceió

Maceió, além de ser a capital do estado de Alagoas, é o município mais populoso (932.748 hab. em 2010), segundo o IBGE e, também, o mais rico, com a maior participação, em termos relativos e absolutos, no produto interno bruto – PIB do estado (cerca de 48% de participação no PIB estadual, segundo a SEPLANDE/IBGE). Possui 88 homens para cada 100 mulheres, de acordo com o Censo Demográfico 2010 do IBGE, tendo a média de 3,39 moradores por domicílio particular permanente ocupado, no total de 274.059 domicílios particulares permanentes em 2010, total este que se elevou em cerca de 37% em relação a ano de 2000 (199.708 domicílios particulares permanentes) e 95% em relação ao ano de 1991 (140.407 domicílios particulares permanentes), de acordo com os Censos Demográficos do IBGE nos anos referidos.

O município possui cerca de 74% dos domicílios particulares permanentes (cerca de 203,6 mil domicílios particulares permanentes) ligados a rede geral de abastecimento e distribuição de água, enquanto que 6,1% (16,9 mil domicílios particulares permanentes) ligados a poços ou nascentes e os demais, cerca de 20% (53,6 mil domicílios particulares permanentes) a outra forma de abastecimento que não as mencionadas. (CD 2010 – IBGE).

Do total de domicílios particulares permanentes com banheiros, cerca de 51% (algo em torno de 139,5 mil domicílios particulares permanentes) tem as suas instalações sanitárias conectadas a outro tipo de esgotamento sanitário, que não a rede geral e pluvial, enquanto que algo em torno de 30% somente (cerca de 84,1 mil domicílios particulares permanentes) encontram-se ligados a rede geral de esgoto ou pluvial e cerca de 17% destes domicílios ligados à fossa séptica (cerca de 48,6 mil domicílios particulares permanentes), demonstrando a precariedade do saneamento básico desta capital, de acordo com os dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE divulgado recentemente.

Segundo, ainda, o IBGE no Produto Interno Bruto do Município 2004-2008, o perfil da atividade produtiva do município de Maceió era assim composto em 2008: 77,5% pertenciam a atividade dos serviços, 22,2% a atividade industrial e quase nenhuma atividade agropecuária (0,3%).

Ano	PIB – Alagoas R\$ 1.000,00	PIB – Maceió R\$ 1.000,00	% de Participação (Maceió/Alagoas)
2005	14.139.346	6.319.445	44,69%
2006	15.748.037	7.267.950	46,15%
2007	17.793.227	8.510.435	47,82%
2008	19.476.861	9.125.210	46,85%
2009	21.234.951	10.264.218	48,33%

Quadro 03 – Produto Interno Bruto - PIB - à preços correntes e percentual de participação

Fonte: IBGE/SEPLANDE-AL

O IBGE destaca que as principais atrações da cidade são suas praias, dentre elas a piscina natural de Pajuçara, a Lagoa Mundaú, os mirantes e os núcleos artesanais, onde se destaca o bairro do Pontal da Barra. Além das festas tradicionais, a cidade comemora a festa de sua padroeira Nossa Senhora dos Prazeres em 27 de agosto, o aniversário de Maceió, de 5 a 9 de dezembro. Na época de férias tem sua população triplicada por turistas que vem de todo o mundo contemplar a maravilhosa vista da natureza nesta capital.

4.1.1 Características do Estado e da Cidade de Maceió

Os quadros abaixo dão uma perspectiva geral do que é o Estado de Alagoas e sua capital, Maceió, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Capital	Maceió
População 2010	3.120.494
Área (km²)	27.779,343
Densidade demográfica (hab/km²)	112,33
Número de Municípios	102

Quadro 04 – Dados gerais do Estado de Alagoas

Fonte: IBGE

População 2010	932.748
Área da unidade territorial (Km²) *	503,069

Densidade demográfica (hab/Km²)	1.854,12
Código do Município	270430
Gentílico	Maceioense

Quadro 05 – Dados gerais da Cidade de Maceió

Fonte: IBGE

4.1.2 Demonstrativo da Capacidade Econômica de Maceió

Na Pesquisa Anual de Serviços – PAS de 2009, o IBGE apurou que Maceió contemplava no ano de 2009 cerca de 4 mil empresas legalmente formalizadas na atividade, empregando cerca de 55 mil trabalhadores e auferindo receita bruta de cerca de três bilhões de reais e pagando cerca de 560 milhões de reais com salários, retiradas e outras remunerações.

Tabela 03 – Pesquisa Anual de Serviços – PAS 2009

Número de empresas	4.411 Unidades
Pessoal ocupado em 31/12	54.988 Pessoas
Receita bruta de serviços	3.856.746 mil reais
Salários, retiradas e outras remunerações	555.996 mil reais

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2009

Na Pesquisa Anual de Comércio – PAC de 2010, o IBGE apurou que Maceió contemplava no ano de 2010 cerca de 14 mil empresas legalmente formalizadas na atividade, empregando cerca de 78 mil trabalhadores e auferindo receita bruta de cerca de quinze bilhões de reais e pagando cerca de 710 milhões de reais de salários, retiradas e outras remunerações.

Tabela 04 – Pesquisa Anual de Comércio – PAC 2010

Número de unidades locais com receita de revenda	14.155 Unidades
Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais	78.687 Pessoas
Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais	710.475 mil reais
Margem de comercialização em empresas comerciais	3.433.175 mil reais
Receita bruta de revenda de mercadorias	14.888.453 mil reais

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2010

Na Estatística do Cadastro Central de Empresas 2010 – CEMPRE do IBGE, haviam cerca de 16 mil empresas, atuando em cerca de 17,6 mil unidades locais distintas, tendo como empregado assalariado cerca de 232 mil empregados dos cerca de 253 mil pessoas ocupadas nas atividades, pagando o salário médio mensal de três salários mínimos.

Tabela 05 – Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2010

Número de unidades locais	17.606 Unidades
Pessoal ocupado total	252.823 Pessoas
Pessoal ocupado assalariado	231.850 Pessoas
Salários e outras remunerações	4.416.003 Mil Reais
Salário médio mensal	3,0 Salários mínimos
Número de empresas atuantes	16.461 Unidades

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2010

Produto Interno Bruto dos Municípios 2009 – Na composição do Produto Interno Bruto de 2009 de Maceió, a atividade de serviços, onde encontra-se inserida os diversos serviços da atividade turística, respondia por cerca de 68% da composição do PIB municipal a preços correntes, demonstrando que investir na atividade, poderá trazer ganhos para o estado e ao município, trazendo desenvolvimento econômico e social, auxiliando na redistribuição da renda.

Tabela 06 – Composição do Produto Interno Bruto de Maceió - 2009

Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	30.128 mil reais
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	1.819.855 mil reais
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	6.982.692 mil reais
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	1.431.543 mil reais
PIB a preços correntes	10.264.218 mil reais
PIB per capita a preços correntes	10.962,37 reais

Fonte: IBGE

No quadro abaixo, apresentamos o Fluxo Hoteleiro e a Taxa de Ocupação dos meios de hospedagem de Maceió no período do ano de 2000 a 2010:

ANOS	FLUXO HOTELEIRO	TAXA DE OCUPAÇÃO
------	-----------------	------------------

	(visitantes)	(%)
2000	260.926	69,4%
2001	342.830	68,5%
2002	384.139	57,0%
2003	357.758	54,4%
2004	372.868	61,9%
2005	440.312	70,4%
2006	428.437	67,9%
2007	406.681	62,0%
2008	441.018	66,6%
2009	513.926	70,9%
2010	538.773	71,3%

Quadro 06 – Fluxo Hoteleiro e Taxa de Ocupação dos Meios de Hospedagem em Maceió -2000-2010
 Fonte: SETUR – Secretaria Estadual do Turismo

Apesar do aumento constante no quantitativo de turistas, que mais que dobrou em 2010 em relação ao ano de 2000 e da elevada taxa de ocupação dos meios de hospedagens, avalia-se que estes números não correspondem com o potencial turístico de Maceió e que poderiam ser muito melhores. Outros caminhos deverão ser trilhados para que haja um crescimento considerável da capacidade turística sem a perda da qualidade dos serviços ofertados. O turismo, se bem planejado e executado cumpre a função social de incluir novos clientes para o turismo interno, incluir novos destinos, incluir novos segmentos de turistas, incluir mais turistas estrangeiros, trazer mais divisas, novos investimentos, novas oportunidades de qualificação e postos de trabalho para seus cidadãos. É, portanto, muito importante colocar Maceió entre as principais capitais turísticas e polo turístico do país. Todo esforço por parte dos gestores públicos e da iniciativa privada tem que ser despendido visando o desenvolver do turismo em Maceió.

4.1.3 Pontos turísticos da cidade de Maceió

Abaixo, destacamos alguns pontos de visitação desta capital, alertando que nenhum deles superar o potencial de suas praias urbanas e próximas a tudo.

a) Praias de Maceió

A Orla de Maceió está composta de várias praias que dão origem a belos cartões postais, convidando os turistas de todo o mundo a visitarem-na. Os passeios turísticos oferecidos pelos hotéis e pousadas, incluem praias para todos os gostos, para quem deseja surfar, veraneiar, ou mesmo descansar. Segue abaixo algumas delas:



Figura 01: Praia Cruz das Almas
Fonte: Google Imagens, 2012

A Praia Cruz das Almas está localizada num antigo cemitério indígena carregada de misticismo.

Possui ondas fortes, sendo uma maravilha para os surfistas durante o dia e durante a noite se transforma num esplêndido cenário para casais de namorados.



Figura 02: Praia Jatiúca
Fonte: Google Imagens, 2012

Praia da Jatiúca é uma praia de mar agitada, frequentemente usada para campeonatos de surfe e *bodyboard*. É localizada na região central e contém bares, barracas de praia com chuveiros, pista de *cooper* e ciclismo, shoppings centers, hotéis.



Figura 03 – Praia da Sereia
Fonte: Google Imagens, 2012

A praia da Sereia também se destaca como ponto turístico desta capital e é muito procurado pelos turistas, apesar da invasão que o mar vem provocando nessa bela praia maceioense.

Praia da Ponta Verde é uma das praias mais freqüentadas da cidade, que abrigou o mais famoso símbolo da cidade, o “Gogó da Ema”. Possui águas claras e transparentes com arrecifes que formam piscinas naturais, que podem ser apreciadas na maré baixa, onde se consegue ver grande número os banhistas, principalmente próximos ao farol, esse passeio pode ser feito através de jangadas. É uma praia super badalada, com barracas com músicas ao vivo, bares, restaurantes, hotéis entre outros.



Figura 04: Praia Ponta Verde
Fonte: Google Imagens, 2012

A mais conhecida praia de Maceió está a 2,5 km do centro da cidade. Tem o nome de origem tupi, que significa "TERRA DOS ESPINHOS" ou "REGIÃO DOS ESPINHOS". Suas águas são tranquilas, graças aos arrecifes, que a torna segura para o banho, principalmente, das crianças. (GUIA MACEIÓ, 2008)

Seu diferencial em relação às outras praias da cidade são suas piscinas naturais, localizadas a 2 km da costa. As piscinas naturais da Pajuçara, um dos mais belos pontos turísticos de Maceió, senão de todo o nordeste brasileiro, são formadas por anéis de recifes

de coral. O acesso é feito em jangadas de pescadores, preferencialmente, nos horários de maré baixa, e possui uma orla repleta de bares, boates, hotéis e restaurantes, além de incontáveis barracas de praia. (GUIA MACEIÓ, 2008)



Figura 05: Praia de Pajuçara
Fonte: Google Imagens, 2012



Figura 06 - Praia do Sobral
Fonte: Google Imagens, 2012

Praia do Sobral é uma das mais belas praias antes de chegar ao centro de Maceió. O mar da praia do sobral é mais bravo sendo ótimo para prática de surf. Possui areia branca e fina ideal para futebol de areia. A praia do sobral é bastante utilizada para campeonatos de surf e futebol de areia.

b) Prédios Históricos

O Palácio Floriano Peixoto é a sede do governo alagoano, localizado no centro da cidade. Uma construção que se iniciou em 1893 e foi inaugurada em 1902. É conhecido também como Palácio dos Martírios.



Figura 07 - Palácio Floriano Peixoto
Fonte: Mundo das Tribos, 2011

Teatro Deodoro tem em sua estrutura arquitetônica detalhes delicados, seu estilo neoclássico, com reflexos do barroco, é um dos mais bonitos do Brasil. Sua construção foi iniciada em 1905 e finalizada em 1910.



Figura 08 - Teatro Deodoro
Fonte: Mundo das Tribos, 2011

A Catedral Metropolitana, também chamada pelo nome da padroeira de Maceió, Nossa Senhora dos Prazeres, sua pedra fundamental foi lançada em 1821. O altar-mor foi fabricado em cedro, possui dois altares laterais, de São Sebastião e de São Miguel, além de bela obra do santíssimo sacramento. Foi planejada pelo arquiteto francês Augusto Montigny, inaugurada em 1859 com a presença de D. Pedro II e sua esposa, Teresa Cristina. A igreja tornou-se Catedral Metropolitana em 1900, por decisão do papa Leão XIII. (SEGUNDÃO E TERCEIRÃO, 2012).



Figura 09 - Catedral Metropolitana
Fonte: Segunda e Terceirão, 2012

O Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore sofreu diversas reformas em 1914, graças a dois artesãos portugueses que se encarregaram da decoração em gesso. O grande acervo de arte popular existente no museu foi doado pelo patrono Théo Brandão e é composto por peças de vários países como Espanha, Portugal, México, além das obras brasileiras que constituem o acervo do museu. (SEGUNDÃO E TERCEIRÃO, 2012).



Figura 10 - Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore
Fonte: Segunda e Terceirão, 2012

O museu está instalado em um antigo casarão de 800 metros quadrados de área construída, localizado na Praça Floriano Peixoto, no centro da capital alagoana, que também serve de sede à fundação. É parte integrante do "conjunto arquitetônico dos Martírios", tombado pelo patrimônio estadual de Alagoas desde março de 2000, onde se

encontram ainda o Museu Palácio Floriano Peixoto e a antiga Intendência Municipal (Palácio das Águias). (SEGUNDÃO E TERCEIRÃO, 2012).



Figura 11 : Museu Pierre Chalita
Fonte: Santos, 2011

A Fundação Pierre Chalita, criada pelo seu patrono em 1980, mantém, desde 1987, o Museu de Arte, exemplar de arquitetura do início do século XX e Museu de Arte Brasileira. (FUNDAÇÃO PIERRE CHALITA, 2012)

Sua criação deve-se à obstinação do arquiteto e artista plástico Pierre Chalita que, desejoso de contribuir para a preservação da memória nacional, entregou à comunidade alagoana sua coleção particular de objetos de arte. (FUNDAÇÃO PIERRE CHALITA, 2012)

O acervo doado à Fundação compreende 2270 peças, entre arte sacra, mobiliário, pintura histórica e artística e objetos de arte decorativa dos séculos XVII, XVIII e XIX, além de uma importante Pinacoteca que reúne nomes nacionais da pintura dos séculos XIX e XX. . (FUNDAÇÃO PIERRE CHALITA, 2012)

Pierre Chalita também doou à Fundação obras de sua autoria, de diversas fases de sua pintura, que permitem uma leitura crítica da trajetória do artista. . (FUNDAÇÃO PIERRE CHALITA, 2012)

c) Restaurantes e bares regionais

Maceió se destaca também pelos bares e restaurantes, com sua gastronomia de qualidade, reconhecida por todos que aqui aportam, possuindo bares diversos onde se

podem aprender as danças típicas como o forró, como o famoso Lampião, na praia da Jatiúca.



Figura 12 – Bar e Restaurante – O Lampião
Fonte: Google Imagens, 2012

Comidas típicas nordestinas e café regional podem ser saboreados na Bodega do Sertão, restaurante tradicional com decoração aconchegante e comida de excelente qualidade.



Figura 13 – Restaurante Bodega do Sertão
 Fonte: Google Imagens, 2012

Para quem prefere frutos do mar e uma comida um tanto mais leve, o restaurante O Peixarão, é uma boa pedida, fica ao lado da Bodega do Sertão, localizados em umas das principais transversais da praia da Jatiúca, também serve pratos suculentos ao paladar.



Figura 14 – Restaurante O Peixarão
Fonte: Google Imagens, 2012

Maceió é uma cidade cheia de diversidades e serve a todos os gostos, com restaurantes de todos os tipos, para todos os paladares.

d) Artesanato

Possui ainda feiras de artesanatos, onde se podem adquirir os produtos elaborados pelos artesãos alagoanos, como o Pavilhão do Artesanato e a Feirinha da Pajuçara.



Figura 15 – Feirinha de artesanato da Pajuçara
Fonte: Google Imagens



Figura 16 – Pavilhão do Artesanato
Fonte: Google Imagens, 2012

No bairro do Pontal da Barra estão as mulheres rendeiras mais famosas de Maceió. Os trabalhos de artesanato de renascença, ponto cruz e filé são vendidos nas lojinhas da Rua Alípio Barbosa, principal do bairro.



Figura 17 - Núcleo de artesanato do Pontal da Barra
Fonte: Santos, 2011.

5 REFERENCIAL METODOLÓGICO DA PESQUISA

5.1 Metodologia da pesquisa

Após análise dos recursos destinados às ações do turismo em Maceió contemplado na previsão do Plano Plurianual do Governo Estadual no período de 2008 a 2011 da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLANDE, no que tange aos recursos do Poder Executivo do Estado foi elaborado e aplicado questionário para captar a percepção dos órgãos que planejam e executam os recursos destinados à atividade em Maceió e, também, aos demais órgãos da iniciativa privada que estão envolvidos diretamente na atividade do turismo de Maceió, para investigar a infraestrutura turística e local e sobre as políticas públicas implementadas para o desenvolvimento do turismo nesta capital.

Com a ajuda da SEMPTUR – Secretaria Municipal da Promoção do Turismo, conseguimos a relação de todos os atores constituídos legalmente e realmente envolvidos na atividade, sendo a eles submetido o questionário para captar suas percepções para pautar nossas análises sobre o Turismo em Maceió.

Assim foi definida a amostra e o questionário anexo foi aplicado aos órgãos públicos estruturadores do turismo no estado (Secretaria de Estado do Turismo - SETUR) e município (Secretaria Municipal da Promoção do Turismo de Maceió – SEMPTUR) e planejador (Secretaria Estadual do Planejamento e do Desenvolvimento – SEPLANDE), assim como a todos os seguintes órgãos da iniciativa privada especialmente ligados a atividade do turismo em Maceió, que foram: A filial da Associação Brasileira de Agência de Viagens – ABAV/AL, Maceió Convention (empresa constituída para promover feira, congressos e convenções nesta capital), Sindicato das Locadoras de Veículos de Alagoas – SINDLOC-AL, a filial da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL/AL, Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Maceió, a filial da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira – ABIH/AL, ao Sindicato das Agências de Viagens de Alagoas e ao Conselho dos Diretores Lojistas – CDL de Maceió.

Da amostra acima definida, houveram duas não coletas. A primeira foi referente à negativa do Diretor do Conselho de Diretores Lojistas de Maceió, alegando que sua

atividade não estava envolvida na atividade turística, um real contrassenso que não vem ao caso se questionar aqui. A outra foi do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Maceió que não se negou explicitamente a responder, mas não entregou as devidas respostas em tempo hábil para a tabulação dos dados. Convém destacar que a ABRASEL/AL só respondeu as questões envolvidas com a atividade que representam, negando-se a emitir qualquer opinião sobre as demais questões, por mais que argumentasse para a importância da resposta a todas as questões. Os dados foram tabulados e análise dos mesmos serão apresentados a seguir.

5.2 Análise dos Dados

Conforme o gráfico mostrado abaixo, observou-se que entre os entrevistados pouco mais de 1/3 dos entrevistados era do sexo masculino, representando 28,57% do total de pessoas entrevistadas, sendo 71,43% do sexo feminino.

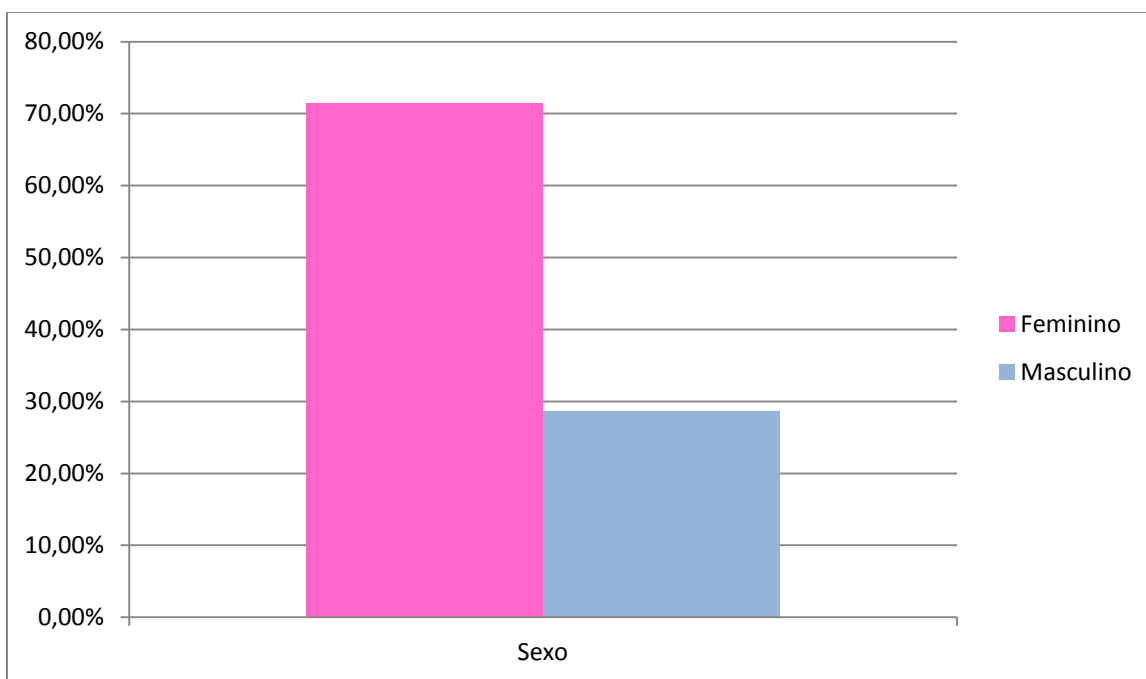


Gráfico 01 – Distribuição dos entrevistados de acordo com o sexo
Fonte: Pesquisa Social

Em relação às melhorias na qualificação e capacitação dos envolvidos na área do turismo voltada aos produtos e serviços ofertados pelo setor de turismo, contribuindo assim, com o aumento da competitividade do destino Maceió, na atual gestão, 85,71% responderam que sim, e apenas 14,29%, respondeu não.

As ações colocadas pelos entrevistados, justificando a estas melhorias foram:

- Criação de gerencias específica para foco das ações principalmente nos órgãos públicos que coordenam a atividade no estado, município e também nos privados, criando a conscientização da importância da atividade para toda a municipalidade e seu entorno e para os que com a atividade trabalham;
- Apoio ao programa do Governo Federal – Convém salientar aqui que os entrevistados reforçaram que o governo federal tem dado todo o apoio a atividade, desde que apresentado os projetos e que eles sejam factíveis;
- Contribuições dos Arranjos Produtivos Locais - APLS de turismo – Lagoas e Mares do Sul, São Francisco e Costa dos Corais. O destaque aqui fica só com o APL Lagoas e Mares do Sul, que dos três citados, é o único que Maceió integra. O Arranjo Produtivo Local de Turismo Região das Lagoas, iniciado em abril de 2004, tem como objetivo transformar a referida região em um destino turístico consolidado e sustentável. Estão presentes nessa cadeia produtiva cerca de 150 empresários diretamente ligados aos meios de hospedagem, bares e restaurantes, barqueiros, além de 600 artesãos organizados em núcleos, associações e cooperativa. Estão inseridos em seu território os municípios de Maceió (somente o bairro Pontal da Barra, em função do polo de artesanato das rendeiras e bordadeiras, pois se trata de uma reivindicação à melhoria e ao incentivo a atividade artesanal desenvolvida nesse bairro da capital alagoana), Marechal Deodoro, Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte, Pilar e Barra de São Miguel. Com o sucesso desse trabalho, em 2008 o APL se expandiu incluindo quatro novos municípios (Roteiro, Jequiá da Praia, Coruripe e Feliz Deserto), passando a se chamar APL de Turismo Lagoas e Mares do Sul, distantes da Capital Maceió 175 km/média.

- Parceria na formação dos novos produtos turísticos e muitos deles criados pelo governo: Caracterizando que o poder público deveria ser o principal divulgador e incentivador do turismo;
- Estudo de competitividade. Para superar esta barreira, só qualificando os atores para que possam melhorar a competitividade e a produtividade, por consequência;
- Parcerias com Sebrae, Senac e Senai no sentido de capacitar e qualificar mão de obra, que já ocorre e precisa ser estimulado;
- Roteiro Integrado – Elaborar roteiros integrados que atendam as necessidades dos turistas e dos que dele dependem economicamente;
- Capacitações, Oficinas e Campanha de Vendas nos mesmos moldes do citado para o Sebrae e Senai;
- Seminários de Sensibilização Turística com: Jangadeiros, Artesãos, Recepcionistas de Hotéis, Prestadores de Serviços sobre a importância da atividade turística para a cidade e seus cidadãos. Tratar bem aos turistas é trazer desenvolvimento para a cidade;
- Melhorar da infraestrutura, principalmente quanto ao que tange ao saneamento básico, limpeza, iluminação, segurança e conservação;
- Melhoria das rodovias que dão acesso a capital. Informam os entrevistados que comparando com os demais estados da região, as estradas e rodovias que se interligam com a capital são mais mal conservadas e de qualidade inferior quanto a manutenção e conservação das mesmas se comparado a outros estados da região;
- Novos hotéis – Muitos hotéis e meios de hospedagens estão sendo inaugurados, quase que diariamente em Maceió nos últimos anos. Resta saber se o saneamento básico da cidade terá condições de suportar o número de edificações (meios de hospedagens e edifícios e condomínios) que vem sendo implementado em Maceió nos últimos anos ;
- Qualificação e capacitação dos agentes que atuam na área do turismo devido à Copa de 2014 e Olimpíada em 2016;

Quando se questionou sobre as ações integradas que promoveram a interiorização e fomento aos arranjos produtivos locais do turismo na cidade de Maceió nos últimos anos, 57,14% afirmaram que foram feitas, enquanto 14,29 responderam não.

As ações integradas referentes à questão anterior, colocadas pelos entrevistados, foram as seguintes:

- Projeto “Alagoas o ano todo”, que é coordenado pela ABIH como forma de criar incentivos para manutenção da taxa de ocupação dos hotéis e meios de hospedagens através de promoção de feiras, convenções, etc.;
- Em Maceió não tem APL, Apenas um programa denominado “Serviço no turismo e cultural em Maceió e entorno”, que trabalha com ações de capacitação, treinamento e planejamento juntos aos pequenos empresários da região;
- O APL de turismo “Lagoas e Mares do Sul”. Como já explicitado anteriormente, Maceió só participa deste APL através do bairro Pontal da Barra, que é polo de artesanato das rendeiras e bordadeiras, além de ser polo gastronômico. O ideal seria estimular um APL para a capital priorizando o desenvolvimento turístico, através de ações que viessem a estimular e desenvolver os serviços turísticos da capital;
- Sugeriram, também, verificar junto ao SEBRAE, que promove cursos de qualificação e aperfeiçoamento de empresários e profissionais que prestam serviço aos turistas.

Em relação à existência de alguma iniciativa visando formatação de novos produtos e roteiros turísticos em Maceió, 85,71% dos entrevistados afirmaram que sim, enquanto apenas 14,29% que pouco. Como exemplo, citaram o estímulo ao desenvolvimento dos esportes aquáticos, uma vez que a cidade é tão bem abastecida neste aspecto, devido ao belo litoral e a bela lagoa Mundaú, considerada umas das mais belas lagoas urbanas do país além de estimular a vinda de espetáculos e amostras culturais de renome, tornando a cidade um polo cultural.

Partindo para a existência de diversificação na oferta turística, melhorando a competitividade do destino Maceió, 71,43% afirmaram que sim, contra apenas 28,57% que responderam pouco. O aspecto produtividade está diretamente relacionado a capacitação dos atores envolvidos. Portanto, melhorar a competitividade é melhorar a qualificação dos prestadores aos turistas.

Quando questionou se nos últimos anos aconteceram mudanças para o desenvolvimento da capacidade de infraestrutura Turística e Local, visando um desenvolvimento sustentável, 71,43% afirmaram sim, e apenas 28,57% pouco, cujas mudanças já foram abordadas anteriormente.

Nos gráficos abaixo estão discriminados os resultados obtidos dos entrevistados quanto a questão da infraestrutura turística e local foram as abaixo tabuladas. Como a semelhanças entre ambas foi acentuada, a análise procederá sobre o contexto geral de ambas:

- Segurança

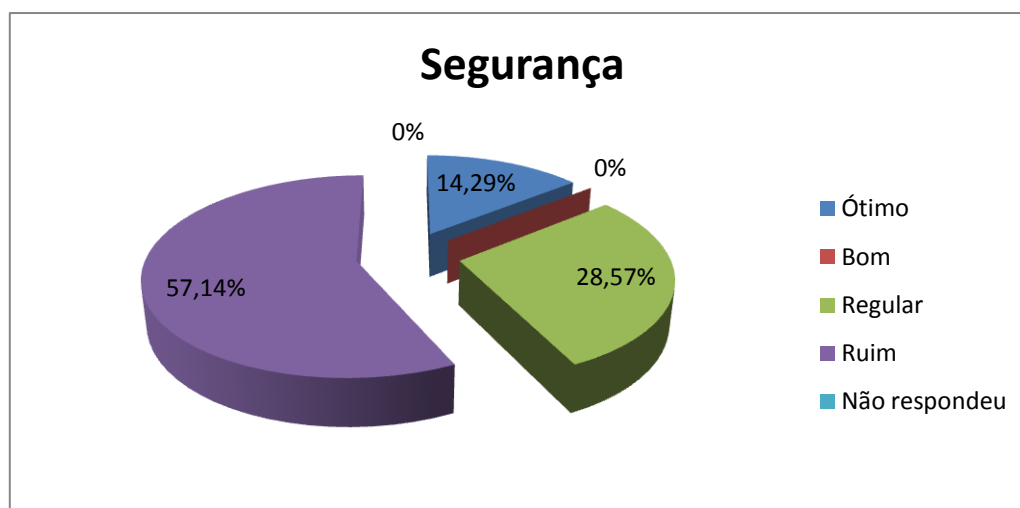


Gráfico 02 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre segurança
Fonte: Pesquisa Social

- Comércio local/ Variedade

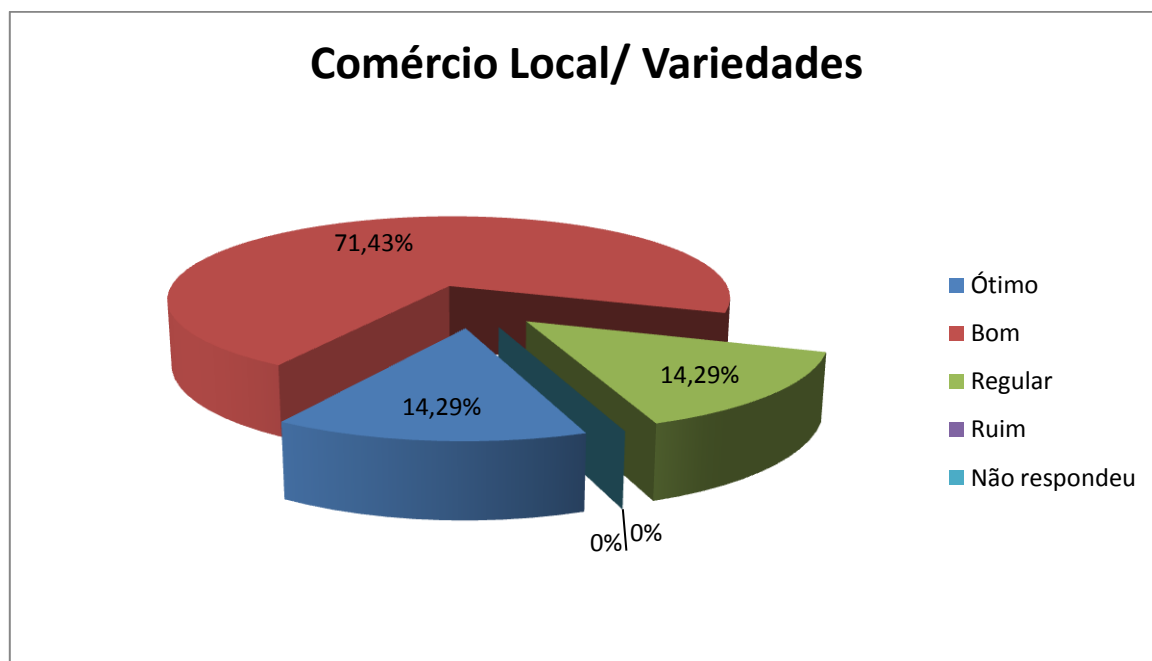


Gráfico 03 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre a variedade do comércio local

Fonte: Pesquisa Social

- Sanitários

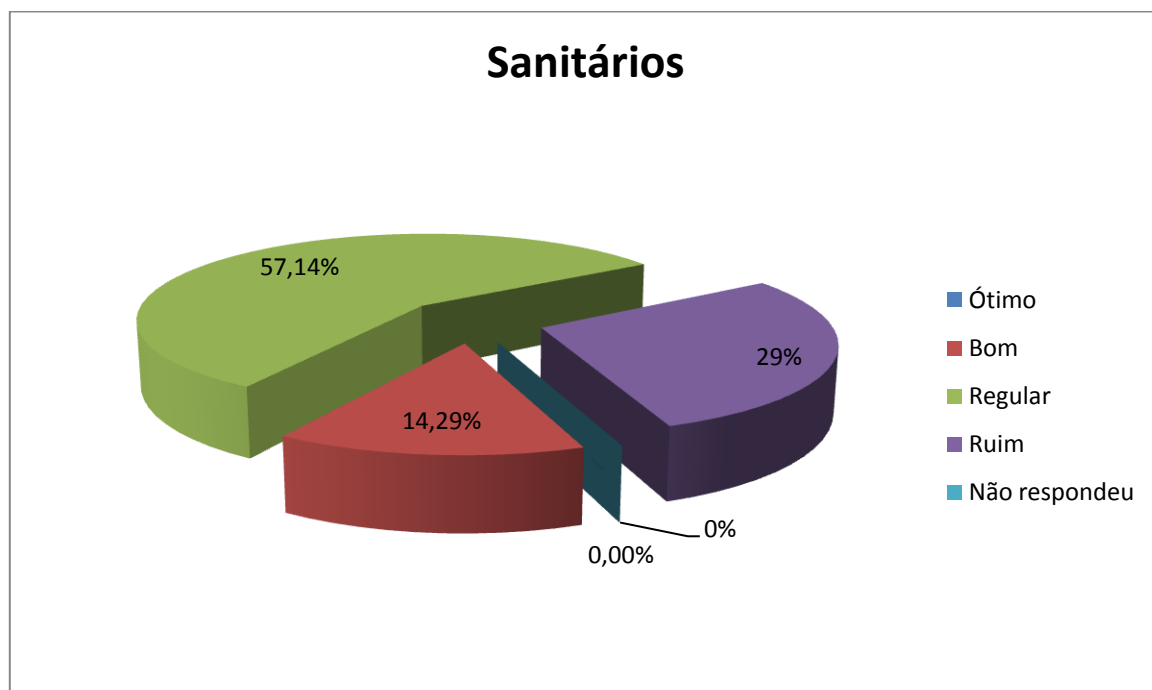


Gráfico 04 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre sanitários

Fonte: Pesquisa Social

- Opções de alimentação

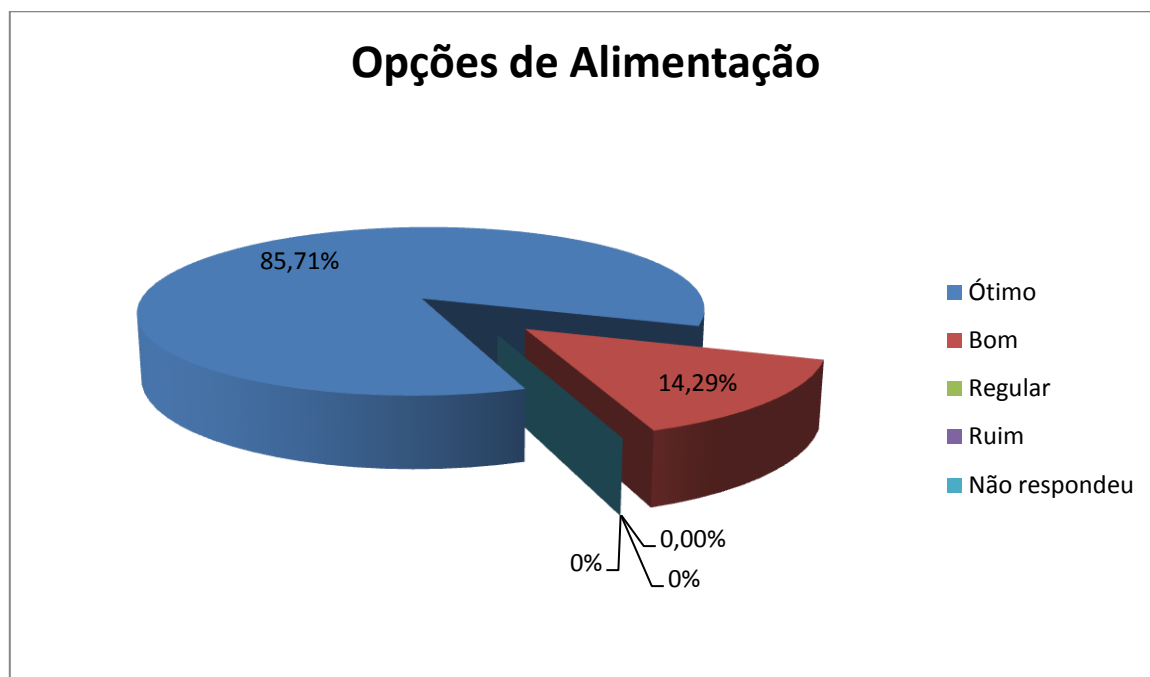


Gráfico 05 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre opções de alimentação

Fonte: Pesquisa Social

- Preço do ingresso

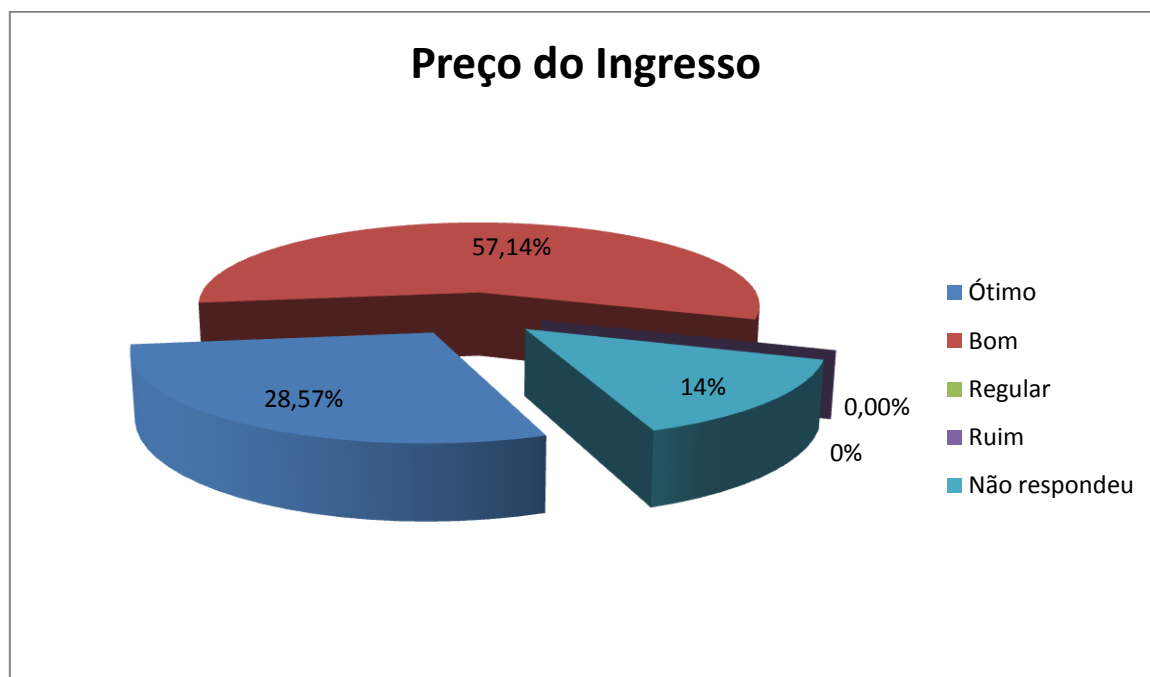


Gráfico 06 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre preço do ingresso
Fonte: Pesquisa Social

- Arquitetura e Manutenção

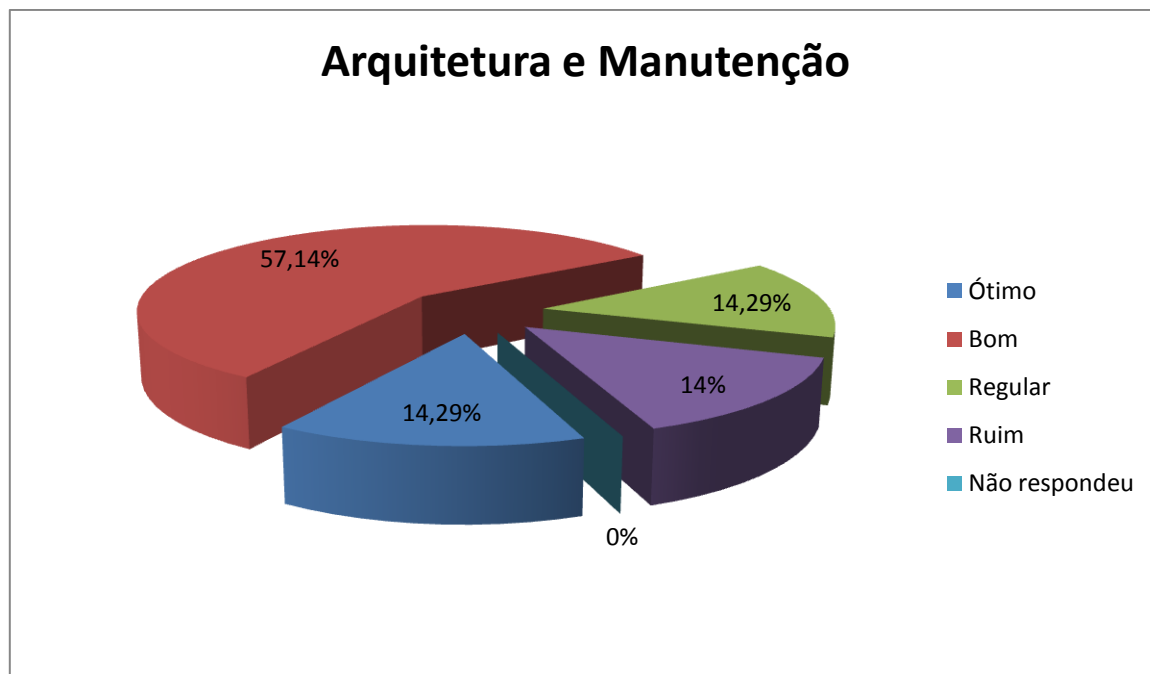


Gráfico 07 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre arquitetura e urbanismo

Fonte: Pesquisa Social

- Atendimento ao turista

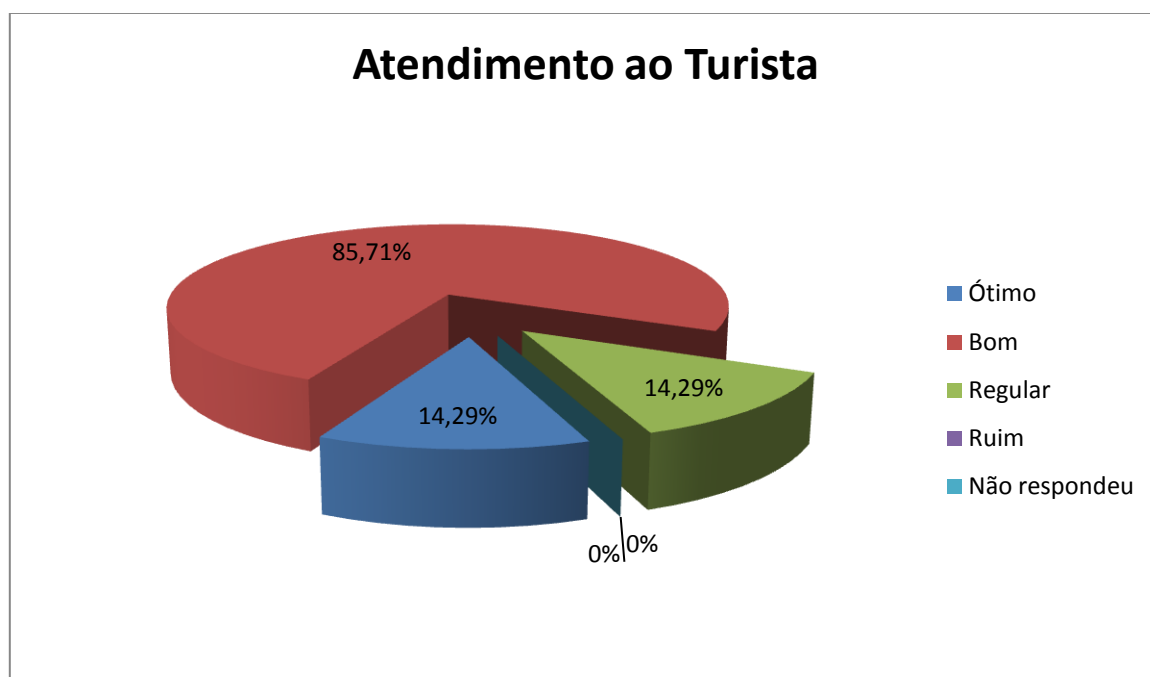


Gráfico 08 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre atendimento ao turista

Fonte: Pesquisa Social

- Limpeza

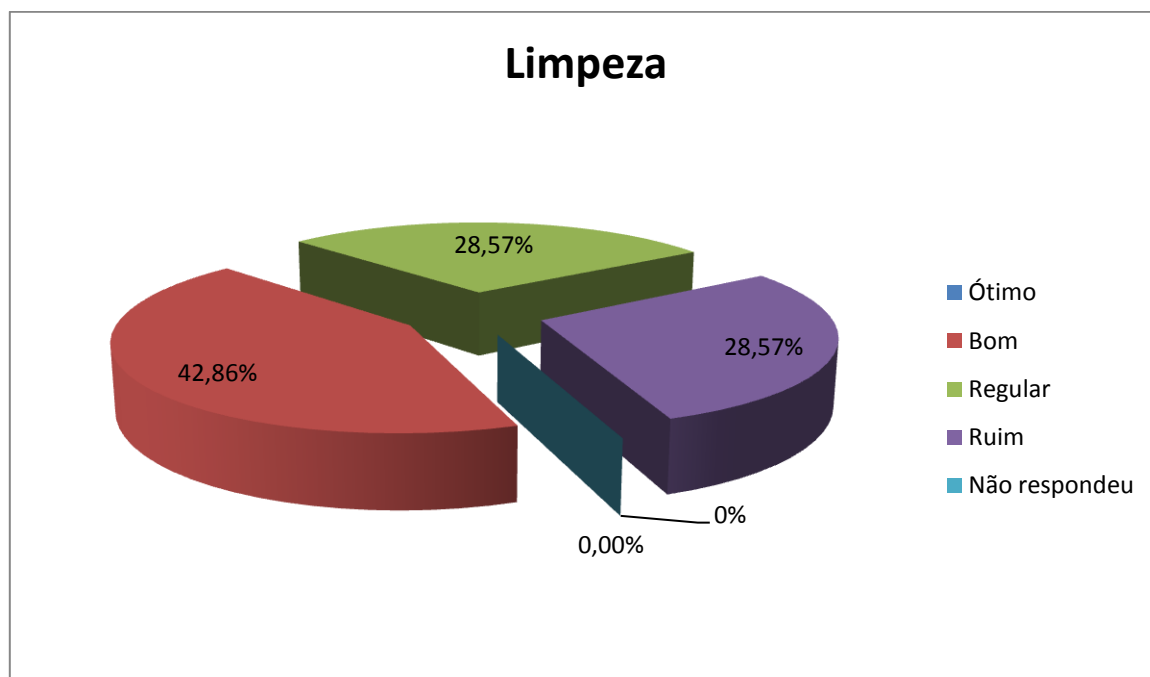


Gráfico 09 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre limpeza
Fonte: Pesquisa Social

- Atrações

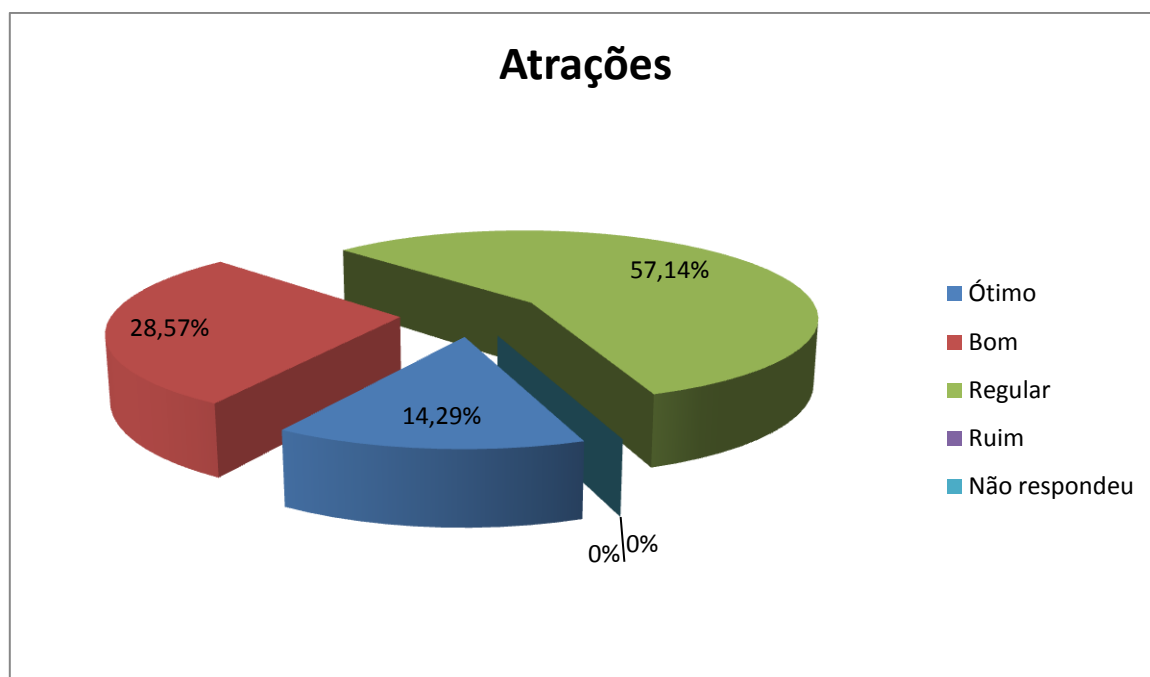


Gráfico 10 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre atrações
Fonte: Pesquisa Social

- Horário de funcionamento

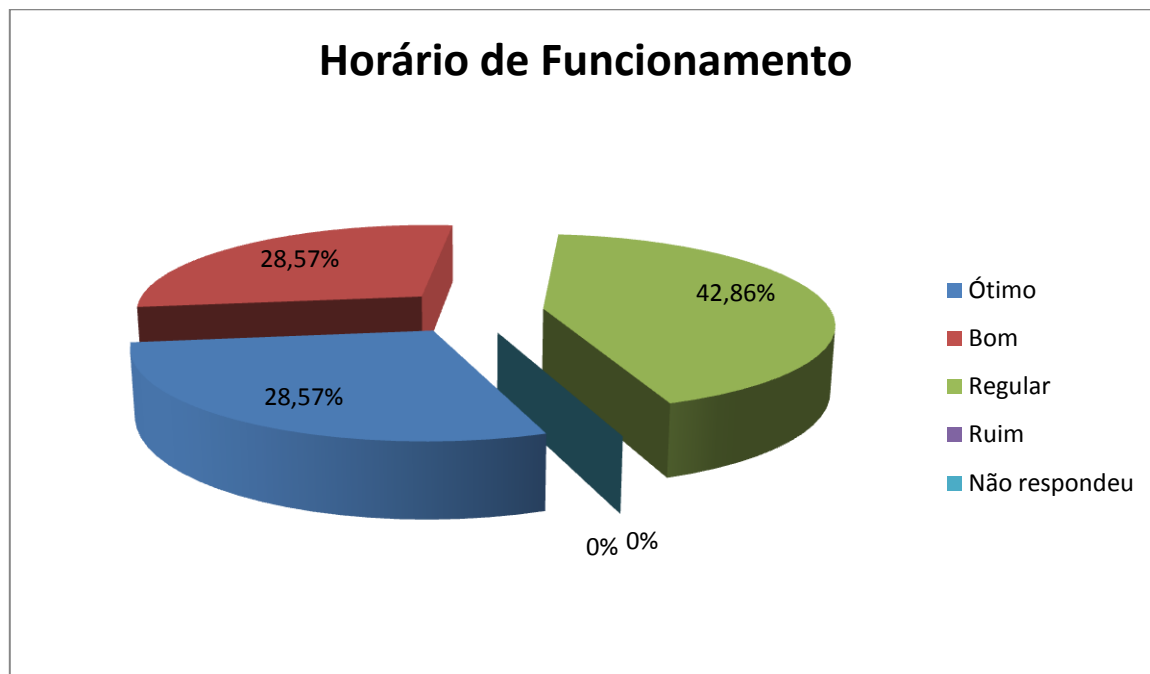


Gráfico 11 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre horário de funcionamento
Fonte: Pesquisa Social

- Meios de Transporte

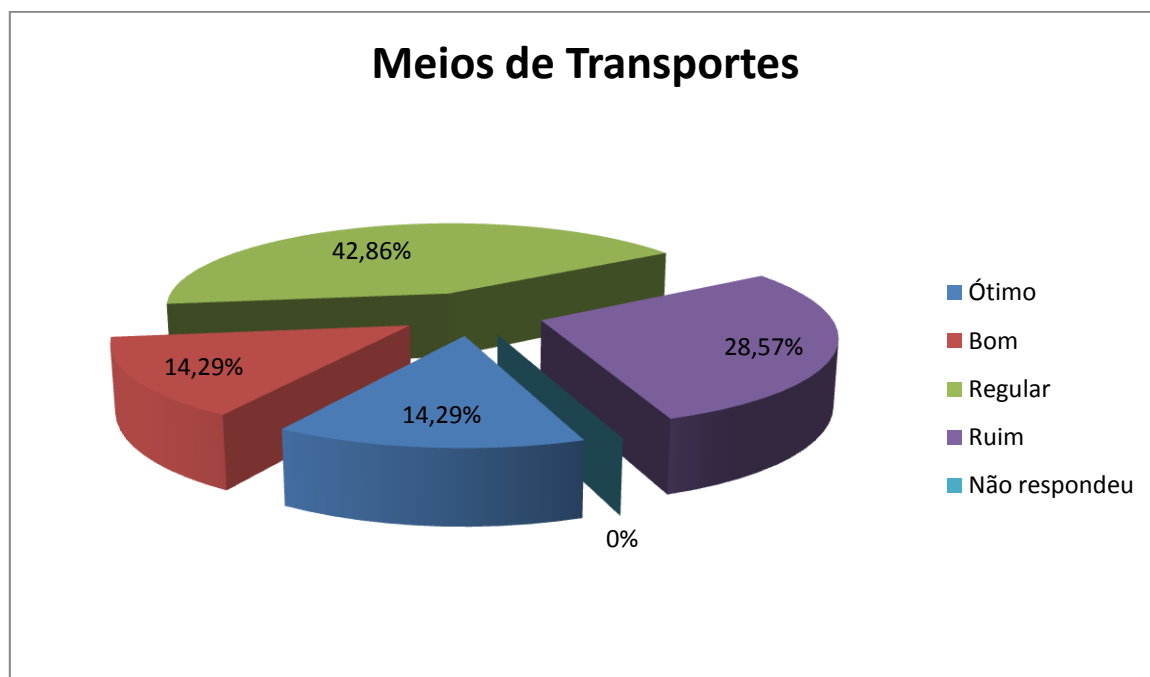


Gráfico 12 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre meios de transportes
Fonte: Pesquisa Social

- Sinalização

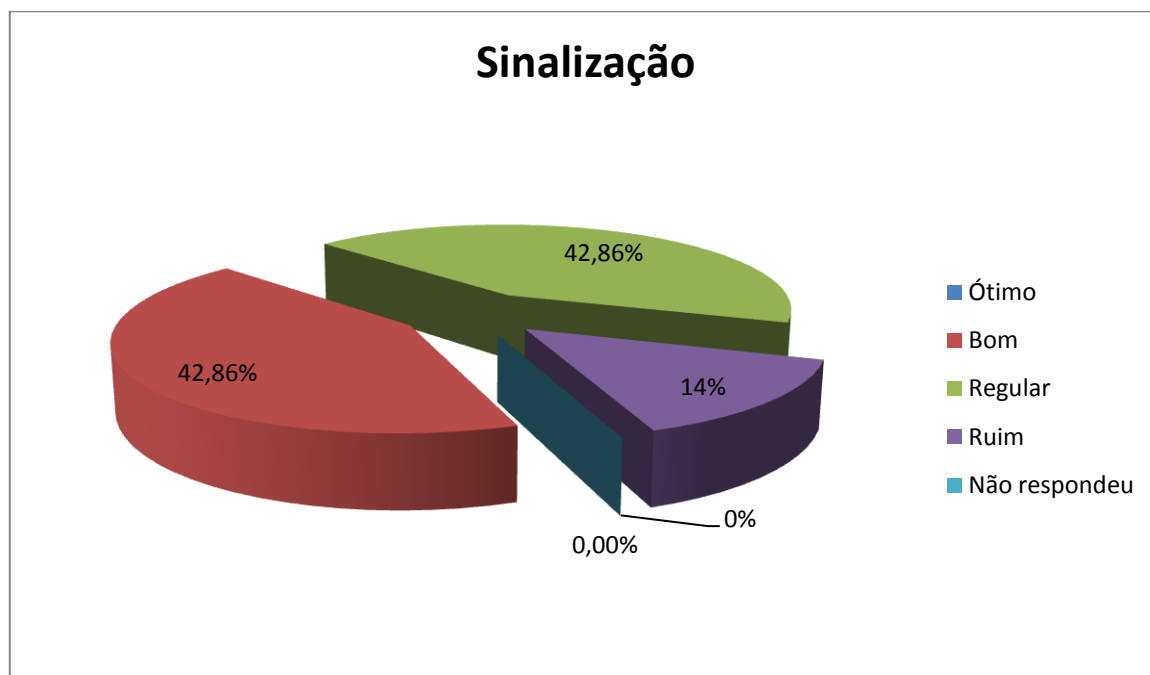


Gráfico 13 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre sinalização

Fonte: Pesquisa Social

- Preço da alimentação

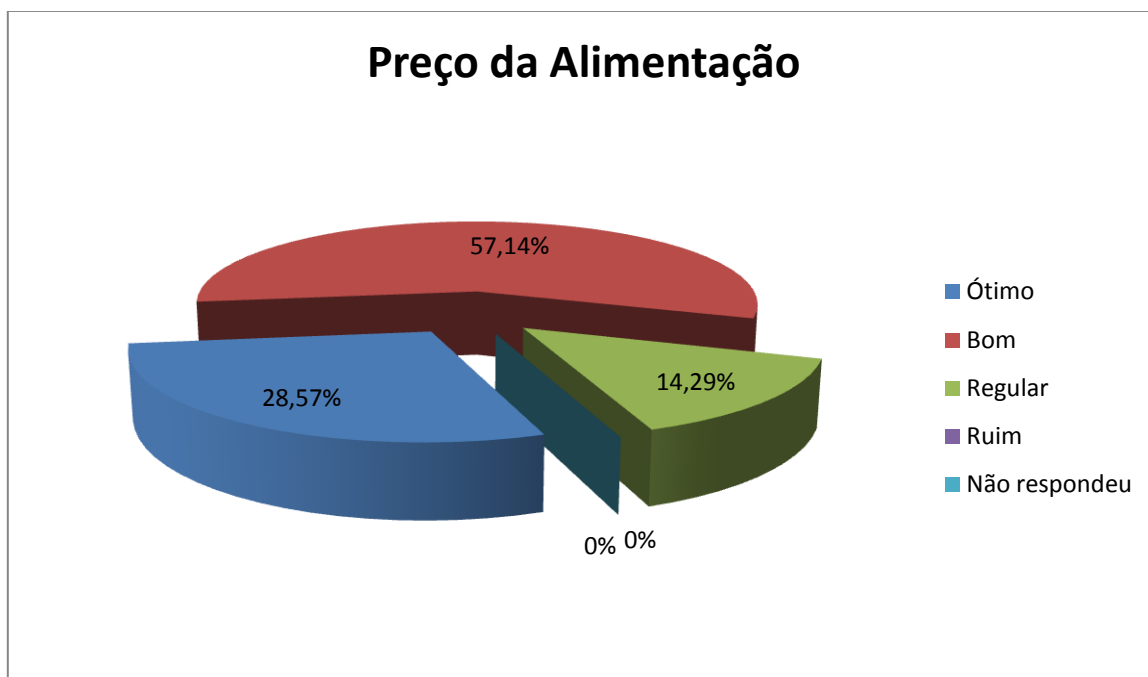


Gráfico 14 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre preço da alimentação
Fonte: Pesquisa Social

- Aeroporto

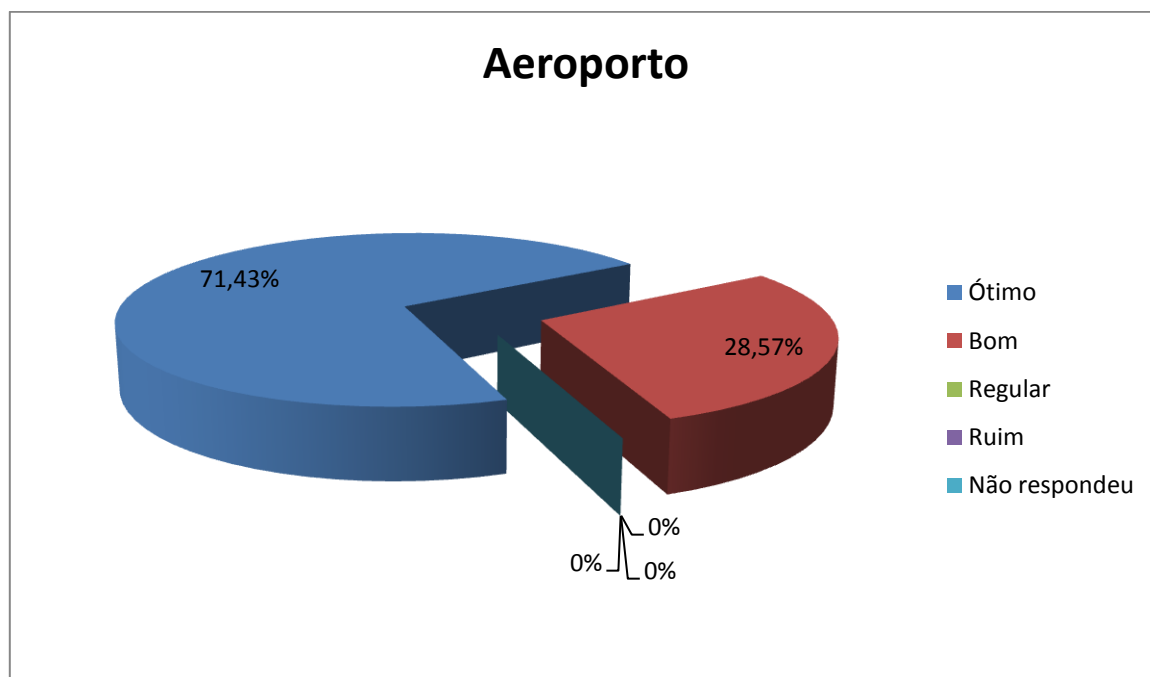


Gráfico 15 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre aeroporto
Fonte: Pesquisa Social

- Bares e restaurantes

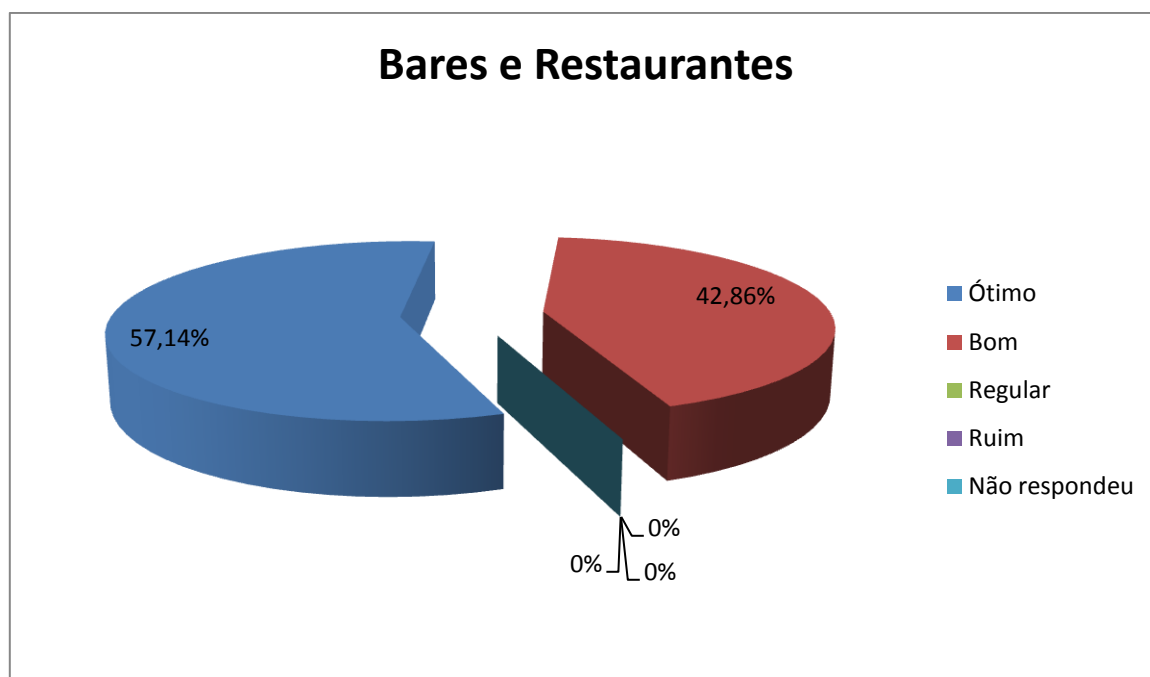


Gráfico 16 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre bares e restaurantes
Fonte: Pesquisa Social

- Hotéis

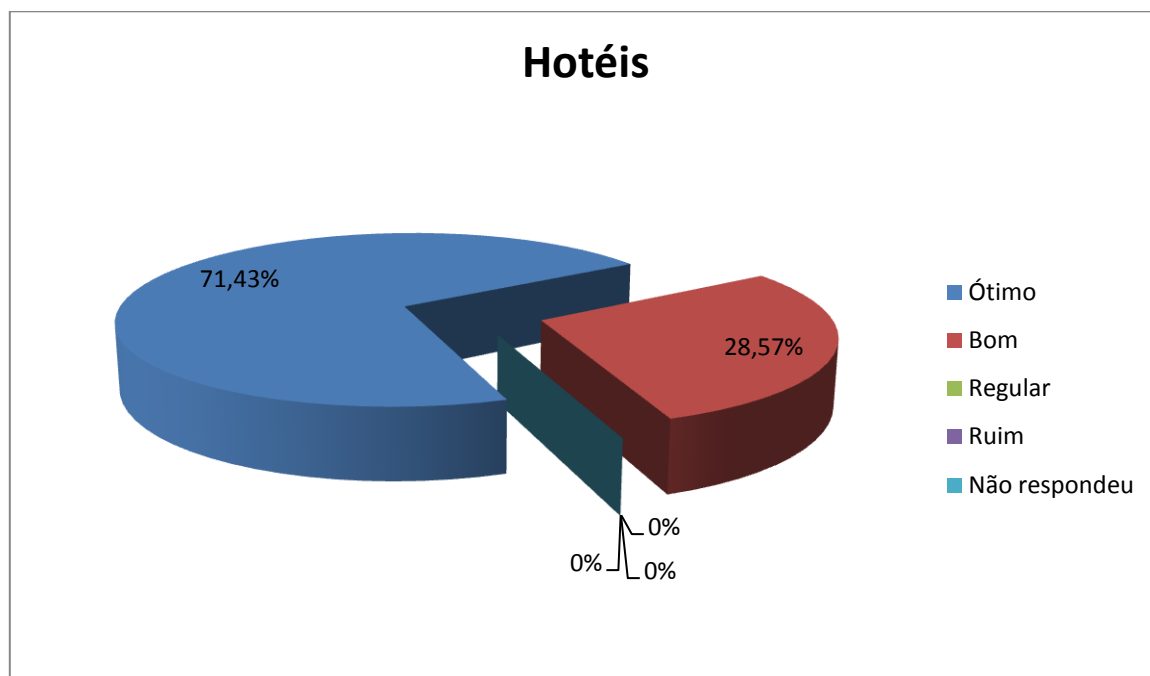


Gráfico 17 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura turística sobre hotéis
Fonte: Pesquisa Social

Quanto a infraestrutura local, foram avaliados os itens demonstrados graficamente, abaixo:

- Segurança

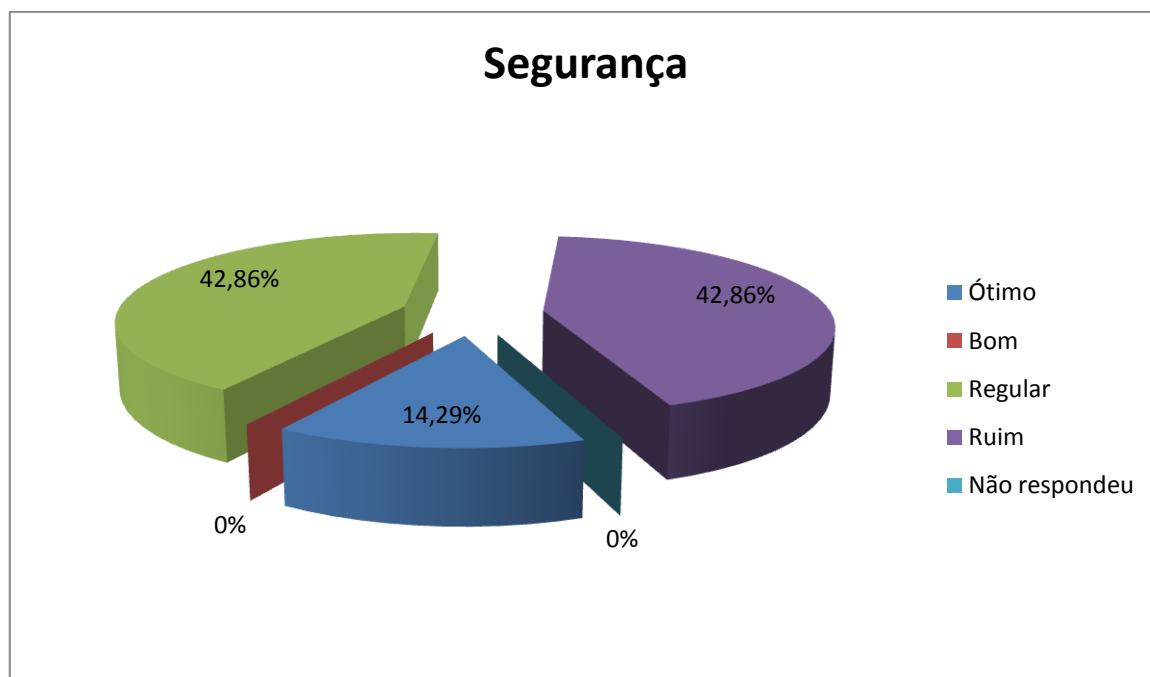


Gráfico 18 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura local sobre segurança
Fonte: Pesquisa Social

- Sanitários públicos

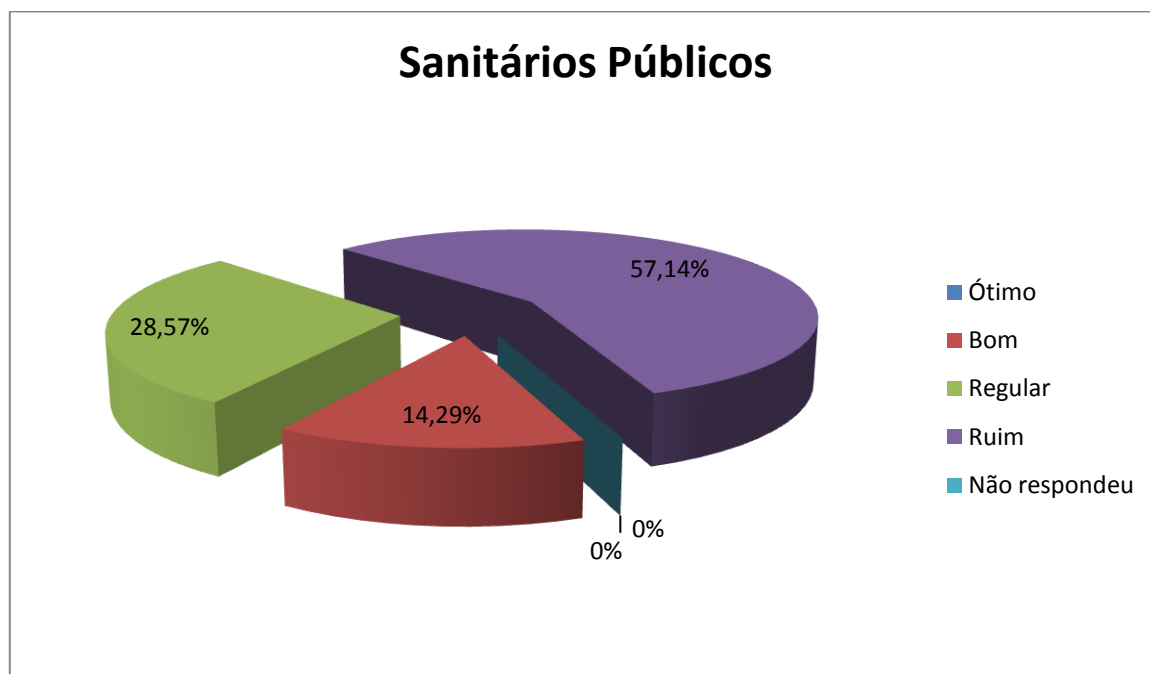


Gráfico 19 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura local sobre segurança
Fonte: Pesquisa Social

- Iluminação pública

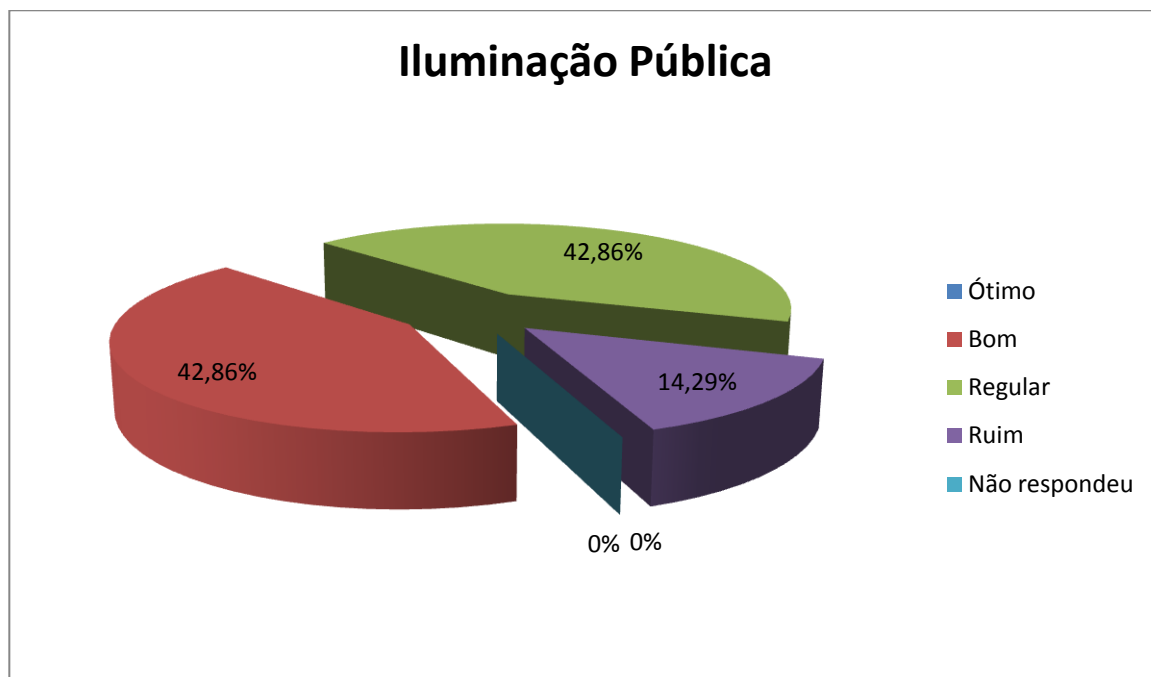


Gráfico 20 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura local sobre iluminação pública
Fonte: Pesquisa Social

- Transporte

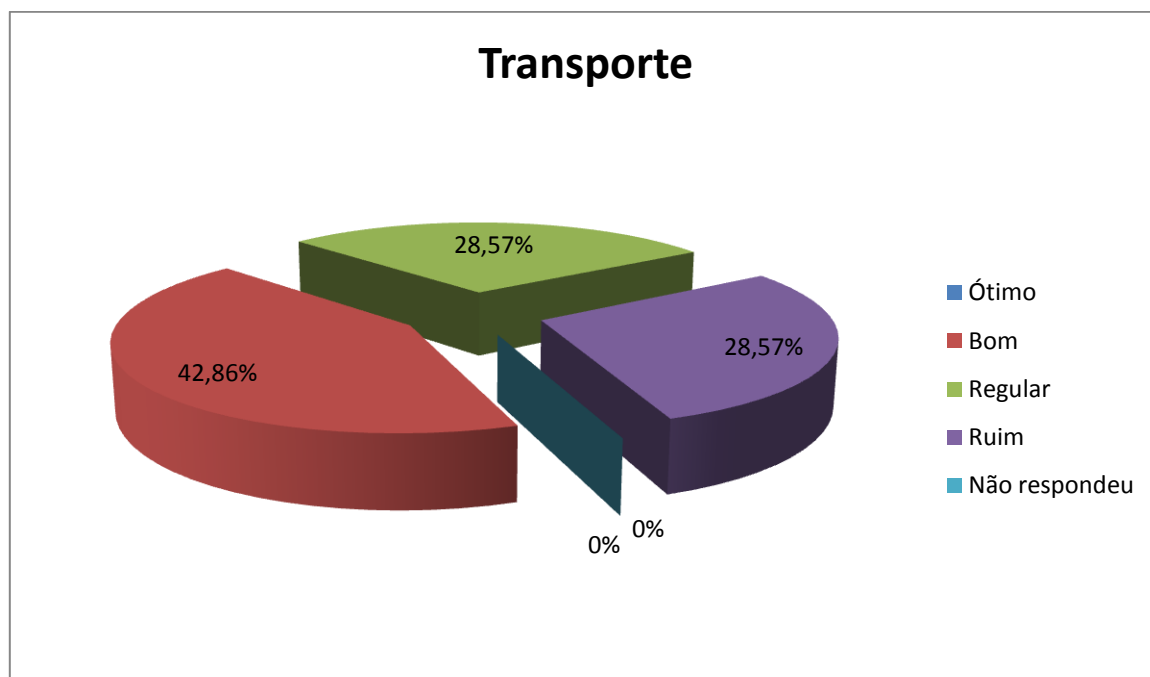


Gráfico 21 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura local sobre transporte
Fonte: Pesquisa Social

- Limpeza das ruas

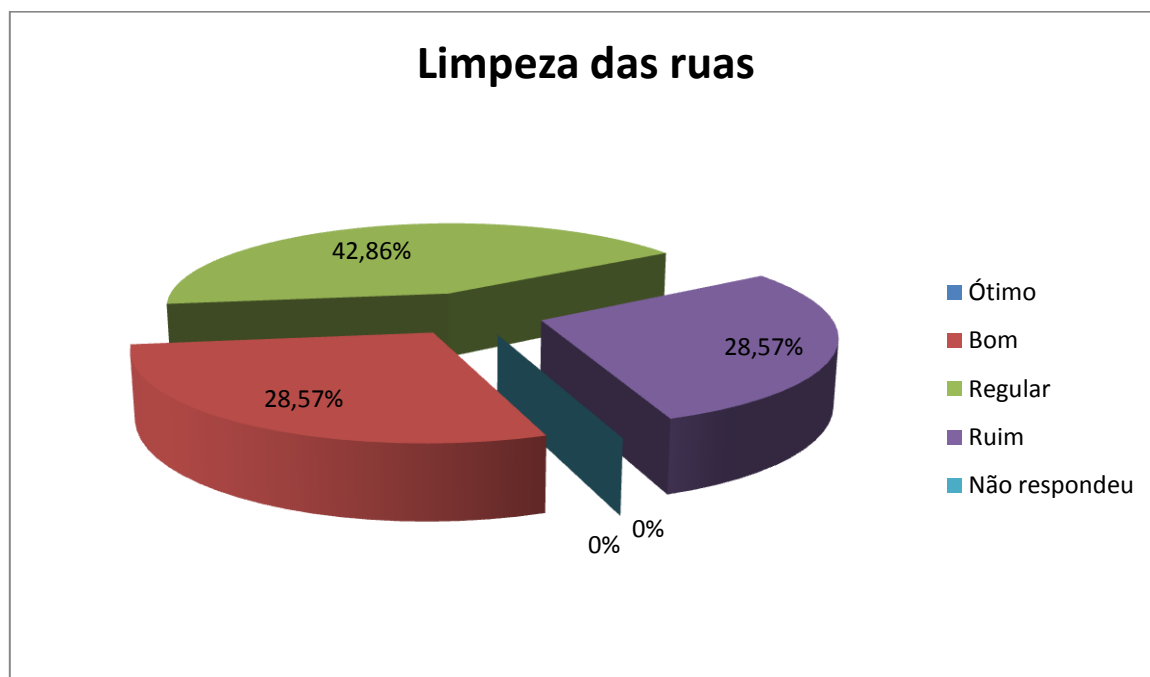


Gráfico 22 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura local sobre limpeza das ruas
Fonte: Pesquisa Social

- Acesso aos pontos turísticos

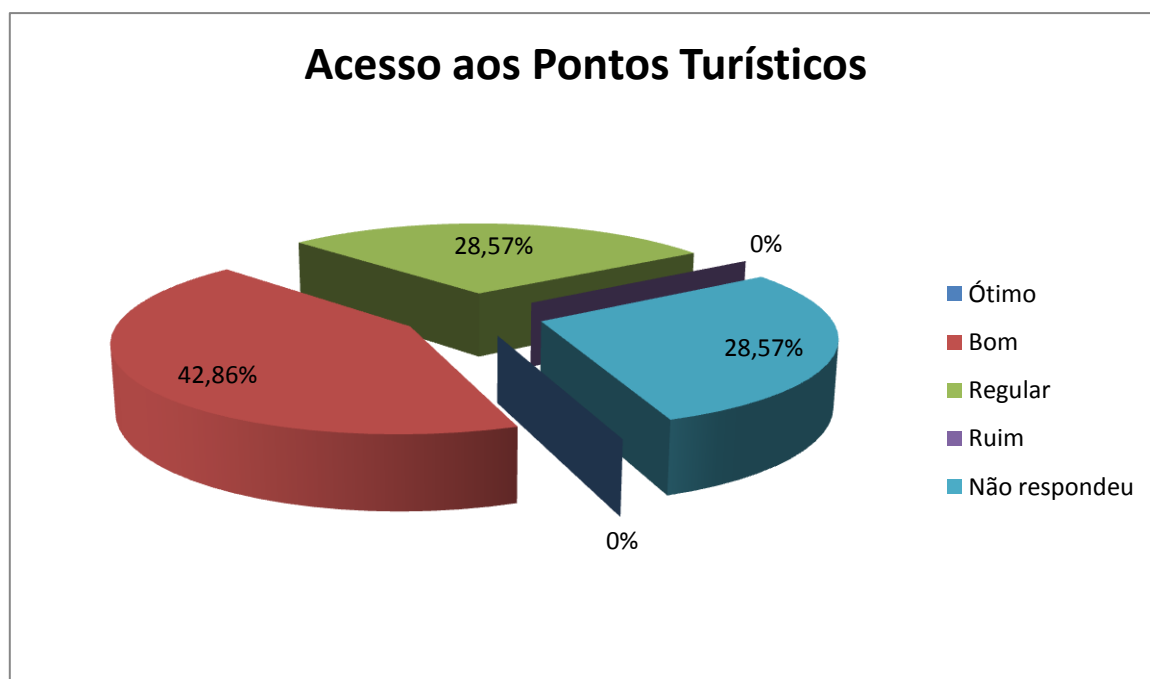


Gráfico 23 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura local sobre acesso aos pontos turísticos

Fonte: Pesquisa Social

- Local destinado à compras

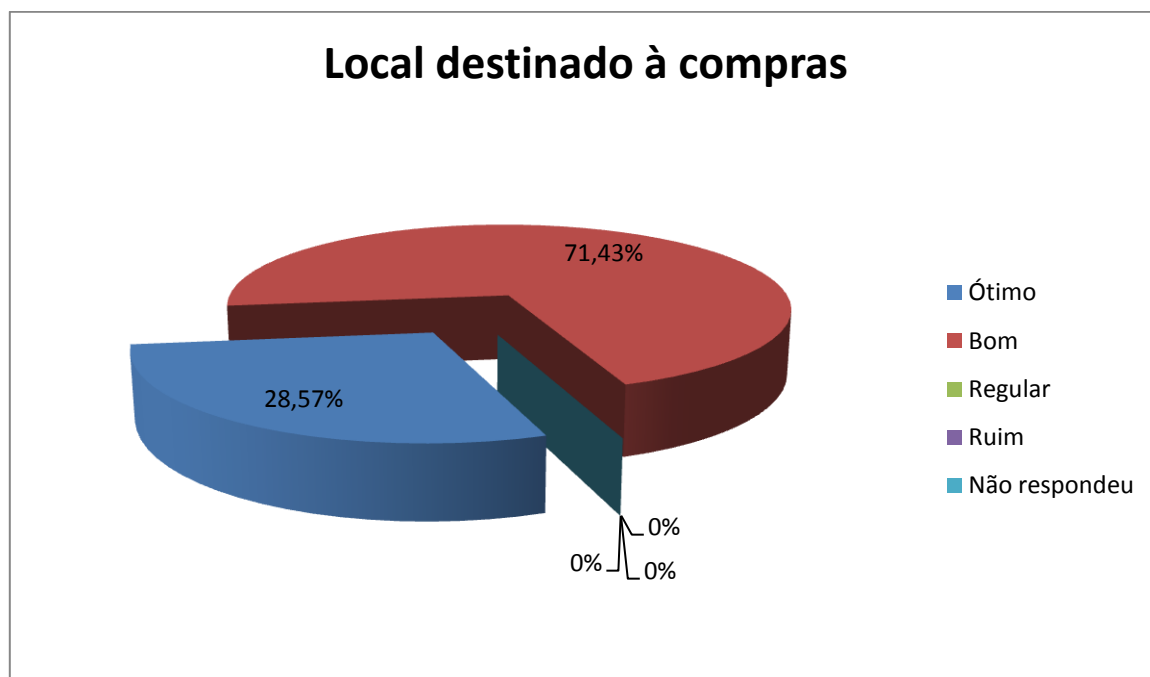


Gráfico 24 – Resultado Pesquisa da perspectiva da infraestrutura local sobre local destinado à compras
 Fonte: Pesquisa Social

Na pesquisa, os aspectos que sofreram as piores avaliações por parte dos entrevistados foram:

- **Segurança Pública** – Maceió foi considerada a capital mais violenta do país em recente pesquisa sobre a violência no país, divulgada recentemente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Mais da metade dos entrevistados classificaram esta atividade como regular e outros 35% a classificaram como ruim, fazendo com que mais de 85% dos entrevistados definissem como a pior das atividades e a que mais compromete a atração dos turistas;
- **Sanitários e respectivas instalações** – Recebeu a mesma avaliação da segurança pública pelos entrevistados. Para 85,71% deles, este item está classificado como regular ou ruim. É corriqueira esta reclamação por todos que visitam Maceió. Deficiência esta reconhecida pelos cidadãos e até aqui não foram tomadas as providencias para sanar esta carência, em que pese a recente obra de

embelezamento da orla principal de Maceió, elaborada e executada na atual e na gestão anterior do governo municipal;

- Limpeza pública – Também recorrente esta reclamação pelos entrevistados e pelos que visitam a cidade;
- Quanto às atrações, Maceió está aquém do que deveria. Esta reclamação é constante não só pelos turistas como para os seus cidadãos;
- Os meios de transportes também receberam avaliação regular ou ruim para cerca de cerca de 70% dos entrevistados, ratificando que a mobilidade urbana de Maceió requer melhorias urgentes, principalmente frente ao aporte de veículos recebido em suas vias nos últimos anos;
- Quanto à sinalização, mais que 50% dos entrevistados avaliaram como regular ou ruim, requerendo providencias urgentes para melhorar este item, uma vez que ele interfere e contribui para dificultar a mobilidade nas ruas e vias da capital.

Em que pese o item aeroporto, hotéis e locais destinados a compras terem sido muito bem avaliados pelos entrevistados (Cerca de 99% dos entrevistados avaliaram como ótimo e bom), Maceió ainda precisa do aporte de meios de hospedagens que contemplem um publico voltado para o mais luxuoso e moderno no que tange as suas instalações, atraindo turistas em potencial com maior poder de gasto, segundo observação dos entrevistados.

Quanto ao aeroporto, embora relativamente novo, o mesmo só possui quatro pontes de acesso as aeronaves. Assim, um aporte de voos para esta cidade, comprometerá o conforto daqueles que aqui chegam ao terem que desembarcar na pista para acesso as instalações do aeroporto em si.

Quanto às atrações, Maceió é muito mais que sol e mar. Tem uma rica e bem preservada cultura, com diversos museus, os quais se destacam:

- Museu de Arte da Fundação Pierre Chaila, localizado no centro da cidade com um rico acervo de imagens sacras dos séculos 16, 17 e 18. A história da arte moderna e contemporânea está representada no mesmo espaço.

- Museu Theo Brandão, na Avenida da Paz, conta a história da cultura popular de Alagoas. O Palácio Marechal Floriano Peixoto, inaugurado em 1902, deixou de ser sede do governo e transformou-se em museu, mostrando ao público suas ricas coleções de cristais, pratarias e móveis antigos em madeira e couro. O ponto alto do museu são as obras do alagoano artista plástico Rosalvo Ribeiro (1865-1915).
- O Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas possui valioso documentário histórico da guerra do Paraguai; um dos mais completos acervos afro-brasileiros do País, a exemplo “Coleção Perseverança”, que reúne objetos usados em cultos africanos em Alagoas no ano de 1912; uma coleção da famosa louça Marajoara e peças de etnografia de grupos indígenas amazônicos.
- O Museu dos Esportes possui um rico e importante acervo histórico para pesquisa e estudo, como jornais desde o ano de 1920, fitas de vídeo, gravações de áudio, fotografias, troféus, entre outros objetos que guardam a memória dos esportes do Estado e do Brasil.
- Memorial Pontes de Miranda da Justiça do Trabalho em Alagoas, instituído em 1994 pela corte do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, com o objetivo de preservar e divulgar a obra do célebre jurista alagoano Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, bem como a história da Justiça do Trabalho em Alagoas. O museu conta com biblioteca e arquivo e exposições temporárias.

Em relação às mudanças mais expressivas na infraestrutura na capital, foram pontuadas as seguintes:

- Reforma da orla marítima – Na atual gestão municipal, em seu primeiro mandato, priorizou a recuperação da orla da capital que mais atrai os turistas, dando um novo visual essa orla e tentando padronizar a sua utilização, não alcançando sucesso pleno nesta empreitada até aqui. Falta ainda, segundo os entrevistados, padronizar as barracas, os serviços e ambulantes, além das pistas de caminhada e ciclovias;

- Ampliação e climatização do Centro de Convenções – A climatização já foi alcançada, restando a ampliação, que depende de recursos dos gestores do estado e do governo federal, através de convenio, uma vez que, alegam alguns, o Estado não tem recursos suficientes para este investimento;
- Inauguração do novo aeroporto: O Aeroporto Internacional de Maceió/Zumbi dos Palmares oferece conforto e beleza aos usuários, sendo o quarto maior do Nordeste, com um terminal de passageiros de 22 mil m², contando com 24 balcões de check-in, sete escadas rolantes, seis elevadores, cerca de 600 vagas de estacionamento e quatro pontes de embarque — equipamentos que permitem mais conforto aos passageiros, já que o acesso às aeronaves não é realizado pela pista;
- Novos hotéis, pousadas, restaurantes e bares: Maceió é considerado um polo gastronômico de vulto, sendo este um dos atrativos de turistas a capital;
- Incremento dos cruzeiros (terminal temporário): Na alta estação, no período das férias de verão, esta capital recebe aportes semanais diários de grandes transatlânticos, que aportam na cidade e permanecem no mínimo por seis horas, estimulando o comércio de lembranças e artesanatos;
- Mudanças no sistema viário da capital, com abertura de novas vias dando maior agilidade ao fluxo de veículos: Com o crescimento das vendas de veículos nos últimos anos, o trânsito de Maceió está muito complicado exigindo que a prefeitura crie alternativas diversas para deixar o trânsito menos caótico;
- Ações voltadas para obras de saneamento na planície costeira e lagunar, contribuindo assim para a melhoria do indicador de saneamento básico de Maceió: Nos últimos quatro anos, com recursos do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal, em convenio com o gestor estadual se investiu na melhoria das instalações hidrossanitárias da capital, aumentando o percentual de moradias com acesso a esgotamento sanitário e abastecimento de água;
- Favorecimento da balneabilidade das praias urbanas, diretamente afeto pela ação anterior;

- Urbanização do centro e da orla mais concorrida da capital, pavimentação de várias ruas, melhorias na mobilidade urbana da cidade.
- Melhoria da rodovia 101 sul (AL), com duplicação da pista e melhoria da infraestrutura que dá acesso as famosas praias do Gunga, Barra de São Miguel e do Frances, além de ser acesso aos municípios que constituem o chamado “mares do sul”, Marechal Deodoro, Barra de São Miguel, Roteiro, Jequiá da Praia e Coruripe.
- Melhor sinalização que facilita a vida do turista, destacando a boa sinalização da cidade para os visitantes, ressaltando que ainda precisa ser melhorada.

Sobre a questão se há uma preocupação por parte das gestões para o desenvolvimento do turismo sustentável, eliminando impactos como o do esgotamento sanitário (línguas negras), despejado direto nas praias, 57,14% afirmaram sim, 28,57% responderam pouca e 14,29% não, sendo reflexo direto, neste caso, do investimento que o governo estadual fez em convenio com o governo federal para melhoria do saneamento básico da capital, aumentando o acesso de moradias ao esgotamento sanitário e a água tratada.

Quanto se há promoção e divulgação satisfatória da cidade de Maceió como destino turístico no âmbito nacional e internacional, 58,71% afirmaram que sim, enquanto 14,29% não. E com relação aos novos produtos e roteiros formatados para a cidade de Maceió, 85,71% responderam sim, 14,29% pouca. Apesar desta percepção, entendem que é necessário melhorar muito essa divulgação e disseminação de Maceió como polo turístico para que atraia mais turista a essas terras, seja no âmbito nacional e internacional. O turista traz riquezas e desenvolvimento.

Em relação aos meios de comunicação que os entrevistados acreditam que mais realizaram campanhas sobre destino Maceió, onde puderam escolher mais de uma opção, responderam 85,71% revistas, 57,14% internet, 28,57% jornais e 14,29% TV. Foram citados outros meios como feiras, congressos, seminários e eventos.

Quanto ao plano plurianual e sua existência com relação à ação de preservação da memória cultural, e arquitetônica através da recuperação dos sítios e prédios históricos

tombados, para fins de visitação turística, 42,86% dos entrevistados não souberam ou quiseram responder, enquanto 28,57% afirmaram que sim ou poucas ações nesta área. A classificação para ação de preservação resultou em 57,14% não responderam, e 14,29% responderam que são bom, regular e ruim. Alegaram os entrevistados que a recuperação do patrimônio histórico é por demais dispendiosos financeiramente e requer investimento de grande vulto, ficando muito oneroso e difícil para o Estado que necessita investir e outras questões prioritárias e imediatas como a educação, saúde e segurança.

No momento em que se questionou se há um desenvolvimento da consciência preservacionista entre gestores de bens tombados, grupos folclóricos, mestres da cultura popular e profissionais de ensino, para a necessidade da preservação da memória cultural e histórica de Alagoas, 71,43% responderam que sim, enquanto 14,29% afirmaram não, e os demais não responderam a questão. Mas, a sua implementação é dificultada pelo descrito no parágrafo acima.

Em relação ao que falta para a cidade de Maceió atrair mais turistas, os entrevistados responderam:

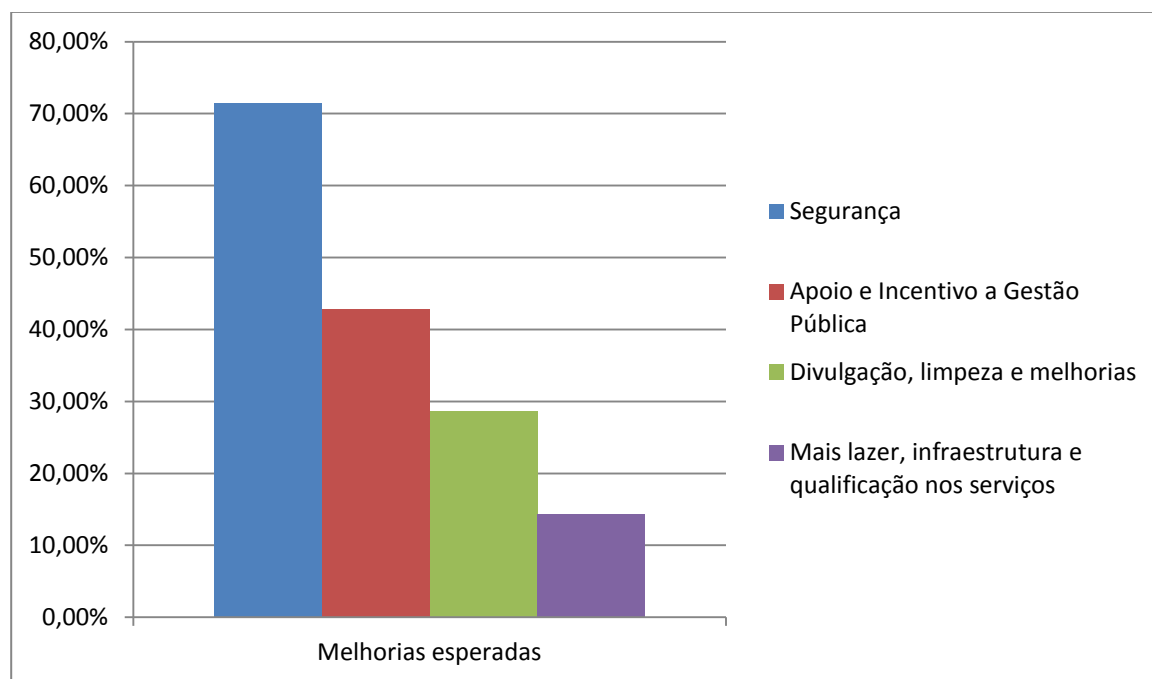


Gráfico 25 – Melhorias esperadas para o aumento do fluxo turístico
Fonte: Pesquisa social

- ✓ 71,43% segurança;
- ✓ 42,86% Apoio e incentivo da gestão pública;
- ✓ 28,57% maior divulgação, mais bares e restaurantes, maior limpeza das praias, melhorias na cidade;
- ✓ 14,29% mais opções de lazer, maior infraestrutura turística e melhor qualificação profissional nos serviços.

Quanto à percepção do cadastramento e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos na cidade de Maceió, os entrevistados responderam:

- ✓ 57,14% regular,
- ✓ 28,57% bom
- ✓ 4,29% ruim

Ainda é precária, segundo os entrevistados, a qualidade dos serviços prestados pelos ambulantes e pelos prestadores nas praias, requerendo uma melhor qualificação e preparação dos mesmos atinando para o bem receber os visitantes, de forma a cativá-los fazendo com que retornem e propaguem estas qualidades, trazendo mais turistas para cá.

5.3 Discussão

No decorrer da pesquisa foi observado que os entrevistados dos respectivos setores que envolvem a atividade e o planejamento e execução de recursos destinados ao turismo em Maceió, foram abordados com perguntas que retratam a situação do município de Maceió, e a maneira como estão sendo implementadas as ações do Turismo em Maceió.

Na percepção dos entrevistados o turismo em Maceió vem sofrendo algumas melhorias significativas, principalmente no que diz respeito às questões de qualificação e capacitação dos envolvidos na área do turismo voltada aos produtos e serviços ofertados pelo setor de turismo. Dentro desta realidade foi possível destacar ações envolvendo o Governo Federal, Estadual e Municipal, além das parcerias com outras instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa - SEBRAE e o Serviço Nacional

da Indústria - SENAI. Algumas APL deram sua contribuição para o turismo como Lagoas e Mares do Sul, São Francisco e Costa dos Corais. Segundo os mesmos, estas ações terão que ser incrementadas com vistas à chegada dos grandes eventos que influenciarão o turismo nesta capital, que serão a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Se não o fizerem a partir de agora, poderão comprometer a qualidade dos serviços nesses eventos e produzir sequelas na captação turística futura.

O governo vem investindo na criação de parcerias para formação dos novos produtos turísticos em Maceió, sempre baseado em um estudo de competitividade. Há uma preocupação em criar um Roteiro Integrado, além de investir em capacitações, oficinas e campanhas de vendas, como forma de fortalecer o marketing turístico, divulgando o patrimônio histórico-cultural local.

O governo vem investindo também em seminários de sensibilização turística, com diferentes profissionais que estão ligados diretamente ao turismo que são os jangadeiros, artesãos, recepcionistas de Hotéis, além das prestadoras de serviços. Nos últimos anos houve também uma melhoria da infraestrutura turística com a criação de novos hotéis e a qualificação e capacitação dos agentes que atuam na área do turismo devido à copa do mundo em 2014 e Olimpíada de 2016, além da melhoria das rodovias.

Observa-se que no PPA 2008-2011 que as ações lá definidas são similares às estabelecidas pelo Plano Nacional de Turismo 2007-2010 do Governo Federal adaptado ao Estado. Bom seria se todas fossem implementadas para que o turismo pudesse ser impulsionado nesta capital e as riquezas produzidas pela atividade viessem trazer para o estado, município e seus cidadãos tudo que o turismo produz em termos de melhoria da qualidade de vida, distribuição da renda e desenvolvimento socioeconômico.

É possível comprovar estes resultados acima citados quando se efetua análise das planilhas do Plano Plurianual de Alagoas e se observam ações como: Programa de Capacitação e Qualificação dos Produtos Turísticos, com verbas no valor de R\$ 75.000 para ser gasto em 2008, e R\$ 876.060 para serem gastos nos anos de 2009/2011, com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços ofertados pelo setor de turismo, contribuindo assim, com o aumento da competitividade do destino. Contempla, também, a ação de Capacitação do Trade Turístico e Cadeia Produtiva, com verbas no valor de R\$

75.000 para o ano de 2008, e R\$ 876.060 para os anos de 2009/2011, com a finalidade de melhoria da qualidade dos produtos e serviços ofertados.

Outra ação importante do PPA é a Captação de Investidores e Ações Visando o Desenvolvimento de Negócios Relacionados com Turismo, que teve o valor de R\$ 425.000, para ser aplicado no ano de 2008 e R\$ 3.246.403, para ser aplicado entre os anos de 2009-2011, com a finalidade de aumentar e qualificar a oferta de empreendimentos turísticos. Numa análise fria destes números, constata-se que o investimento na atividade ainda é aquém do que é requerido, para que aja um incremento da atividade turística em Maceió.

Em outro momento os entrevistados afirmaram que foram feitas as ações integradas que promoveram a interiorização e fomento aos arranjos produtivos locais do turismo na cidade de Maceió, focando as seguintes ações: projeto “Alagoas o ano todo”, que é coordenado pela ABIH que estimula o turismo em Maceió durante todo o ano; Programa “Serviço no turismo e na cultura em Maceió e entorno”, que trabalha com ações de capacitação, treinamento e planejamento juntos aos pequenos empresários da região; APL de turismo “Lagoas e Mares do Sul”; além do Turismo Costa dos Corais, que faz parte do Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Territórios Produtivos Locais do Estado de Alagoas. Contando com a parceria de instituições públicas e privadas, o Programa define uma estratégia de atuação visando a mobilizar ações coletivas e integradoras para gerar renda e emprego, direcionadas para a promoção do desenvolvimento dos micros e pequenos negócios.

No PPA constam ações voltadas para fortalecer os seguintes APLs: turismo das Lagoas e Mares do Sul, onde foi destinado o valor de R\$ 114.000 em 2008, e R\$ 945.991 para os anos de 2009-2011, com a finalidade de desenvolver o turismo sustentável. Outra ação diz respeito ao fortalecer do APL de turismo costa dos corais, com recursos destinados no valor de R\$ 114.000 para serem gastos em 2008, e R\$ 945.991, destinados para os anos de 2009-2011, tendo como finalidade desenvolver também o turismo sustentável. Bem como, estruturar o APL de turismo Caminhos do São Francisco, sendo destinadas verbas no valor de R\$ 114.000 para ser gastos no ano de 2008, e R\$ 945.991 para serem empregados nos anos de 2009-2011, com a finalidade de desenvolver o turismo sustentável (PPA, 2008). Só que dos APL's de turismo, Maceió só integra o APL Turismo das Lagoas e Mares do Sul, participando não integralmente com seu território, mas somente com o bairro

Pontal da Terra, onde se concentra o polo de artesanato e dos polos gastronômico de Maceió. Ou seja, além de destinar recursos aos APL's de turismo já implantados e em execução, teria que se avaliar a possibilidade de se implantar um específico para Maceió como polo atrativo do turismo no estado, dado sua importância e capacidade de atrair turistas.

A Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplande), em parceria com o Sebrae tem implantado ações dentro do planejamento estratégico do APL Lagoas e Mares do Sul, oferecendo formação para associação empresarial; capacitações e estruturação de um guia para operadores e um guia de eventos dos municípios alagoanos; o resultado positivo vem sendo comemorado com o aumento do fluxo turístico aos mercados regionais, abrindo espaço para novos produtos turísticos nacionais e internacionais, aumentando a taxa de ocupação dos hotéis e pousadas, aumentando o número de funcionários contratados e o fortalecimento do grupo gestor do APL por meio da criação da Associação dos Empreendedores do Turismo do Litoral Sul.

Na percepção dos entrevistados há uma preocupação do governo em desenvolver ações que estejam relacionadas à iniciativa da formatação de novos produtos e roteiros turísticos em Maceió. No Plano Plurianual de Alagoas é possível perceber investimentos nesta área, através da ação voltada para o Programa de Capacitação e Qualificação dos Produtos Turísticos, sendo destinado o valor de R\$ 105.221 para serem gastos no ano de 2008, e R\$ 1.431.843 para os anos de 2009-2011. O objetivo desta ação é ampliar e melhorar a qualidade dos serviços ofertados pelo setor de turismo, contribuindo assim, com o aumento da competitividade do destino.

Sobre esta ação, a Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado do Turismo (2009) vem trabalhando nos últimos anos com estratégias de diversificação da oferta turística. A Setur vem construindo novos roteiros e produtos, entre os roteiros estão os segmentos de aventura, tendo como parceiras “Aventura em Alagoas” e o Sebrae, o turismo étnico, integrado ao roteiro Civilização do açúcar e o produto Ipioca.

Segundo Charles, da Empresa Gato do Mato “Temos o objetivo de estimular o envolvimento dos empresários dos receptivos locais para agregar o segmento de aventura na oferta ao turista, pois já são oferecidos diversos roteiros e atividades formatados e comercializados, todos com segurança e normas da Associação Brasileira de Turismo de

Aventura. Outro produto apresentado é o roteiro Integrado Civilização do Açúcar, desenvolvido em parceria com o Ministério do Turismo, Sebrae, e as Secretarias de Turismo de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, retrata a cultura e história da cana de açúcar nos três estados, tendo no roteiro vistas a engenhos e comunidades locais. (Assessoria de Comunicação, 2009)

Outro produto novo, ofertado pelas agências turísticas de Alagoas, está voltado para o segmento étnico, como a estruturação da Serra da Barriga e o grupo União Espírita Santa Bárbara (GUESB), que realiza um trabalho social com a comunidade do Village Campestre e oferece apresentações para mostrar a culinária e danças típicas da cultura afro-brasileira. (Assessoria de Comunicação, 2009).

A qualificação dos serviços deve estar em pauta dentro do PPA, pois os cursos devem ser coordenados pelo Ministério do Turismo - MTur, ampliando a articulação com as instituições que atuam na área, sendo ainda acompanhada pelas entidades e associações representativas das categorias de atividades, objeto das respectivas qualificações. Neste contexto são desenvolvidas as competências necessárias ao pleno desenvolvimento do trabalho e deve estar referenciadas às normas técnicas brasileiras para competências de pessoal. (BRASIL, 2010)

Outro comentário relevante dos entrevistados foi sobre a afirmação que houve nos últimos anos mudanças no desenvolvimento da infraestrutura Turística e Local em Maceió, visando um desenvolvimento sustentável. No PPA do setor de turismo uma das ações são as obras de infraestrutura implantação de vias de acesso a áreas turísticas, onde foi destinado o valor de R\$ 400.000 para o ano de 2008, e R\$ 3.803.604 para investir nos anos de 2009-2011, com a finalidade de melhorar as vias de acesso para o turismo, Além de investimentos na área do saneamento e destino final do lixo e água potável, com valor de R\$ 1.128.800, para o ano de 2008 e R\$ 3.567.934, para ser empregado nos anos de 2009-2011, com a finalidade de desenvolver a capacidade de gestão.

Os resultados da pesquisa servem como comprovação desse desenvolvimento: na segurança foi considerado ruim a regular, precisando melhorar através de ações que invistam em policiamento nas ruas. Em relação ao comércio local e sua variedade os entrevistados afirmam ser bom. Quanto há existência de sanitários sua manutenção é

regular. As opções de alimentação, bares e restaurantes, foram consideradas ótimas, além de ter bons preços, pelos entrevistados.

O preço do ingresso, atendimento ao turista, a arquitetura e manutenção, e limpeza foram classificados de bom pelos entrevistados, o que mostra que nestes aspectos os turistas estão sendo bem assistidos.

Já com relação às atrações, horário de funcionamento, meios de transportes e sinalização, foi classificado pelos entrevistados como regular. Já com relação ao Aeroporto e Hotéis foram considerados ótimos.

Em relação à estrutura local observou-se que segurança, iluminação pública e limpeza das ruas, estes serviços foram classificados como regular. No caso do transporte, acesso difícil aos pontos turísticos e local destinado a compras foram considerado bom pelos entrevistados. Ficando apenas os sanitários como um serviço ruim para o turismo em Maceió.

Os entrevistados ainda citaram algumas infraestruturas na capital que sofreram mudanças mais expressivas, como: a reforma da orla marítima; ampliação e climatização do Centro de Convenções; aeroporto; ampliação da cadeia de novos hotéis, pousadas, restaurantes e bares; Incremento dos cruzeiros (terminal temporário); Mudanças no sistema viário da capital, com abertura de novas vias; ações voltadas para obras de saneamento na planície costeira e lagunar; favorecimento da balneabilidade das praias urbanas; urbanização do centro e da orla, pavimentação de várias ruas, melhorias na mobilidade da cidade; melhoria da rodovia AL 101 sul e melhor sinalização que facilita a vida do turista.

Sobre a questão das línguas negras, comum nas praias urbanas da capital, referente ao item saneamento básico, os entrevistados afirmaram que o governo tem se preocupado por parte da sua gestão em eliminar os impactos com relação ao esgotamento sanitário, que são despejados direto nas praias. Sobre este aspecto o governo tem realizado obras de saneamento que vão recuperar a orla de Maceió, ou seja, a eliminar as chamadas línguas negras das praias urbanas de Maceió, que é uma antiga reivindicação dos empresários do setor hoteleiro e de toda sociedade alagoana. Foram realizados três projetos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Federal, que preveem melhorias e a expansão no sistema de saneamento da capital alagoana, valorizando os principais cartões

postais da cidade e melhorando a qualidade de vida e do desenvolvimento local. (INTELOG, 2008)

Sobre a questão se a promoção e divulgação da cidade de Maceió estão sendo satisfatórios como destino turístico no âmbito nacional e internacional, os entrevistados afirmaram ter melhorado bastante, enfatizando os novos produtos e roteiros formatados para a cidade de Maceió. Os meios de comunicação que realizam mais campanhas com a finalidade de promover Maceió, foram às revistas e a internet.

Sobre este aspecto o PPA desenvolveu ações como: Promoção e Divulgação do Destino Alagoas no Âmbito Nacional e Internacional, disponibilizando verbas no valor de R\$ 1.425.000, para serem gastos em 2008, e R\$ 15.482.667 para os anos de 2009-2011, tendo como objetivo aumentar número e permanência de visitante no estado. Dentro destas ações encontramos a campanha publicitária com mídias nacional e internacional, sendo destinado o valor de R\$ 300.000 para ser gasto em 2008, e R\$ 4.746.766 para os anos de 2009-2011, tendo como finalidade divulgar e comercializar o destino alagoas.

O turismo em Alagoas vem atravessando um bom momento e isso se deve ao trabalho conjunto das iniciativas público e privada que está cada vez mais voltada a essa nova realidade do turismo no Estado. Os números impressionam, ainda mais quando se observa que, de 2008 a 2012, Maceió teve um aumento de cerca de 50% no número de leitos, passando de 9.800 para 14.800. “São cinco mil leitos a mais a ser ocupados por hóspedes e, mesmo assim, conseguimos aumentar nossa taxa de ocupação”, explica Glênio Cedrim, presidente da ABIH-AL no biênio 2012/2013. (ASSESSORIA, 2012)

O Projeto “Alagoas o Ano Todo”, tem como objetivo divulgar e promover o destino nos principais mercados do Brasil e exterior. Existe desde 2004 com participação significativa em eventos, com o objetivo de divulgação do destino para o público final dos principais polos emissores do mercado regional, em locais de grande circulação, como shoppings e principais feiras destinadas aos formadores de opinião. (ASSESSORIA, 2012)

Em relação ao plano plurianual e sua existência com relação à ação de preservação da memória cultural, e arquitetônica através da recuperação dos sítios e prédios históricos tombados, para fins de visitação turística, metade dos entrevistados não responderam, e os poucos que responderam afirmaram que sim, embora sejam poucas as ações. Os entrevistados afirmaram que há um desenvolvimento da consciência preservacionista entre

gestores de bens tombados, grupos folclóricos, mestres da cultura popular e profissionais de ensino, para a necessidade da preservação da memória cultural e histórica de alagoas.

Em relação ao que faltam para a cidade de Maceió atrair mais turistas, os entrevistados responderam: segurança; apoio e incentivo a gestão pública; maior divulgação, bares e restaurantes, limpeza das praias, melhorias na cidade; opções de lazer, infraestrutura turística, e qualificação profissional nos serviços. Ou seja, o PPA precisa a cada gestão ser ajustados para as necessidades mais evidentes, pois é preciso ainda muitas ações voltadas para infraestrutura e serviços. A segurança é um ponto que precisa ser sempre investido, pois reflete na imagem da cidade, prejudicando o seu desenvolvimento local.

As maiores queixas dos turistas consultados se referem à situação das estradas brasileiras, às deficiências de sinalização e à mobilidade urbana. A ampliação de voos internacionais é outro ponto que está na agenda do Ministério do Turismo e do Instituto Brasileiro do Turismo - Embratur. Para isso, está sendo desenvolvido um programa de incentivo a voos fretados, já tendo sido lançado edital para fazer contratações. “Quanto mais oferta de assentos, menores serão os preços, atraindo mais visitantes”, sobre este aspecto, encontra-se no PPA a ação Captação de Voos Regulares e Fretados, onde disponibiliza R\$ 100.000, para o ano de 2008 e R\$ 647.763 para serem investidos nos anos de 2009-2011, tendo como finalidade melhorar a malha aérea otimizando o fluxo de turistas. (PORTOGENTE, 2012). A este respeito, apresento o quadro da movimentação de aeronaves e de passageiros do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares entre 2008 e 2011:

Tabela 07 – Movimento Operacional do Aeroporto Internacional de Maceió

Ano	Aeronaves (Unidade)			Passageiros (Unidade)		
	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total
2008	16.431	237	16.668	934.951	22.793	957.444
2009	14.817	221	15.038	1.102.804	14.446	1.117.250
2010	22.360	234	22.594	1.411.561	20.220	1.431.781
2011	20.114	112	20.226	1.539.037	10.191	1.549.228

Fonte: INFRAERO

Percebe-se uma elevação considerada no número de aeronaves no ano de 2011 em relação a 2008, em que pese um pequeno decréscimo no quantitativo de aeronaves em 2011 em relação a 2010. Apesar de ser relativamente novo este aeroporto, ele só possui quatro pontes de acesso às aeronaves. Ou seja, no caso de um aporte maior de voos, com certeza muitos terão que desembarcar na pista de pouso, pois as quatro pontes existentes não terão como dar conta deste aporte. Observa-se, ainda neste quadro, um volume crescente no número de passageiros doméstico e os internacionais alternando decréscimos e acréscimos, estando afeto e sensíveis às mudanças da economia ocorridas no período em seus países ou continente, contribuindo para este efeito.

Diante do resultado da pesquisa observaram-se algumas deficiências no momento da execução das políticas públicas do turismo na cidade de Maceió, principalmente nas ações voltadas a segurança pública, onde os pesquisadores afirmaram um atendimento precário aos turistas que sofrem algum roubo ou assalto nos pontos turísticos de Maceió.

Embora a maioria dos entrevistados tenha afirmado um bom desenvolvimento no turismo em Maceió, observa-se que a execução do PPA tenha resultados de eficiência e efetividade pela gestão, sofrendo interferências de maior ou menor capacidade de articulação institucional por parte de seus governos. A articulação de recursos e o apoio do governo federal, junto a organismos de financiamento, a entidades multilaterais e ao setor privado nacional e internacional será decisiva para se desenhar um futuro distinto e promissor para o turismo em Maceió.

A maior ou menor credibilidade das instituições públicas que estão envolvidas na execução do PPA é que determinam a sua eficiência, eficácia e efetividade. No momento em que existe um clima de pouca credibilidade institucional, a sua manutenção ou superação, influenciarão de forma decisiva na atração de investimentos, no comportamento do empresariado local, nas iniciativas e posturas dos cidadãos alagoanos e na atração de turistas em potencial para esta capital.

As políticas públicas de turismo do Estado e do Município de Maceió são ainda rudimentares no âmbito do planejamento e da gestão pública nos diferentes níveis de investimentos. As Instituições que possuem uma maior credibilidade são consideradas as que reduzem automaticamente a violência, a fuga de tributos, a evasão de capitais e a má

administração de recursos públicos. Assim, a recuperação da credibilidade institucional será um diferenciador importante em relação aos resultados eficientes da administração pública.

Partindo para uma realidade mais concreta da pesquisa, podemos resgatar Rua (1998) quando afirma que durante os estudos sobre políticas públicas observou-se que a sociedade contemporânea passou, nos últimos anos, a ter algumas especialidades diante da sua complexidade, expressa pelos diferentes valores, onde reveste de soberania o poder público. O grande desafio da aplicação das políticas públicas está na dificuldade em deslocar ou destinar a distribuição de bens públicos, ou seja, criar situações favoráveis para que as ações aconteçam de forma mais eficientes, eficazes e efetivas, em busca de compor uma relação harmoniosa entre os grupos sociais, evitando possíveis conflitos sociais.

No momento em que se tem consciência da complexidade dentro da política pública, entende-se que é algo mais trabalhoso de ser implantado, requer ações com significativo investimento para sua execução, sendo consultadas e planejadas antecipadamente pelos respectivos órgãos responsáveis pelo turismo local. Para que se tenha eficiência, eficácia e efetividade nos resultados se fazem necessário criar um espaço para discussão dentro da própria comunidade, revendo os pontos mais fragilizados que precisam de maior investimento e empenho, para em seguida serem tomadas as devidas providências.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Plurianual segue um método de planejamento participativo que busca contemplar em sua programação ações coerentes e capazes, envolvendo as questões da eficiência, eficácia e efetividade, além de contribuir para a transformação em médio prazo do quadro sócio econômico evidenciado ao longo dos últimos anos. Estas ações visam estimular o crescimento sustentável da economia e promover a geração de emprego e renda. Neste caso a pesquisa esta voltada para a percepção da consolidação do turismo no estado de Alagoas que certamente irão irradiar seus efeitos junto à economia local.

Durante a pesquisa observou-se as programações orçamentárias previstas no plano plurianual do governo do Estado de Alagoas para o período 2008-2011, contempla ações

similares as do Plano Nacional do Turismo 2007-2010 e são recursos parcos que visam atendimento ao estado como um todo e não atendem as especificidades e necessidades desta capital para se tornar um polo turístico nacional e internacional importante que atraia para cá os turistas em potencial. Se requer que

Passando a conhecer as ações e seus respectivos orçamentos, a sociedade e os gestores visualizarão como elas repercutem na sociedade, na gestão da Secretaria de Turismo de Alagoas e de Maceió, envolvendo as três esferas públicas, federal, estadual e municipal e suas respectivas parceiras na implementação das políticas voltadas para o turismo desta capital. Enquanto políticas públicas o Plano Plurianual deve ser muito bem planejado e executado, atendendo as necessidades da sociedade, saindo do papel para que possa trazer resultados viáveis ao desenvolvimento sustentável do turismo na cidade de Maceió.

Quanto à eficiência nas ações do PPA, observa-se que suas competências envolvem critérios de responsabilidade dos gestores em colocar em prática todas as estratégias para realização das ações. No caso do turismo observam-se várias parceiras envolvidas na execução das atividades. No caso do Sebrae, está presente na maior parte das ações que envolvem capacitação e qualificação dos produtos e serviços turísticos.

Quando se fala em eficácia do PPA na área turística, está se buscando avaliar o efeito das ações sobre a melhoria da qualidade do turismo em Maceió. Os efeitos estão presentes em obras de infraestrutura que melhoraram o saneamento básico, minimizando as línguas negras nas praias de Maceió, construção de hotéis e pousadas, bem como restaurantes e bares, bem como nas áreas de serviços como capacitação e qualificação dos funcionários das agências de turismo e da rede hoteleira.

Sobre a questão da efetividade nas ações do PPA, está associada ao incentivo da rede privada no desenvolvimento da atividade turística e aos investimentos concretos voltados para o turismo como as melhorias da acessibilidade, da sinalização, do aeroporto, ou seja, obras que melhorem a estadia dos turistas, facilitando o acesso aos lugares. As ações concretas fazem com que o turista volte outras vezes ao mesmo local, além de divulgar ao regressar a sua cidade de origem.

Diante disto, podemos concluir que os recursos previstos no PPA 2008-2011 não são eficientes pelo fato dos recursos programados para as ações do turismo ficar aquém das

requeridas. Quanto à eficácia, também não se traduz, uma vez que com recursos aquém do necessário não é possível se efetivar todas as ações necessárias a melhoria da atividade turística no município, assim como não há efetividade, uma vez que não se alcançou o objetivo de se implementar o turismo na capital com a capacidade e a necessidade requerida que muito poderia contribuir para avanços nas áreas econômicas, sociais e ambientais de Maceió.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Maceió possui 503,069 quilômetros quadrados e 932.748 habitantes (Censo Demográfico 2012 – IBGE), sendo o município mais populoso do Estado. A cidade vive intenso crescimento econômico e de infraestrutura, principalmente com a chegada de empresas de diferentes ramos nos últimos anos. Este crescimento econômico provocou crescimento no índice de violência em diversos bairros da capital, em função do crescimento do consumo desenfreado de drogas, segundo a Secretaria Estadual de Defesa Social. Este fator teve forte impacto na atividade turística de Maceió, que possui dois extremos. No primeiro, a de extrema valorização do espaço urbano e no outro, o da exclusão social de camadas da população. Neste lado, aparecem os maiores índices de criminalidade, que afeta a todos os cidadãos que aqui residem. Segundo a Gerência de Estatística e Análise Criminal (GEAC) da Polícia Civil de Alagoas, os homicídios vêm aumentando de forma expressiva nos últimos anos, em todas as áreas.

No presente estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) – Mapa da Violência 2011, Alagoas registrou aumento de 177,2% no número de homicídios entre 1998 e 2008. Graças a esta expansão, o Estado figura no topo do ranking nacional de assassinatos e Maceió como a capital mais violenta do país, com 107,1 homicídios para cada 100 mil habitantes, importando no crescimento de 222% em relação a 1998. Estes índices são mais graves entre a população mais jovem, entre 15 e 24 anos. Nesta faixa de idade, a taxa de homicídios de Alagoas é de 125,3 por cada 100 mil habitantes, enquanto Maceió fica com a absurda marca de 251,4 homicídios para cada 100 mil habitantes, sendo ambas as maiores taxas do Brasil, segundo o estudo, que considera aceitável a taxa de 10 homicídios para cada 100 mil habitantes. Por esta constatação, a questão segurança foi a mais destacada pelos entrevistados e a que teve a pior avaliação em termos de infraestrutura local e turística.

Face estes aspectos, o governo do estado firmou recentemente convenio com o governo federal incluindo Maceió no Programa Brasil Mais Seguro, atuando no enfrentamento ao crime organizado, com a chegada de integrantes da Força Nacional aliado a Polícia Militar e Civil estadual, com ações estruturantes na área de perícia e justiça criminal, na implantação de policia de proximidade com repressão qualificada. Estas ações provocaram redução significativa da criminalidade violenta, que tanto assusta e afasta o turista em potencial desta capital. Estas ações já surgiram efeitos imediatos e dados da Secretaria Estadual de Turismo informaram que a taxa de ocupação dos hotéis nesta considerada “baixa estação” ultrapassou os 80% de sua capacidade, que já trás alento para todos os segmentos que compõe a estrutura turística da capital, assim como para o seus cidadãos, que poderão desfrutar dos recursos que esse segmento trás para o município.

O atual Secretario de Defesa Social, Dario Cesar, relacionou as principais ações estratégicas que vem sendo implementadas pelo governo estadual, com vistas a dar melhor segurança aos cidadãos maceioenses e aos turistas que visitam esta capital: policiamento ostensivo, patrulhamento aéreo, campanhas Lei Seca e Disque Denuncia, além da reestruturação da Delegacia de Homicídios da Capital, além da integração das Polícias Militar e Civil, com as da Força Nacional, disponibilizada pelo Ministério da Justiça do governo federal, com vistas a dar mais tranquilidade e segurança a todos turistas e cidadãos maceioenses.

Este estudo detectou que não existem investimentos suficientes do Estado e do município que suporte as demandas inerentes à devida estruturação do turismo da cidade de Maceió em função de outras prioridades da gestão, e que o desenvolvimento da atividade turística nesta capital vem sendo propiciado, principalmente, pela iniciativa privada, apesar do esforço dos governos estadual e municipal e dotar o município com a infraestrutura requerida para que o turismo na capital possa crescer e se desenvolver como é requerido.

Diante desta constatação, efetuamos sugestões de um Plano Plurianual que contemple a importância e a melhoria da atividade turística em Maceió, dotando-a com os recursos necessários a sua melhoria e crescimento, contribuindo para a melhoria das condições de sua população, como:

- Maior valorização do Arranjo Produtivo Local, com a finalidade de ampliar e consolidar o turismo local;
- Fiscalização das obras de infraestrutura necessárias para assegurar o desenvolvimento do setor turístico;
- Promoção dos eventos que tragam divulgação da cultura local, através da preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial;
- Apostar no potencial turístico do município e investir os recursos necessários para que ele traga os recursos necessários à melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos.
- Por fim, despertar nos gestores públicos e da iniciativa privada a importância que o turismo representa para Maceió e que este despertar os façam buscarem a evolução e crescimento da atividade, pois ela se desenvolvendo Maceió e seus cidadãos alcançarão as melhorias da qualidade de vida que a atividade impõe e que poderão ser desfrutados por todos. Eu apostaria nesta atividade, para o bem de Maceió, do Estado e de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Margarida. **Manual de iniciação ao estudo do turismo** - 13ª ed. ver. e atual. - Campinas - SP - Papirus, 2003.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Plurianual 2008-2011: Relatório Anual de Avaliação**. Brasília, 2009.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes operacionais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004. 14p.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007 / 2010: Uma Viagem de Inclusão**. 2010. Disponível em:
http://www.fbcvb.org.br/docs/downloads/plano_nacional_de_turismo_pnt_2007_2010.pdf.
Acesso em: 12.06.2012

BRASIL ESCOLA. Pontos turísticos de Maceió. Disponível em:
<http://cidadebrasileira.brasilecola.com/alagoas/pontos-turisticos-maceio.htm>. Acesso em: 12.06.2012.

BENI, Mario Carlos. **Turismo: planejamento e gestão** - 2ª ed. - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

BRITTO, J; FONTES, N. **Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

CARVALHO, Alan Francisco de. Políticas Públicas em Turismo no Brasil. **Revista de Ciências Sociais Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 97-109. Disponível em: redalyc.uaemex.mx/pdf/703/70312129006.pdf. Acessado em: 20.02.2012.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CTI - NE - Estatísticas sobre Demanda Turística dos Estados do Nordeste 1996/2002
Recife: CTI –NE, CD-Room, 2003.

EMBRATUR. **Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. Brasília, DF, 1999.

FERRAZ, J. A. **Regime jurídico do turismo**. Campinas: Papirus, 1992.

INTERNACIONAL, F. M. **Código de Boas Práticas para a Transparência Fiscal**. 20000. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/fad/trans/por/codep.pdf>. Acessado em 10.02.2012.

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do Planejamento em Políticas Públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública RAP**. Rio de Janeiro 40(2), p. 273-288, Mar./Abr, 2006.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais**. - Brasília: EMBRATUR, 1995.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA e CARVALHO (Orgs.). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

BARRETTO, Margarita. Turismo, políticas públicas e relações internacionais. São Paulo: Papirus, 2003. BENI, M. Política e Planejamento do Turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006.

FUNARI, P.P. e PINSKY, P. Turismo e Patrimônio Cultural . São Paulo: Editora Contexto, 2001.

GRAMMONT, Anna M. de. Hotel Pilão: Um Incêndio no Coração Ouro Preto. Sao Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2006.

HALL, C. M. Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

LEMOS, C.A. O que é Patrimônio Histórico? São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

NOGUEIRA, A. D. Patrimônio Arquitetônico e História Urbana – Ensaio sobre o Patrimônio Arquitetônico de Sergipe e sobre a estrutura sócio-espacial de Aracaju. Aracaju: Editora UFS, 2006.

BENI, Mario Carlos. Globalização do Turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2004.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução de Contexto traduções. 3ªed. São Paulo: Aleph, 2003.

TORRE, De La. El turismo: fenómeno social. México: Fondo de Cultura Económica, 1992

BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. São Paulo: Seval, 1998. (Tópicos seccionados, capítulo 11)

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 4. ed. rev. São Paulo: SENAC, 2001. _____ . Política e estratégia de desenvolvimento regional: planejamento integrado do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed.

São Paulo: Hucitec, 2002. cap. 6.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

LICKORISH, J.L. e JENKINS, C. L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SANTOS FILHO, João. Embratur omite a verdade sobre a história do turismo: faz uma leitura? politicista? dos fatos. Disponível em: [http:// www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br). Acessado em: 23/04/2012. Sites consultados <http://www.braziltour.com/>

EMBRATUR. **Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. Brasília, DF, 1999.

GUIA DE MACEIÓ. **Praia de Pajuçara**. 2008. Disponível em: http://www.guiamaceio.com/?lg=&pg=praia_pajucara. Acesso em: 14.06.2012.

MUNDO DAS TRIBOS, **Pontos turísticos de Maceió**. 2011. Disponível em: <http://www.mundodastribos.com/pontos-turisticos-em-maceio.html#>. Acesso em: 14.06.2012.

SANTOS, Rodrigo. **Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore (foto)**. 2012. Disponível em: <http://www.qype.com.br/place/1589513-Museu-Theo-Brandao-de-Antropologia-e-Folclore-Maceio>. Acesso em: 16.06.2012.

INDOVIAJAR. **Maceió com as praias mais belas do Brasil**. 2011. Disponível em: <http://www.indoviajar.com.br/brasil/al/maceio/as-praias.htm>. Acesso em: 18.06.2012

SEGUNDÃO E TERCEIRÃO. **Pontos turísticos que você não pode deixar de conhecer**. 2012. http://herminobarroso.blogspot.com.br/2012/02/pontos-turisticos_13.html. Acesso em: 20.06.2012.

FUNDAÇÃO PIERRE CHALITA. 2012. Disponível em:
<http://www.fundacaopierrechalita.com.br/pierre.php>. Acesso em: 18.06.2012.

LEMOS, Leandro de. **Turismo: Que negócio é esse?** Uma análise da economia do Turismo. São Paulo: Papirus, 2001.

www.investimentosalagoas.al.gov.br/op/tur_07.pdf

EMBRATUR - Política Nacional de Turismo. Decreto 448 de 14 de fevereiro de 1992. Brasília: (mimeo), 1992.

Figuerola, M. 1985 **Teoría económica del turismo**. Alianza, Madrid

TEIXEIRA, Fernanda Ricalde. **Plano Plurianual 2010/2013**. 2009. Disponível em:
<http://turismodelavras.blogspot.com.br/2009/05/plano-plurianual-20102013.html>. Acesso em: 04.07.2012.

AGÊNCIA ALAGOAS. **Governo planeja desenvolvimento do turismo em Alagoas**. 2011. Alagoas em Tempo Real. Disponível em:
<http://www.alagoastempo.com.br/noticia/6763/turismo/2011/08/10/governo-planeja-desenvolvimento-do-turismo-em-alagoas.html>. Acesso em: 04.07.2012.

APÊNDICE - A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Pesquisa: *Eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas aplicadas ao turismo:
Um estudo focado na cidade de Maceió nos anos de 2000 a 2010.*

Aluno: André Luís Figueredo da Silva

Pesquisa realizada: __/__/2012.

Questionário aplicado a representantes do *Trade* Turístico privado e público de Maceió buscando investigar sobre políticas públicas implementadas para o desenvolvimento do turismo nesta capital, contemplado na lei do plano plurianual do governo estadual no período de 2007 a 2011 da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR). Lembramos que o conteúdo das respostas servirá única e exclusivamente para efeito de pesquisa acadêmica ficando o conteúdo e sua identificação em inteiro sigilo. Para cada pergunta existe apenas uma resposta correta. As perguntas abertas são de livre resposta para os entrevistados.

1. Gênero:

- () Masculino
() Feminino

2. Na atual gestão houve melhorias na qualificação e capacitação dos envolvidos na área do turismo voltada aos produtos e serviços ofertados pelo setor de turismo, contribuindo assim, com o aumento da competitividade do destino Maceió?

- () Sim () Não () pouco () Não quis responder

3. Caso a resposta anterior tenha sido positiva responda: Quais foram as ações?

4. Nos últimos anos foram feitas ações integradas que promoveram a interiorização e fomento aos arranjos produtivos locais do turismo na cidade de Maceió?

- () Sim () Não () pouco () Não respondeu

5. Caso a resposta anterior tenha sido positiva, responda: Quais foram estas ações?

6. Existe alguma iniciativa visando formatação de novos produtos e roteiros turísticos em Maceió?

() Sim () Não () pouco () Não respondeu

7. Há diversificação na oferta turística, melhorando a competitividade do destino Maceió?

() Sim () Não () pouco () Não respondeu

8. Nos últimos anos aconteceram mudanças para o desenvolvimento da capacidade de infraestrutura Turística e Local, visando um desenvolvimento sustentável?

() Sim () Não () pouco () Não respondeu

INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	RESPOSTAS
Segurança	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Comércio local / variedade	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Sanitários	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Opções de alimentação	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Preço do ingresso	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Arquitetura e Manutenção	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Atendimento ao turista	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Limpeza	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Atrações	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Horário de Funcionamento	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Meios de Transporte	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Sinalização	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Preço de Alimentação	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Aeroporto	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Bares/restaurantes	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Hotéis	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu

INFRAESTRUTURA LOCAL	RESPOSTAS
Segurança	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu

Sanitários públicos	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Iluminação pública	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Transporte	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Limpeza das ruas	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Acesso difícil aos pontos turísticos	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Local destinado a compras	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
Outros:	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu
	() ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu

9. Quais foram às mudanças mais expressivas na infraestrutura na capital?

10. Existe preocupação por parte das gestões para o desenvolvimento do turismo sustentável, eliminando impactos como o esgotamento sanitário (línguas negras), despejado direto nas praias?

() Sim () Não () Pouca () Não soube ou quis responder

11. Há promoção e divulgação satisfatória da cidade de Maceió como destino turístico no âmbito nacional e internacional?

() Sim () Não () Pouca () Não soube ou quis responder

12. Existe promoção e divulgação novos produtos e roteiros formatados para a cidade de Maceió?

() Sim () Não () Pouca () Não soube ou quis responder

13. Quais os meios de comunicação que você acredita que mais realizaram campanhas sobre destino Maceió?

() TV () NET () Rádio () jornal () Revista

() Outras. Quais: _____

Em sua opinião qual a Campanha de maior veiculação realizada voltada ao turismo em Maceió: _____

14. De acordo com o plano plurianual existe alguma ação de preservação da memória cultural, e arquitetônica através da recuperação dos sítios e prédios históricos tombados, para fins de visitação turística?

() Sim () Não () Pouca () Não soube ou quis responder

15. Em caso de afirmativo, como você classifica esta ação de preservação?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu

16. Há um desenvolvimento da consciência preservacionista entre gestores de bens tombados, grupos folclóricos, mestres da cultura popular e profissionais de ensino, para a necessidade da preservação da memória cultural e histórica de alagoas.

() Sim () Não

17. O que você acredita faltar para a cidade atrair mais turistas? Marque apenas dois itens:

Bares e atrações noturnas ()	Segurança ()	Melhorias na cidade e nos atrativos ()
Maior Divulgação ()	Falta atrativos em geral ()	Opções de lazer ()
Limpeza das Praias ()	Parques Temáticos ()	Infra-estrutura Turística ()
Centros recreativos ()	Hotéis de qualidade ()	Restaurantes ()
Apoio e incentivo da gestão pública ()	Outros: _____	

18. Como você percebe o cadastramento e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos na cidade de Maceió.

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Não respondeu

TERMO SOBRE SIGILO DE PESQUISA ACADÊMICA

Eu, _____
 concordo voluntariamente em participar deste estudo e acredito ter sido informado/a a respeito do que li ou do que foi lido para mim, descrevendo o estudo sobre “*Eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas aplicadas ao turismo: Um estudo focado na cidade de Maceió nos anos de 2007 a 2011*”. Também fui informado/a que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a realização do mesmo, sem penalidades ou prejuízos.

 Assinatura do/a participante

_____, / /
 Local Data

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste/a participante ou de seu representante legal para a participação neste estudo.

 Assinatura do/a pesquisador/a

_____, / /
 Local Data

ANEXOS

**Perfil do Turista
Maceió
(Estatística Turísticas – 2007)**

Resultado da pesquisa aplicada pela Sempur – Secretaria Municipal da Promoção do Turismo de Maceió, elaborada no período de 2004 a 2006, publicado em 2007.

01.Quanto ao sexo:

SEXO	2004	2005	2006
Masculino	54,14%	54,15%	44,42%
Feminino	45,86%	45,85%	55,58%
TOTAL	100%	100%	100%

02.Quanto ao propósito:

MOTIVO DA VIAGEM	2004	2005	2006
Passeio	48,05%	50%	60,19%
Negócios/trabalho	30,54%	19,23%	7,89%
Visita a Parente/Amigo	15,94%	23,80%	28,85%
Congresso/Convenção	1,58%	2,46%	0,19%
Saúde	1,58%	1,62%	1,73%
Religião	0,12%	0,28%	0,38%
Outro	2,19%	2,61%	0,77%
TOTAL	100%	100%	100%

03.Quanto a organização:

FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA VIAGEM	2004	2005	2006
Organizada por Agência	20,44%	21,56%	20,77%
Não Organizada por Agência	79,56%	78,44%	79,23%
TOTAL	100%	100%	100%

04. Quanto ao fator decisório:

FATOR DECISÓRIO DA VISITA	2004	2005	2006
Manifestações Populares	0,25%	0,14%	0,32%
Atrativos Naturais	92,91%	93,10%	96,48%
Ecoturismo	0,76%	0,84%	0,32%
Turismo Rural	0,51%	-	0,32%
Patrimônio Histórico/Cultural	0,25%	0,99%	0,64%
Custo Total da Viagem	1,01%	0,42%	0,64%
Compras	-	0,99%	-
Outros	4,31%	3,52%	1,28%
TOTAL	100%	100%	100%

05. Quanto aos fatores que influenciam a escolha:

O QUE INFLUENCIOU A DECISÃO DA VISITA	2004	2005	2006
Comentários de Parentes e Amigos	64,05%	42,25%	44,09%

Já Conhecía o Local	18,99%	34,51%	30,99%
Agência de Viagem	10,38%	7,19%	10,86%
Propaganda/Publicidade	2,02%	6,34%	4,79%
Internet	2,28%	3,66%	3,52%
Outros	2,28%	6,05%	5,75%
TOTAL	100%	100%	100%

06. Quantos aos meios de transporte utilizados:

MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO	2004	2005	2006
Avião	51,83%	51,06%	52,69%
Ônibus/Carro	46,59%	43,17%	44,81%
Outros	1,58%	5,77%	2,50%
TOTAL	100%	100%	100%

07. Quantos aos meios de transportes utilizados:

MEIO DE HOSPEDAGEM UTILIZADO	2004	2005	2006
Hotel	39,17%	40%	31,35%
Casa de Parente/Amigo	37,96%	34,01%	44,61%
Pousada	15,57%	12,82%	11,15%
Flat/Apart-Hotel	0,85%	1,48%	2,12%
Casa/Aptº Aluguel	3,04%	5,56%	5,0%
Casa Própria	1,70%	2,96%	3,08%
Pensão/Hospedaria	0,24%	0,71%	0,38%
Camping	-	0,21%	0,77%
Albergue	0,37%	0,28%	0,19%
Outros	1,10%	1,97%	1,35%
TOTAL	100%	100%	100%

08.Quanto a faixa etária:

FAIXA ETÁRIA	2004	2005	2006
De 14 a 17 Anos	2,31%	1,69%	5,96%
De 18 a 25 anos	13,75%	16,27%	11,54%
De 26 a 35 anos	28,22%	28,03%	25,0%
De 36 a 50 anos	40,03%	34,22%	35,19%
De 51 a 65 anos	13,26%	15,35%	18,08%
Acima de 65 anos	2,43%	4,44%	4,23%
TOTAL	100%	100%	100%

09. Quanto ao tempo médio de permanência:

PERMANÊNCIA MÉDIA (Dias/Pessoas)	2004	2005	2006
Nacionais	10,86	11,59	11,61
Estrangeiros	8,31	12,13	17,0
Geral	10,61	11,63	11,99

10. Quanto a renda média individual:

RENDA MÉDIA INDIVIDUAL MENSAL	2004	2005	2006
U\$	Entre 05 a 10	Entre 05 a 10	Entre 05 a 10
R\$	SM (25,13%)	SM (23,60%)	SM (24,29%)

11. Quanto ao gasto médio individual:

GASTO MÉDIO INDIVIDUAL DIÁRIO*	2004	2005	2006
U\$	31,57	34,36	162,48
R\$	94,72	80,74	107,59

* Não incluso gasto com hospedagem

12. Quanto ao percentual de turistas que pretendem voltar:

TURISTAS QUE PRETENDIAM VOLTAR	2004	2005	2006
Sim	93,55%	94,93%	95,0%
Não	3,77%	1,83%	1,92%
Não Sabiam	2,68%	3,24%	3,08%
TOTAL	100%	100%	100%

13. Quanto a origem dos turistas:

ORIGEM	2004	2005	2006
Nacionais	90,27%	93,10%	92,88%
Estrangeiros	9,73%	6,90%	7,12%
TOTAL	100%	100%	100%

14. Quanto a forma de viajar:

FORMA DE VIAJAR	2004	2005	2006
Com Família	33,58%	49,01%	64,23%
Sozinho (a)	52,80%	37,75%	25,77%
Com Amigos	12,65%	12,75%	10%
Em Excursão	0,97%	0,49%	-
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa de Demanda Turística

Dados Estatísticos
Maceió
(Estatística Turísticas – 2007)

01.

TAXA DE OCUPAÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	68,5%	57,0%	54,4%	61,9%	70,4%	67,9%

02.

FLUXO HOTELEIRO

2003	2004	2005	2006
357.758	372.868	440.312	428.437

03.

FLUXO GLOBAL	2003	2004	2005	2006
MACEIÓ	1.012.618	951.922	1.100.780	1.068.421
ALAGOAS	1.518.927	1.427.883	1.651.170	1.602.632

04.

RECEITA GERADA		2003	2004	2005	2006
MACEIÓ	R\$	494.150.704	877.107.104	1.037.092.191	
ALAGOAS	R\$	592.980.845	1.052.528.524	1.244.510.629	

05.

RENDA GERADA (ALAGOAS)	2003	2004	2005	2006
R\$	999.493.852,36	1.644.664.270	1.947.055.632	

06.

OFERTA DE UH's E LEITOS	MACEIÓ			ALAGOAS		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
UH'S	5.325	5.369	5.127	9.656	9.980	9.884
LEITOS	14.724	14.811	14.914	26.147	26.383	28.841

07.

Nº DE EMPREGOS NA HOTELARIA	MACEIÓ			ALAGOAS		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
EMPREGOS DIRETOS	5.964	6.013	5.742	10.815	11.178	11.070
EMPREGOS INDIRETOS	27.196	27.419	26.184	49.316	50.972	50.479
EMPREGOS GERADOS	33.190	33.432	31.926	60.131	62.150	61.549

08.

EMPREGOS GERADOS NA HOTELARIA - 2003	MACEIÓ	ALAGOAS
EMPREGOS DIRETOS	6.197	10.579
EMPREGOS INDIRETOS	28.258	48.240
EMPREGOS GERADOS	34.455	58.819

09.

MERCADOS EMISSORES	POSIÇÃO	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%
NORDESTE	1º LUGAR	Pernambuco	14,3%	Pernambuco	14,9%	Pernambuco	17,3%	Pernambuco	15,0%
	2º LUGAR	Bahia	7,0%	Bahia	7,8%	Bahia	8,0%	Bahia	8,9%
	3º LUGAR	Sergipe	4,0%	Sergipe	4,1%	Sergipe	4,5%	Sergipe	5,4%
BRASIL	1º LUGAR	São Paulo	35,5%	São Paulo	35,1%	São Paulo	30,7%	São Paulo	32,7%
	2º LUGAR	Rio de Janeiro	8,6%	Rio de Janeiro	8,4%	Rio de Janeiro	8,2%	Rio de Janeiro	8,4%
	3º LUGAR	Rio G. do Sul	6,2%	Rio G. do Sul	5,9%	Rio G. do Sul	5,6%	Minas Gerais	4,8%
EXTERIOR	1º LUGAR	Argentina	60,6%	Argentina	55,2%	Portugal	26,5%	Portugal	39,4%
	2º LUGAR	Uruguai	10,9%	Portugal	14,8%	Argentina	18,0%	Argentina	21,8%
	3º LUGAR	Itália	7,8%	Uruguai	8,6%	Uruguai	10,5%	Itália	16,5%

10.

COMPARATIVO DA TAXA DE OCUPAÇÃO, PERMANÊNCIA MÉDIA E FLUXO HOTELEIRO/GLOBAL NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS:					
VARIÁVEIS	ANOS			VARIAÇÃO	
	2001	2002	2003	03/02	03/01
TAXA DE OCUPAÇÃO	68,5%	57,0%	54,4%	- 4,56%	- 20,58%
PERMANÊNCIA MÉDIA	4,3	3,3	3,5	+ 6,06%	- 18,60%
FLUXO HOTELEIRO	342.830	384.139	357.758	- 6,87%	+ 4,35%
FLUXO GLOBAL	833.731	889.622	1.012.618	+ 13,83%	+ 21,46%

Secretaria Executiva de Turismo - SETUR
Gerência de Estudos e Pesquisas

Plano Plurianual 2008-2011

Plano Plurianual 2008-2011

PODER EXECUTIVO		Em R\$ 1,00	
Órgão / U.O. / Área de Resultado / Programa / Ação / Localização / Fonte de Recurso / Categoria Econômica	2008	2009 / 2011	
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0	0	
12880000 - JUVENTUDE CIDADÃ	458.333	2.028.936	
FINALIDADE - OPORTUNIZAR A INCLUSÃO DE JOVENS ATRAVÉS DA QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL COM FOCO NO EMPREENDEDORISMO.			
TUDO ESTADO	458.333	2.028.936	
Meta / Unidade de Medida			
108 - PROFISSIONAIS QUALIFICADOS			
UNIDADE	500	3.000	
01000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	45.833	289.740	
3 - DESPESAS CORRENTES	45.833	289.740	
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0	0	
01100000 - CONVÊNIOS	412.500	1.739.196	
3 - DESPESAS CORRENTES	412.500	1.739.196	
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0	0	
29000 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR	5.206.377	48.059.942	
29028 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	5.206.377	48.059.942	
2 - REDUÇÃO DA INDIGÊNCIA, POBREZA E DESIGUALDADE	75.000	876.060	
0203 - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS	75.000	876.060	
OBJETIVO - MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELO SETOR DE TURISMO, CONTRIBUINDO ASSIM, COM O AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DO DESTINO.			
15590000 - CAPACITAÇÃO DO TRADE TURÍSTICO E CADEIA PRODUTIVA	75.000	876.060	
FINALIDADE - MELHORIA DA QUALIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS OFERTADOS.			
TUDO ESTADO	75.000	876.060	
Meta / Unidade de Medida			
732 - CADEIA PRODUTIVA E TRADE TURÍSTICO CAPACITADO			
UNIDADE	255	2.540	
01000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	75.000	876.060	
3 - DESPESAS CORRENTES	65.000	766.273	
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.000	109.787	
3 - CRESCIMENTO E DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA	5.131.377	47.183.882	
0194 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO TURÍSTICO	757.500	8.383.870	
OBJETIVO - FORMATAR E DIVERSIFICAR A OFERTA TURÍSTICA DE ALGODAS ATRAVÉS DE AÇÕES INTEGRADAS QUE PROMOVAM A INTERIORIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE.			
15370000 - PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO	60.000	590.150	
FINALIDADE - TRABALHAR EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE TURISMO DO MTUR.			
TUDO ESTADO	60.000	590.150	
Meta / Unidade de Medida			
712 - TURISMO REGIONALIZADO			
UNIDADE	16	58	
01000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	60.000	590.150	
3 - DESPESAS CORRENTES	50.000	507.168	

Plano Plurianual 2008-2011

PODER EXECUTIVO		Em R\$ 1,00	
Órgão / U.O. / Área de Resultado / Programa / Ação / Localização / Fonte de Recurso / Categoria Econômica		2008	2009 / 2011
4 - DESPESAS DE CAPITAL		10.000	82.982
15380000 - PROJETO DE ZONEAMENTO TURÍSTICO DO ESTADO		75.000	474.123
FINALIDADE - DEFINIR VISÃO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESTADO DE ALAGOAS.			
TODO ESTADO		75.000	474.123
Meta / Unidade de Medida			
713 - ZONEAMENTO TURÍSTICO ELABORADO			
UNIDADE		25	102
01000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS		75.000	474.123
3 - DESPESAS CORRENTES		65.000	410.907
4 - DESPESAS DE CAPITAL		10.000	63.216
15390000 - PROJETO DE SEGMENTAÇÃO E FORMATAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E ROTEIROS		375.000	3.712.937
FINALIDADE - DIVERSIFICAR A OFERTA TURÍSTICA BUSCANDO A COMPETITIVIDADE DO DESTINO.			
TODO ESTADO		375.000	3.712.937
Meta / Unidade de Medida			
714 - NOVOS PRODUTOS E ROTEIROS FORMATADOS			
UNIDADE		8	95
01000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS		375.000	3.712.937
3 - DESPESAS CORRENTES		350.000	3.554.895
4 - DESPESAS DE CAPITAL		25.000	158.042
15400000 - PROJETO TURÍSTICO AMBIENTAL DE FOMENTO E PESQUISA		127.500	1.168.457
FINALIDADE - PROMOVER A SUSTENTABILIDADE DO TURISMO ATRAVÉS DO TRIPÉ SOCIAL, ECONÔMICO E AMBIENTE.			
TODO ESTADO		127.500	1.168.457
Meta / Unidade de Medida			
715 - PROJETO DE PESQUISA E AMBIENTAL FOMENTADA			
UNIDADE		3	37
01000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS		127.500	1.168.457
3 - DESPESAS CORRENTES		115.000	1.034.101
4 - DESPESAS DE CAPITAL		12.500	134.356
15410000 - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO TURÍSTICA		75.000	1.642.806
FINALIDADE - INCENTIVAR A FIDELIZAÇÃO DO TURISMO PARA O PÚBLICO INTERNO E EXTERNO ATRAVÉS DE INCENTIVOS.			
TODO ESTADO		75.000	1.642.806
Meta / Unidade de Medida			
716 - FIDELIZAÇÃO TURÍSTICA REALIZADA			
UNIDADE		27	748
01000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS		75.000	1.642.806
3 - DESPESAS CORRENTES		65.000	1.510.934
4 - DESPESAS DE CAPITAL		10.000	131.872
15750000 - ESTUDOS E PESQUISA PARA CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA E DEMANDA TURÍSTICA		45.000	795.397

Plano Plurianual 2008-2011

PODER EXECUTIVO		Em R\$ 1,00	
Órgão / U.O. / Área de Resultado / Programa / Ação / Localização / Fonte de Recurso / Categoria Econômica		2008	2009 / 2011
FINALIDADE - DEFINIR PERFIL DO TURISTA E CRIAR SÉRIE HISTÓRICA PARA SUBSIDIAR TOMADA DE DECISÕES NO SETOR.			
TODO ESTADO		45.000	795.397
Meta / Unidade de Medida			
750 - ESTUDOS E PESQUISAS REALIZADO			
UNIDADE		5	73
01000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS		45.000	795.397
3 - DESPESAS CORRENTES		35.000	706.977
4 - DESPESAS DE CAPITAL		10.000	88.420
0203 - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS		105.221	1.431.843
OBJETIVO - MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELO SETOR DE TURISMO, CONTRIBUINDO ASSIM, COM O AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DO DESTINO.			
15600000 - BANCO DE DADOS E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA		35.000	702.973
FINALIDADE - CONSULTORIA EM MUNICÍPIOS E DIMENSIONAMENTO DO SETOR.			
TODO ESTADO		35.000	702.973
Meta / Unidade de Medida			
733 - CRIAÇÃO DE BANCO DE DADOS E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA			
UNIDADE		120	1.200
01000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS		35.000	702.973
3 - DESPESAS CORRENTES		25.000	639.757
4 - DESPESAS DE CAPITAL		10.000	63.216
15610000 - QUALITUR		25.000	647.763
FINALIDADE - QUALIFICAR EMPRESAS ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE UM SELO DE QUALIDADE.			
TODO ESTADO		25.000	647.763
Meta / Unidade de Medida			
734 - EMPRESAS QUALIFICADAS			
UNIDADE		28	495
01000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS		25.000	647.763
3 - DESPESAS CORRENTES		15.000	584.547
4 - DESPESAS DE CAPITAL		10.000	63.216
15770000 - CADASTRAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS - CADASTUR		45.221	81.107
FINALIDADE - QUANTIFICAR O NÚMERO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS E MELHORAR OS SERVIÇOS OFERECIDOS.			
TODO ESTADO		45.221	81.107
Meta / Unidade de Medida			
761 - CADASTRAMENTO E FISCALIZAÇÃO REALIZADA			
UNIDADE		773	1.278
01100000 - CONVÊNIOS		45.221	81.107
3 - DESPESAS CORRENTES		30.000	75.777
4 - DESPESAS DE CAPITAL		15.221	5.330
0206 - FOMENTO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO TURISMO-APL'S		342.000	2.837.973

Plano Plurianual 2008-2011

PODER EXECUTIVO		Em R\$ 1,00	
Órgão / U.O. / Área de Resultado / Programa / Ação / Localização / Fonte de Recurso / Categoria Econômica	2008	2009 / 2011	
OBJETIVO - FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO ESTADO ATRAVÉS DE AÇÕES INTEGRADAS, APOIANDO OS APLS DE TURISMO.			
15680000 - ESTRUTURAR APL DE TURISMO CAMINHOS DO SÃO FRANCISCO	114.000	945.991	
FINALIDADE - DESENVOLVER O TURISMO SUSTENTÁVEL			
REGIÃO SUL	114.000	945.991	
Meta / Unidade de Medida			
750 - APL- CAMINHOS DO SÃO FRANCISCO ESTRUTURADO			
PERCENTUAL	20	80	
01060000 - COMP.FINANCEIRA XISTO BETUMINOSO E GÁS	114.000	945.991	
3 - DESPESAS CORRENTES	100.000	851.901	
4 - DESPESAS DE CAPITAL	14.000	94.090	
15690000 - FORTALECER APL TURISMO LAGOAS E MARES DO SUL	114.000	945.991	
FINALIDADE - DESENVOLVER TURISMO SUSTENTÁVEL			
REGIÃO SUL	114.000	945.991	
Meta / Unidade de Medida			
752 - APL - TURISMO LAGOAS E MARES DO SUL FORTALECIDOS			
PERCENTUAL	20	80	
01060000 - COMP.FINANCEIRA XISTO BETUMINOSO E GÁS	114.000	945.991	
3 - DESPESAS CORRENTES	100.000	881.190	
4 - DESPESAS DE CAPITAL	14.000	64.801	
15700000 - FORTALECER APL DE TURISMO COSTA DOS CORAIS	114.000	945.991	
FINALIDADE - DESENVOLVER O TURISMO SUSTENTÁVEL			
REGIÃO NORTE	114.000	945.991	
Meta / Unidade de Medida			
753 - APL TURISMO COSTA DO CORAIS FORTALECIDOS			
PERCENTUAL	20	80	
01060000 - COMP.FINANCEIRA XISTO BETUMINOSO E GÁS	114.000	945.991	
3 - DESPESAS CORRENTES	105.000	881.190	
4 - DESPESAS DE CAPITAL	9.000	64.801	
0207 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR/ NE	2.501.656	19.047.529	
OBJETIVO - ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL E RESPONSÁVEL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO.			
15780000 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PREPARAÇÃO DE PLANOS E PROJETOS	480.000	7.992.843	
FINALIDADE - INFRA-ESTRUTURA COM DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL.			
TUDO ESTADO	480.000	7.992.843	
Meta / Unidade de Medida			
762 - PLANEJAMENTO PLANOS E PROJETOS REALIZADOSS			
UNIDADE	3	8	
01100000 - CONVÊNIOS	480.000	7.992.843	
3 - DESPESAS CORRENTES	388.000	7.874.414	

Plano Plurianual 2008-2011

PODER EXECUTIVO		Em R\$ 1,00	
Órgão / U.O. / Área de Resultado / Programa / Ação / Localização / Fonte de Recurso / Categoria Econômica		2008	2009 / 2011
4 - DESPESAS DE CAPITAL		92.000	118.429
15790000 - URBANIZAÇÃO DE ÁREAS TURÍSTICAS COM SINALIZAÇÃO		492.856	3.683.148
FINALIDADE - SERVIÇO PÚBLICO COM O CRESCIMENTO ESPERADO DO TURISMO.			
TODO ESTADO		492.856	3.683.148
Meta / Unidade de Medida			
783 - URBANIZAÇÃO DE ÁREAS EXECUTADAS			
UNIDADE		2	8
01100000 - CONVÊNIOS		492.856	3.683.148
3 - DESPESAS CORRENTES		450.000	3.620.051
4 - DESPESAS DE CAPITAL		42.856	63.097
15800000 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA IMPLANTAÇÃO DE VIAS DE ACESSO A ÁREAS TURÍSTICAS		400.000	3.803.604
FINALIDADE - MELHOR VIAS DE ACESSO PARA O TURISMO.			
TODO ESTADO		400.000	3.803.604
Meta / Unidade de Medida			
784 - INFRA ESTRUTURA IMPLANTADA E VIA EXECUTADA			
UNIDADE		1	3
01100000 - CONVÊNIOS		400.000	3.803.604
3 - DESPESAS CORRENTES		200.000	3.803.604
4 - DESPESAS DE CAPITAL		200.000	0
15810000 - SANEAMENTO E DESTINO FINAL DO LIXO E ÁGUA POTÁVEL		1.128.800	3.567.934
FINALIDADE - DESENVOLVER A CAPACIDADE DE GESTÃO.			
TODO ESTADO		1.128.800	3.567.934
Meta / Unidade de Medida			
785 - SANEAMENTO ÁGUA IMPLANTADA			
UNIDADE		1	3
01100000 - CONVÊNIOS		1.128.800	3.567.934
3 - DESPESAS CORRENTES		1.128.800	3.313.357
4 - DESPESAS DE CAPITAL		0	254.577
0209 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO DESTINO ALAGOAS NO ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL		1.425.000	15.482.667
OBJETIVO - AUMENTAR NÚMERO E PERMANÊNCIA DE VISITANTE NO ESTADO.			
15830000 - CAMPANHA PUBLICITÁRIA COM MÍDIAS NACIONAL E INTERNACIONAL		300.000	4.746.766
FINALIDADE - DIVULGAR E COMERCIALIZAR O DESTINO ALAGOAS.			
TODO ESTADO		300.000	4.746.766
Meta / Unidade de Medida			
789 - CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS COM MÍDIA EXECUTADA			
UNIDADE		15	265
01000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS		300.000	4.746.766
3 - DESPESAS CORRENTES		250.000	4.545.108

Plano Plurianual 2008-2011

PODER EXECUTIVO		Em R\$ 1,00	
Órgão / U.O. / Área de Resultado / Programa / Ação / Localização / Fonte de Recurso / Categoria Econômica	2008	2009 / 2011	
4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.000	201.658	
15850000 - CAPTAÇÃO DE VÔOS REGULARES E FRETADOS	100.000	647.763	
FINALIDADE - MELHORAR A MALHA AÉREA OTIMIZANDO O FLUXO DE TURISTAS.			
TUDO ESTADO	100.000	647.763	
Meta / Unidade de Medida			
771 - VÔOS REGULARES RECEPTADOS E CAPTADOS			
UNIDADE	8	47	
01000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	100.000	647.763	
3 - DESPESAS CORRENTES	90.000	592.469	
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.000	55.294	
15870000 - CAPTAÇÃO DE INVESTIDORES E AÇÕES VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS RELACIONADOS COM TURISMO	425.000	3.246.403	
FINALIDADE - AUMENTAR E QUALIFICAR A OFERTA DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS.			
TUDO ESTADO	425.000	3.246.403	
Meta / Unidade de Medida			
773 - INVESTIDORES E RECURSOS IMPLANTADOS NO TURISMO			
UNIDADE	13	165	
01000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	425.000	3.246.403	
3 - DESPESAS CORRENTES	400.000	2.973.937	
4 - DESPESAS DE CAPITAL	25.000	272.466	
15940000 - APOIO E PROMOÇÃO EM EVENTOS NO CENÁRIO NACIONAL E INTERNACIONAL	600.000	6.841.735	
FINALIDADE - AMPLIAR A PRESENÇA DO ESTADO NO CENÁRIO NACIONAL E INTERNACIONAL.			
TUDO ESTADO	600.000	6.841.735	
Meta / Unidade de Medida			
785 - EVENTOS NACIONAL E INTERNACIONAL PROMOVIDOS E APOIADOS			
UNIDADE	5	90	
01000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	200.000	2.243.771	
3 - DESPESAS CORRENTES	150.000	1.873.583	
4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.000	370.188	
01060000 - COMP.FINANCEIRA XISTO BETUMINOSO E GÁS	400.000	4.597.964	
3 - DESPESAS CORRENTES	350.000	3.728.117	
4 - DESPESAS DE CAPITAL	50.000	869.847	
29553 - FUNDO DO TURISMO	45.000	703.610	
29553 - FUNDO DO TURISMO	45.000	703.610	
3 - CRESCIMENTO E DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA	45.000	703.610	
0209 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO DESTINO ALAGOAS NO ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL	45.000	703.610	
OBJETIVO - AUMENTAR NÚMERO E PERMANÊNCIA DE VISITANTE NO ESTADO.			
16000000 - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BRINDES E SOUVENIRS	45.000	703.610	
FINALIDADE - DIVULGAR A IMAGEM CULTURAL DE ALAGOAS.			

Plano Plurianual 2008-2011

PODER EXECUTIVO

Em R\$ 1,00

Órgão / U.O. / Área de Resultado / Programa / Ação / Localização / Fonte de Recurso / Categoria Econômica	2008	2009 / 2011
METROPOLITANA DE MACEIÓ	45.000	703.610
Meta / Unidade de Medida 790 - PRODUTOS CONFECCIONADOS E VENDIDOS UNIDADES	500	3.000
01000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	25.000	351.805
3 - DESPESAS CORRENTES	25.000	206.490
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0	145.315
01100000 - CONVÊNIOS	20.000	351.805
3 - DESPESAS CORRENTES	20.000	206.490
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0	145.315
TOTAL GERAL	1.301.344.967	4.861.611.158